



Clarisse Duarte Magalhães Cancela

**O Sítio do Pica Pau Amarelo e seu território:
a cidade de Taubaté**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Maria Cristina Monteiro Pereira de Carvalho

Rio de Janeiro0
Fevereiro de 2019



Clarisse Duarte Magalhães Cancela

**O Sítio do Pica Pau Amarelo e seu território:
a cidade de Taubaté**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Maria Cristina Monteiro Pereira de Carvalho
Orientadora

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof^a. Rosália Maria Duarte
Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof^a Priscila Matos Resinentti
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Prof^a. Sibele Cazelli
Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e
Comunicações

Prof. João Teixeira Lopes
Universidade do Porto – Portugal

Prof^a. Monah Winograd
Coordenadora Setorial do Centro de
Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Clarisse Duarte Magalhães Cancela

Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI) do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Ficha catalográfica

Cancela, Clarisse Duarte Magalhães

O Sítio do Pica Pau Amarelo e seu território : a cidade de Taubaté / Clarisse Duarte Magalhães Cancela ; orientadora: Maria Cristina Monteiro Pereira de Carvalho. – 2019.

168 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2019.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Cidade. 3. Museu. 4. Educação. 5. Território. 6. Cidade educadora. I. Carvalho, Maria Cristina Monteiro Pereira de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/PUC-Rio) por ter acreditado em mim e pela formação que tive nesses 4 anos.

Agradeço à Cristina Carvalho, minha orientadora, que compreendeu minhas necessidades pessoais e apoiou imensamente esta pesquisa realizada fora do eixo RJ-SP, além de me incentivar a voar mais alto quando tive a oportunidade de estudar em Portugal. Lembro que, para conseguir a bolsa sanduíche, tive que fazer a Quali 1 “para ontem” e comecei a chorar na sala do Gepemci, não acreditando que eu fosse conseguir. Ela estava lá e não me deixou desistir. Depois, claro que chorei quando recebi a notícia que tinha ganhado a bolsa! (Em suma, choro muito mesmo!!!).

Agradeço a João Teixeira Lopes por ter me recebido tão bem na Universidade do Porto. Nunca ouvi um “não posso” por parte dele e sempre um “sim, claro!”. Espero, do fundo do coração, que a nossa parceria esteja apenas começando.

Agradeço ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Museus Cultura e Infância (Gepemci) por estar junto nesta caminhada, não só academicamente, mas gastronomicamente também!!!! Destaco Débora Lopes e Thamiris Lopes por me aturarem MUITO via Whatsapp!

Agradeço à Rosália Duarte e Sibele Cazelli - que já faz parte da minha vida acadêmica faz tempo -, por fazerem parte da banca examinadora deste trabalho desde o início. Muito obrigada por esses (outros) olhares que são de suma importância. Obrigada também por acreditarem neste tema, que a princípio, pode parecer “fora da curva”, mas, quando nos aprofundamos, é extremamente dentro!

Agradeço ao Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML), mais conhecido como Sítio do Pica Pau Amarelo, pelo acolhimento inenarrável. Todos os funcionários ficaram cientes do meu trabalho e me apoiaram no que foi preciso – e olha que eu perturbei, hein! Agradeço em especial

à coordenadora do museu – Maria Cristina Lopes, mais conhecida como Tina. Não houve qualquer momento que ela fosse avessa ao meu estudo, pelo contrário, sempre me incentivou, além de me ajudar com a parte prática sugerindo quem eu poderia entrevistar e me apresentando às pessoas. Obrigada, Tina! E seguimos firmes e fortes na luta pela Cultura do Vale do Paraíba!

Agradeço as pessoas ligadas à Prefeitura de Taubaté por cederem seu tempo para a realização das entrevistas (Maria Cristina Lopes, Rosemeire Duarte, Márcio Carneiro, Pollyana Gama, Gisele Viola e José Ferreira), bem como ao Pedro Rubim, criador do Almanaque Urupês, e Cláudia Perroni, jornalista da TV Cidade. Agradeço também aos outros entrevistados – que tiveram seus nomes modificados para preservar suas identidades.

Agradeço imensamente aos meus pais, Gina Gravina e Fernando Duarte, por todo o suporte prestado. Eu era uma aluna rebelde na escola (não que algo tenha mudado hoje), dessas que não gostava nada de estudar, mas com o apoio deles pude me encontrar em termos profissionais (e pessoais também) e amo tanto o que faço / o que sou que certamente não escolheria outra coisa! Compreendo que ainda estou construindo, mas compreendo também que estou no caminho certo! Aproveito aqui para agradecer aos meus avós, Gloria Gravina e Francesco Lúcido. Os dois sempre estiveram no meu caminhar, e não seria diferente agora. Fui uma criança muito feliz no sítio que eles tinham, e tenho certeza que isso reflete no meu caráter hoje. Em suma, amo muito vocês quatro!

Agradeço aos meus amigos, pois sem eles, eu nada seria/ sou. Vou dividi-los entre Brasil e Portugal. Do Brasil: Juliana, LÍlian, Jonathan, Marcela, Anderson, Célio, Ryanddre, Bernardo, Raquel e Daniele. Ju está comigo desde a pré-escola (que sorte a dela!); LÍlian me “salvou” de uma escola que estudei – e depois nos descobrimos vizinhas (destino lindo?) -; Johnny tem um coração que não só brilha, como reluz! Está sempre calmo e com um sorriso no rosto, mesmo que algo não esteja bem. Ele é um rapaz que visa o futuro e sempre planeja muito bem aonde quer chegar!; Marcela chegou no *hostel* em São Paulo perturbando a minha existência (amém!); Anderson é um cara que admiro e respeito muito! Pensa numa pessoa batalhadora?! Amo demais esse menino!; Célio é um cara que foi chegando e conquistando, também, para quem cozinha maravilhosamente bem, conquistar pelo estômago é fácil! Hahaha! Brincadeiras à parte, além de cozinhar

super bem, tem um coração de ouro, o que também conquista e muito!; Ry e Be são parceiros da Museologia – a gente briga, mora longe, mas continua se amando (eu espero!) e fazendo as mesmas piadas da época da Universidade, hahaha!; Raquel e Dani são aquelas amigas que a gente demora a conseguir marcar um encontro, mas quando marca, não tem para ninguém! Pessoas gentis, alegres e que tem olhares singulares para captar momentos. São extremamente talentosas na arte da escrita pela luz. Amo muito vocês! Ah, tem uma amiga fora do eixo, é a Karin, que mora na França faz tempo, porém nossa amizade continua tão forte como era no Brasil, ainda bem!

Agradeço agora aqueles que conheci/ convivi em Portugal e também fizeram (fazem) parte do meu caminhar: Fê Teles, Natália, Rita, Cidália, Dina, Alfredo, Viviana, Fernando, Yasmim, Marina, Clarice, Eloyse, Maria, Tamyris, Dalila, Cíntia, Júlio. Além dos meus primos: Marianita, Darana, Lucas e Felipe e minha tia Fátima. Apesar de ter conhecido a Fê em Portugal, nossa amizade se fortaleceu no Brasil mesmo! E que ótimo! Esteve presente nos momentos em que mais precisei e só tinha amor a me oferecer (inclusive me ofereceu a casa, haha!); Nat, Rita, Cidália, Dina, Alfredo, Vivi e Fê foram parceiros de residência no Porto. A gente sempre se apoiava (e se apoia) nos percursos acadêmicos. Nossos encontros eram regados de Academia e aleatoriedades. Ah, como eles me fizeram (me fazem) felizes!; Yas, Mari, Clarice (xará), Elô, Maria, Tamyris, Dalila, Cíntia e Julio foram parceiros de descobertas, de encontros, de apreciar o pôr do sol,... os admiro muito e torço p/ cada um deles!; Ah, também há no caminho uns portugueses de fato, mas com coração brasileiro, o que torna tudo mais legal, hahaha! Obrigada pela alegria compartilhada e que nossos caminhos se cruzem tantas outras vezes!; Quanto aos meus primos e minha tia, tenho só orgulho ao falar deles. Todos são do tipo de pessoa que estão ali, prontos para você. Não há tempo ruim perto deles. Espero, de verdade, que nosso encontros se tornem frequentes, pois os amo demais!

Agradeço, por fim, à Nicole Cantele. São 11 anos de puro companheirismo, são 11 anos em que ela traz leveza à minha vida; são 11 anos que ela apoia todos os meus sonhos (mesmo que loucos), mas ao mesmo tempo coloca meus pés no chão; são 11 anos de puro amor e cumplicidade; são 11 anos que me fazem querer muito mais, pois tenho a plena certeza em meu coração que ela é o amor da minha vida. Obrigada por permitir que eu te ame, no sentido mais completo do termo.

Resumo

Cancela, Clarisse Duarte Magalhães; Carvalho, Maria Cristina Monteiro Pereira de (Orientadora). **O Sítio do Pica Pau Amarelo e seu território: a cidade de Taubaté.** Rio de Janeiro. 168 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem como objetivo conhecer a relação entre o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML) e a cidade em que se encontra - Taubaté, Estado de São Paulo (BR), buscando compreender os elementos envolvidos na construção desta possível conexão. Tradicionalmente, as pesquisas no campo museológico tendem a abordar a história dessas instituições em relação a si mesmas, ou seja, quando se abriram ao público leigo, as primeiras reflexões sobre as exposições, as ações educativas realizadas por esses espaços, entre outros aspectos. A relação do museu com as escolas também tem se configurado como temática de investigação. No entanto, há uma bibliografia reduzida que tenta entender o vínculo desses espaços com as urbes em que se localizam. A cidade, portanto, ainda não é suficientemente compreendida como um espaço de educação não formal que contribui para a formação da cidadania tanto quanto o museu e a escola. Para o desenvolvimento da pesquisa, priorizou-se a investigação qualitativa, com um trabalho de campo no MHFPML, onde foram realizadas entrevistas com visitantes do Museu e análise documental da Instituição e da cidade. Enquanto ferramenta metodológica, foi também realizada entrevista com alguns servidores públicos da prefeitura e pessoas ligadas à área da cultura de Taubaté. Apesar do município não fazer parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), para análise da relação entre o museu e a cidade foi necessário aprofundar esse conceito. Lefbvre, Lopes e autores do campo da Museologia e da Educação, como Desvallées, Trilla, Carvalho, Varine, entre outros, configuraram-se como referenciais para o estudo. Os resultados indicaram que mesmo a cidade não fazendo parte do *roll* de cidades educadoras ela pode se constituir como tal, e que a cidade e a sociedade precisam estar preparadas para acolher um museu que se propõe a ser instrumento de desenvolvimento social. Por outro lado, o museu também deve se organizar para acolher a cidade em que se

localiza, com o cuidado de não se fechar em si mesmo, trazendo sempre a sociedade para dentro dos seus “muros”, de modo a propiciar um sentimento de pertença desta população em relação à instituição. Foi também possível constatar que Taubaté tem procurado estruturar suas políticas culturais com o intuito de favorecer, principalmente, o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, e também outras manifestações artísticas da cidade. Contudo, ainda falta muito para que, por exemplo, o título de “Capital da Literatura Infantil” deixe de ser apenas um título, assim como também é preciso percorrer um longo caminho para que a relação entre museu e cidade seja de fato estabelecida. Considera-se que quando houver uma maior escuta dos anseios da população por parte do Governo e uma maior preocupação dos órgãos públicos em relação à projetos de promoção da cultura - políticas públicas eficazes e contínuas -, Taubaté colocará em prática o título de capital da literatura infantil, bem como tornará a relação museu e cidade orgânica.

Palavras-chave

Cidade; Museu; Educação; Território; Cidade Educadora.

Abstract

Cancela, Clarisse Duarte Magalhães.; Carvalho, Maria Cristina Monteiro Pereira de (Advisor). **Sítio do Pica Pau Amarelo and your territory: the city of Taubaté.** Rio de Janeiro. 168 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The objective of this study is to know the relationship between the Historic, Folkloric and Pedagogic Museum of Monteiro Lobato and the city of Taubaté (São Paulo/Brazil) seeking to understand the elements involved in the construction of this possible connection. Traditionally, the researchs in the museological field trying to study the history of the museums in relation to themselves, for exemple: when they open to the general public, reflection about the exhibitions, educational programs and others aspects. The relationship between the museums and schools are another usual theme of investigation in the museological field. However, there is a reduced bibliography that try to understand the bond of the museums and the cities that are located. The city, therefore, is not enough understood like a space of non formal education that contributes to the formation of citizenship as well as museum and school. For the development of this research was prioritized the qualitative research with fieldwork in the Historic, Folkloric and Pedagogic Museum of Monteiro Lobato that are realized interviews with visitors of the museum and documentary analysis of the Institution and the city. As a methodological tool, was also interviewed with some public servants working in the city hall and people related to culture of Taubaté. Although the city not be part of the International Association of Educating Cities (IAEC), to analyze the relationship between the museum and the city was necessary to study this concept. Lefebvre, Lopes and authors of the field of Museology and Education, such as Desvallées, Trilla, Carvalho, Varine, among others, were set as reference for the study. The results indicate that even though the city is not part of the roll of educating cities, it can be constituted as such, and that the city and society must be prepared to host a museum that proposes to be an instrument of social development. On the other hand, the museum must also organize itself to host the city in which it is located, with the care of not closing in on itself, always bringing the society inside its "walls", in order to provide a feeling of belonging of this population in relation to the institution. It was also possible to verify that Taubaté has sought to structure its cultural policies in order to favor, mainly, the Historical, Folkloric and Pedagogical Museum Monteiro Lobato, as well as other artistic manifestations of the city. However, there is still a long way to go so that, for example, the title of "Children's Literature Capital" is no longer just a title, it is also a long way to go before the

relationship between museum and city can be established. It is considered that when there is a greater listening of the public's yearnings for the government and a greater concern of the public organs in relation to the projects of promotion of the culture - effective and continuous public policies - Taubaté will be able to put into practice the title of capital of children's literature, as well as contribute to making the relationship between museum and city organic.

Keywords

City; Museum; Education; Territory; education city.

Sumário

1. Introdução	16
1.1 Os caminhos da Pesquisa	18
1.1.2 Os caminhos das entrevistas	18
2. Cidade, Taubaté e cidade educadora	24
2.1 Cidade: o que significa?	24
2.2 A cidade de Taubaté	32
2.3 Cidade Educadora: escola da vida?	41
3. Museus e seus territórios	54
3.1 Os caminhos do museu	54
3.2 Museus, território e identidade	60
3.3 "As raízes do futuro": quando o passado e o presente se encontram	64
4. Taubaté e a cultura	69
4.1 Taubaté: metrópole cultural regional?	69
4.2 Sistema Municipal de Cultura: o que mudou?	91
4.3 Monteiro Lobato: o filho nobre da cidade	97
5. O Sítio do Pica Pau Amarelo a fantasia no mundo real	104
5.1 Conhecendo o patrimônio local: a história do Museu Histórico,	104
5.2 Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato	115
5.3 A cidade e o museu: relações produzidas	120
5.4 O museu e seu (s) discurso (s) (e os sujeitos sociais): outras relações produzidas	141
Conclusão: qual será o futuro de Taubaté?	148
Referências bibliográficas	154
Apêndices	162
Apêndice 1 - Roteiro de entrevista aplicada aos visitantes espontâneos	162
Apêndice 2 - Roteiro de entrevista aplicada aos gestores da cidade	163
Apêndice 3 - Roteiro de entrevista aplicada à jornalista da TV Cidade	165
Apêndice 4 - Roteiro de entrevista aplicada ao criador do Almanaque Urupês	166
Apêndice 5 - Termo de consentimento livre e esclarecido	168

Lista de ilustrações e fotografias

Figura 1: Cristo Redentor - Taubaté (inauguração - 1956)	33
Figura 2: Vista aérea da cidade de Taubaté	37
Figura 3: Taubaté: Capital Nacional da Literatura Infantil (Rodovia Oswaldo Cruz que liga as cidades de Ubatuba e Taubaté)	71
Figura 4: Taubaté: Capital Nacional da Literatura Infantil (Saída	71
Figura 5: Slogan da cidade de Taubaté	72
Figura 6: FLIT / 2017	74
Figura 7: Monteiro Lobato e o dia do livro infantil	100
Figura 8: Monteiro Lobato e suas principais frases	101
Figura 9: Entrada do Sítio	106
Figura 10: Placa na entrada do Museu.	107
Figura 11: Chácara do Visconde	107
Figura 12: Vista aérea do MHFPML	108
Figura 13: Planta baixa da sede do MHFP Monteiro Lobato	109
Figura 14: Estátua da Cuca e da Emília	110
Figura 15: O lugar do museu na Prefeitura Municipal de Taubaté	113
Figura 16: Mapa ilustrado de Taubaté com os principais museus da cidade	122
Figura 17: Escola Municipal profº José Marcondes de Moura (Monjolinho - Taubaté/SP) - Atividade de argila do Museu da Imigração Italiana de Quiririm	123
Figura 18: Programa de Ensino Esporte e Juventude (Parque 3 Marias – Taubaté/SP) – Atividade de Teatro do MHFML	123
Figura 19: Rota do Passeio do Visconde	124
Figura 20: “Passeio do Visconde” pelas ruas de Taubaté/SP	124
Figura 21: 66ª Semana Monteiro Lobato (orquestra da cidade)	127
Figura 22: 66ª Semana Monteiro Lobato (contação de história)	127
Figura 23: 66ª Semana Monteiro Lobato (fila para oficina de arte)	128
Figura 24: 66ª Semana Monteiro Lobato (apresentação de ballet)	128
Figura 25: Placa indicativa na Av. Nove de Julho	130
Figura 26: Página oficial do Facebook do MHFPML com números de usuários	134
Figura 27: Página oficial do Facebook do MHFPML com informações institucionais	134

Lista de mapas e tabelas

Mapa 1: Mapa da RM Vale do Paraíba e Litoral Norte com as sub 35
-regiões

Tabela 1: Dados dos visitantes espontâneos entrevistados 21

Tabela 2: Dados da cidade de Taubaté IBGE 36

Tabela 3: Cidades Educadoras associadas à AICE 45

Lista de Siglas

ACAM Portinari - Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari

AICE – Associação internacional das cidades educadoras

Cavex – Comando de aviação do exército

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

Contran - Conselho Nacional de trânsito

CTI - Companhia Taubaté Industrial

DARC-SEC - Departamento de Atividades Regionais da Cultura / Secretaria do Estado da Cultura

DEMA-SEC - Departamento de Museus e Arquivos / Secretaria do Estado da Cultura

FAMUTA – Fanfarra Municipal de Taubaté

FLIT - Feira literária infantil de Taubaté

Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística

ICOM - International Council of museums

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de desenvolvimento humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MASDE - Museu de Arte Sacra Dom Epaminondas

MEC – Ministério da educação

MG – Minas Gerais

MHFPML – Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato

Mimon - Movimento Internacional da Nova Museologia

Mistau - Museu da Imagem e do Som de Taubaté

ONU - Organização das Nações Unidas

PNEM - Política Nacional de Educação Museal

RMVale -Região Metropolitana do Vale do Paraíba

RPCE - Rede Portuguesa das Cidades Educadoras

SETUC - Secretaria de Turismo e Cultura

SISEM-SP - Sistema de Museus do Estado de São Paulo

SMC - Sistema Municipal de Cultura

SML – Semana Monteiro Lobato

SP – São Paulo

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STJ - Superior Tribunal de Justiça

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unitau – Universidade de Taubaté

Introdução

O interesse em investigar o Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato (MFHPML), localizado em Taubaté, Estado de São Paulo, teve início a partir do momento em que morei na cidade e atuei como professora de Artes em escolas municipais. Sendo uma cidade do interior, como se daria a inserção do Museu no território local? Esta questão me levou à outra: o que é cidade? Após algumas leituras iniciais sobre "cidade", conheci o conceito "cidade educadora" e, apesar de me deparar com as inúmeras possibilidades de diálogo entre os museus e as cidades educadoras, no trabalho de revisão de literatura foi possível identificar um resultado abaixo do esperado sobre a relação entre cidade e museu, apontando para a urgência de estudos. Foi então delimitada a questão deste trabalho: qual é a relação de Taubaté com o Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato (MFHPML)?

Taubaté não integra a lista das cidades educadoras¹, e, de acordo com a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), para fazer parte dessa lista a cidade deve manifestar interesse. Entretanto, ao longo deste estudo será realizada uma análise sobre o que caracteriza uma cidade educadora e se existem instâncias que definem e verificam se as cidades educadoras se configuram como tal.

A cidade de Taubaté foi cenário para o escritor Monteiro Lobato² escrever suas histórias do Sítio do Pica Pau Amarelo, outro nome pelo qual o Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato (MFHPML) é conhecido. Foi na cidade que surgiu personagens como *Narizinho*, *Pedrinho*, *Dona Benta*, *Anastácia*, *Visconde de Sabugosa*, entre outros. O Sítio, casa de seu avô, foi o local de nascimento de Lobato e, apesar de ter morado em outros locais, passava longos períodos neste espaço. O título de Capital da Literatura Infantil foi designado à cidade devido às histórias de Lobato. Nota-se, portanto, que há uma forte relação entre o escritor e a cidade.

¹Taubaté, até momento de realização deste trabalho, não manifestou interesse.

²Considerado pioneiro da literatura infantojuvenil e criador dos livros do "Sítio do Pica Pau Amarelo", nasceu em abril de 1882 na cidade de Taubaté/SP e faleceu em julho de 1948 em São Paulo. Disponível em: <<http://museumonteirolobato.com.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em: nov. 2017.

É possível compreender o Sítio do Pica Pau Amarelo como referência tanto na cidade quanto fora dela, fazendo com que o espaço se configure como o museu mais visitado de Taubaté. Contudo, sendo referência *na* e *para* a cidade, o público do museu é morador de Taubaté ou de fora da cidade? A população da cidade sabe da existência do Sítio? Frequenta este espaço?

Tentar conhecer o público é um caminho para entender a relação do Museu com a cidade que o abriga e vice-versa. Procuro responder, ao longo deste trabalho, se a Instituição está de fato interessada em se envolver com o local em que se encontra e se o Museu se reconhece como instrumento para o desenvolvimento local. Do mesmo modo, foi necessário investigar se a cidade está interessada em perceber que o Museu também é um importante espaço de socialização, pois compreendo que o movimento de estreitamento de relações entre um museu e uma cidade não deve partir só do museu, a cidade também deve entender a importância da instituição museológica na constituição da sua urbe.

É significativo que a relação de um museu com sua cidade (e vice-versa) não seja pautada apenas no âmbito educacional, mas que se perceba sua dimensão cultural, que abra espaço para a perspectiva do afeto. O espaço museológico deve permitir que seus visitantes se sintam pertencentes a ele, criando relações – afetivas, lúdicas, educacionais, entre outras. Um museu que não se permita ser explorado de distintas maneiras acaba por não ter função nem em si mesmo nem para a sociedade.

Uma cidade que tem um museu como símbolo, tem a necessidade de expandir sua compreensão sobre espaços educativos, para não delimitar essa função a escolas e Universidades. Taubaté apresenta distintas possibilidades educativas que visam a preservação da cultura local: museus, celebrações regionais, festas de literatura, entre outras. Neste sentido, se estas manifestações têm apoio do poder público, é possível entender que o município está caminhando para que seja entendido como educador, mesmo que não considere, por hora, em se candidatar como cidade educadora. Todavia, este estudo vai além da perspectiva educacional ou de enquadramentos feitos por estudiosos da temática no que tange a pensar o museu e a cidade como espaços de educação não formal. Esta pesquisa tem interesse particular no “uso” do museu diante de sua urbe, em um sentido amplo, por perceber similaridades entre seu conceito e o conceito de cidade educadora.

1.1.

Os caminhos da pesquisa

Na tentativa de responder às questões de pesquisa, foram realizados os seguintes procedimentos: revisão de literatura, para conhecer o que já foi produzido sobre a temática em questão, tendo como foco a relação de Taubaté com o Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato (MFHPML); análise de documentos do Museu e da Prefeitura da cidade; consulta de fontes estatísticas sobre a frequência de público no Museu; entrevistas semiestruturadas (27) com o público espontâneo do museu, servidores públicos e pessoas envolvidas com a cultura da cidade³. Vale destacar que ao longo do trabalho são utilizadas algumas imagens/ fotografias – da cidade, do museu, de atividades desenvolvidas pela instituição, de Monteiro Lobato e seus personagens... – com o intuito não de ilustrar, mas de apresentar uma outra forma de escrita ao leitor, na perspectiva da etimologia da palavra fotografia – escrita pela luz.

1.1.2

Os caminhos das entrevistas

As 27 entrevistas semiestruturadas - utilizadas ao longo da construção deste trabalho - foram realizadas entre o fim do ano de 2016 e decorrer de 2017. Destas 27, foram entrevistadas 2 pessoas envolvidas com a cultura do município, 6 servidores públicos da cidade e 19 visitantes espontâneos do MFHPML - que tiveram seus nomes alterados para garantir o anonimato no texto. As questões para os visitantes eram distintas das questões para as “pessoas envolvidas com a cultura da cidade”. O principal objetivo das entrevistas era analisar o local simbólico que o museu ocupa para cada entrevistado.

A escolha dos servidores públicos entrevistados foi baseada em possíveis relações que poderiam ter com o Museu, sendo elas: Maria Cristina Lopes, coordenadora do Museu; Pollyana Gama, professora da rede municipal e ex-vereadora⁴, que sempre esteve envolvida em projetos educacionais da cidade; Rosemeire Moradei Duarte, diretora do Departamento de Comunicação da Prefeitura; Márcio Carneiro, secretário de Cultura da Prefeitura; Gisele Viola, diretora do Departamento de Educação da Prefeitura e José Ferreira, diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura. Já a escolha daqueles que trabalham com cultura se deu devido ao âmbito de sua atuação na cidade: Cláudia Perroni,

³Os roteiros das entrevistas encontram-se no Apêndice desta pesquisa.

⁴Ocupou o cargo de Deputada Federal em Brasília pelo Partido Popular Socialista (PPS), quando acabou seu mandato, retornou à Taubaté e, no ano de 2018, se candidatou novamente à Deputada Federal (PPS).

jornalista da TV Cidade⁵ e Pedro Rubim, criador do Almanaque Urupês⁶. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento para identificação de seus nomes.

As entrevistas com os visitantes espontâneos ocorreram ao longo dos períodos em que passei no Museu, tanto nos dias de semana, quanto nos fins de semana. A abordagem para a realização das entrevistas se deu após a visita à exposição: no momento em que saíam da “casa de Lobato”, apresentava o propósito da entrevista, solicitando a gravação do áudio pelo celular e mostrava as questões que seriam propostas. As entrevistas tinham tempo de duração entre 10 a 20 minutos e as únicas – poucas - negativas que recebi se relacionava com o tempo escasso dos visitantes. De uma forma geral, não encontrei obstáculos para realizar esta etapa do trabalho.

As entrevistas com os servidores públicos e com Pedro Rubim e Cláudia Perroni foram realizadas de modos distintos; no entanto, como o Sítio do Pica Pau Amarelo é referência cultural na cidade e a coordenadora do Museu conhecia todos os outros entrevistados, se encarregou de me apresentar a cada um deles. Portanto, também não tive dificuldades para realizar essas entrevistas, principalmente quando sabiam que se tratava de uma pesquisa de doutorado sobre o Museu e a cidade. O que demorava, às vezes, era conciliar as agendas entre a entrevistadora e entrevistada(o). A intenção era também entrevistar o vice-prefeito, e foi feito contato via assessores inúmeras vezes, mas não obtive sucesso. As entrevistas duraram de 40 minutos a 1 hora.

A entrevista com a coordenadora do Sítio, Maria Cristina Lopes, foi a mais fácil, pelo fato de já estar presente no Museu quase todos os dias. Com Pollyana Gama, ex-vereadora, entrei em contato pelo Facebook, fui atendida e orientada a ligar para a Câmara Municipal e marcar um horário para entrevistá-la na própria Câmara. O agendamento com Rosemeire Moradei Duarte, diretora do Departamento de Comunicação, ocorreu pelo celular e a entrevista foi realizada na prefeitura de Taubaté.

A entrevista com Márcio Carneiro, secretário de Cultura do município, se deu no início de sua gestão. O agendamento foi realizado pelo telefone do

⁵Trata-se de uma emissora Comunitária, regida pela Lei 12.485, com programação própria e/ou terceirizada, com a maior grade da América Latina, ou seja, 24 horas por dia de programação. A TV Cidade Taubaté é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), devidamente registrada no Ministério da Justiça e nos demais órgãos competentes. É uma entidade sem fins lucrativos e todo rendimento é aplicado em melhorias de equipamentos e ou manutenção do projeto. É uma emissora laica. Tem uma grade de programação plural que contempla todos os segmentos, seja no esporte, no debate, na vida pública, no transporte, na literatura, nas expressões culturais, onde o ator privilegiado é sempre o próprio povo. A jornalista entrevistada foi Cláudia Perroni.

⁶Desde 2002 o Almanaque atua com promoção cultural e história regional. Seu nome é uma homenagem ao livro “Urupês” de Monteiro Lobato. Seu criador é Pedro Rubim.

Centro Cultural da cidade, onde foi executada a interlocução. As entrevistas com Gisele Viola, diretora do Departamento de Educação de Taubaté e José Ferreira, diretor do Departamento de Turismo da cidade, foram feitas por e-mail, devido à divergência de agendas. Com Cláudia Perroni, jornalista da TV Cidade e Pedro Rubim, criador do Almanaque Urupês, as entrevistas foram realizadas via Facebook – enviei as questões através de mensagens privadas para cada um deles.

A seguir, apresento tabela com alguns dados dos 19 visitantes do museu que foram entrevistados. Cabe destacar que a entrevistada Carmen estava acompanhada de sua mãe Sônia (84 anos) e uma amiga de sua mãe (81 anos), e a entrevistada Maria também estava acompanhada de sua mãe Dayse (74 anos – moradora de São Paulo), que pouco se pronunciaram na entrevista.

Tabela 1: Dados dos visitantes espontâneos entrevistados

ENTREVISTAS			
NOMES FICTÍCIOS DOS ENTREVISTADOS	CIDADE ONDE HABITAM	IDADE	ÁREA DE FORMAÇÃO / TRABALHA EM QUE?
Anderson	Jacareí - SP	37 anos	Engenharia de controle e automação / área de produção
Marcela	Taubaté - SP	31 anos	Marketing / gerente de loja
Bernardo	Taubaté - SP	36 anos	Estudou até o 5º ano / sorveteiro
Carmen	Taubaté - SP	57 anos	Terapia ocupacional / aposentada
Célia	São João Del Rey - MG	62 anos	Economia / bancária (aposentada)
Débora	Taubaté - SP	34 anos	Jornalismo e Fotografia / professora universitária e fotógrafa
Fernanda	Taubaté - SP	33 anos	Comunicação Social / bancária
Francisco	Rio de Janeiro - RJ	64 anos	Administração / analista de sistemas (aposentado)
Helena	Guaratinguetá - SP	30 anos	Ensino médio / faz parte da limpeza em uma creche da cidade
João	Caçapava - SP	26 anos	Ensino médio / conferente de mercadoria
Juliana	Taubaté - SP	38 anos	Engenharia de qualidade / dona de casa
Lilian	Florianópolis - SC	38 anos	Educação Física / educadora física
Maria	Taubaté - SP	53 anos	Ensino médio / securitária (aposentada)
Mariana	Cuiabá - MS	49 anos	Administração de empresas / guia de turismo de viagens pedagógicas
Meire	Taubaté - SP	35 anos	Ensino médio / dona de casa
Regina	Rio de Janeiro - RJ	59 anos	Medicina / Médica
Thamiris	Taubaté - SP	35 anos	Artes / professora e fotógrafa
Renan	Taubaté - SP	29 anos	Ensino médio / pintor
Vitor	Taubaté - SP	61 anos	Superior Completo / eletricista

Fonte: Elaboração própria

Na tabela acima é possível pontuar as seguintes características dos sujeitos entrevistados: dos 19 visitantes espontâneos, 13 eram mulheres e 6 homens; a faixa etária predominante era por volta dos 30 anos; 11 visitantes

eram de Taubaté e os outros 8 eram de localidades variadas do Brasil e 13 visitantes apresentavam o ensino superior completo, já os 6 restantes, em sua maioria, estudaram até o ensino médio.

A partir das questões colocadas anteriormente, cujo objetivo central é investigar a relação da cidade de Taubaté com o Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato, apresento os objetivos específicos da pesquisa:

- Investigar se as ações educativas propostas pelo Museu dialogam com a cidade;
- Analisar se os servidores públicos da Prefeitura apoiam as ações propostas pelo Sítio;
- Averiguar se os visitantes espontâneos do Sítio e os gestores compreendem o Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico, Monteiro Lobato como patrimônio representativo de Taubaté.

Neste primeiro capítulo, intitulado Introdução, foi apresentado as questões da pesquisa, objetivos e metodologia utilizada. No capítulo dois, buscou-se conceituar sociologicamente o que é cidade: como ela se constitui, como é sua dinâmica, sua mobilidade, entre outros aspectos. Em seguida, a cidade de Taubaté é apresentada ao leitor. E, na tentativa de compreender também o que é "cidade educadora", tomou-se por base a "Carta das Cidades Educadoras", documento elaborado em 1990 no 1º Congresso das Cidades Educadoras em Barcelona e revisado em 1994 e 2004, abordando os motivos que podem levar as cidades a se autodenominarem cidades educadoras.

No capítulo três, são apresentadas algumas reflexões sobre o panorama cultural de Taubaté - cidade do Vale do Paraíba que mais tem museus -, a importância da implementação do Sistema Municipal de Cultura e a representatividade do "filho pródigo" da cidade: Monteiro Lobato.

O capítulo quatro busca conceituar museus e patrimônio e a relação com o território, bem como debater algumas políticas concernentes à temática em questão. É feita também uma breve discussão sobre educação formal, não formal e informal, tendo em vista que são levantados aspectos da educação não formal a partir da relação entre cidade educadora e museus.

O capítulo cinco apresenta a história do Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico, Monteiro Lobato (MHFPML) efetuando-se uma análise de seu plano museológico, de seus objetivos/ missão, buscando-se, assim, perceber se há indícios de uma possível relação do museu com a cidade de Taubaté na proposta de criação da Instituição. Como a cidade se vê, como ela enxerga o museu, qual o lugar do museu na cidade, configuram-se como questões abordadas ao longo do capítulo. Outras indagações também se apresentam

como foco: Taubaté pode, de fato, ser uma cidade educadora? Esta mesma cidade entende o Museu como parte de sua própria educação? As entrevistas e as observações realizadas ao longo do trabalho de campo entram então em diálogo com as questões levantadas. E para finalizar este capítulo, é proposto uma relação entre o museu, os discursos produzidos acerca dele e os sujeitos que produzem este discurso, para, então, pensar no discurso específico do MHFPML. Será que os museus buscam, efetivamente, alcançar toda a população ou apenas parte dela? É importante perceber que os discursos museais são feitos por homens que levam seus pré conceitos para dentro das instituições culturais.

Por fim, nas considerações finais são abordadas possibilidades para o futuro de Taubaté, pensando no patrimônio da cidade de uma maneira mais global, na sua importância para o município e cidadãos, bem como outros projetos culturais que auxiliam em um conhecimento mais aprofundado da cidade pelos seus habitantes e, nessa perspectiva, maior sentimento de pertença.

2

Cidade, Taubaté e cidade educadora

2.1.

Cidade: o que significa?

O mundo, ao longo do século XX, apresentou um acréscimo da população que vive nas cidades. No Brasil, entre os anos de 1930 e 1990 a população urbana passou de 30% para 81%; na América Latina três (3) em cada quatro (4) habitantes estão vivendo nas urbes e, em termos mundiais, 70% da população também passou a residir nas cidades (MOLL, 2013).

Diante da modificação do número de habitantes da cidade, alguns questionamentos em relação ao seu conceito são pertinentes: como a cidade pode contribuir para a formação da cidadania de seus habitantes? De que maneira a cidade pode colaborar para que os cidadãos, cada vez mais numerosos, convivam em harmonia? Como a urbe influencia na vida de seus cidadãos? Qual o papel da cidade em um momento de globalização e aumento do território urbano?

Em termos históricos, Moll (2013) pontua os diferentes papéis que as cidades já tiveram: a polis grega representava o espaço da praça pública, do nascimento da democracia e da palavra; a cidade medieval, através de suas muralhas, deixava os bárbaros e os diferentes do lado de fora da urbe; a cidade moderna foi tramada do nascimento do capitalismo e da revolução industrial.

Lefebvre (2001) afirma que a cidade pré existe à industrialização, mas essa mesma industrialização caracteriza a sociedade moderna como conhecemos hoje. E para definir a cidade moderna, Rémy e Voyé (1992, p. 14/15) apresentam a seguinte concepção:

(...) uma unidade social que, por convergência de produtos e de informações, desempenha um papel privilegiado nas trocas - materiais ou não -, em todas as actividades de direcção e de gestão e no processo de inovação. É por excelência, o lugar onde grupos vários, embora permanecendo distintos uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima de um mesmo território, o que não somente facilita os contatos programados, mas principalmente multiplica as hipóteses de encontros aleatórios e favorece o jogo das estimulações recíprocas. Lugar a partir do qual se estrutura o campo das actividades sociais, a cidade

também confere uma dimensão sistemática à cultura regional circundante; pode também, pelo contrário, ser, em certos momentos, um lugar de ruptura e de inovação. (RÉMY e VOYÉ, 1992, p. 14/15).

Sendo centros de vida política e social, é na cidade que há o acúmulo de conhecimentos e riquezas (LEFEBVRE, 2001), e este acúmulo é possível porque "é no espaço urbano que a sociedade se expressa - as relações espaciais são relações sociais⁷". As relações sociais também surgem através dos conflitos que se originam ao ocupar os espaços que a cidade oferece, mas nem por isso os conflitos devem ser evitados. A urbe é igualmente espaço de destruição e recriação, onde os habitantes estão sempre refazendo suas identidades.

Tanto a cidade quanto o cidadão estão em constante mudança: quando a cidade se transforma, os modos de vida dos cidadãos também são modificados. Para Lefebvre (2001) a modificação da sociedade altera a cidade, pois esta depende das relações imediatas que se estabelecem e das relações diretas entre grupos e pessoas que constituem esta mesma sociedade.

Ainda segundo o autor, a transformação da cidade se dá por dois motivos: (i) processos globais que representam o aumento da produção material e suas consequências, como o desenvolvimento da racionalidade e as trocas; (ii) transformações intensas que ocorrem nas relações cidade-campo, modo de produção e relações de propriedade e classe (LEFEBVRE, 2001).

A relação cidade-campo não é mais protagonista na história, pois a cidade não representa mais a liberdade e emancipação política e social para os camponeses; no entanto, Fortuna (2002) destaca que há o conflito da cidade com ela mesma, ou ainda, "que se instaurou na cidade moderna e industrial o conflito da cidade contra a 'não'-cidade." (idem, 2002, p. 126).

A cidade também pode ser compreendida de distintas maneiras, seja pelo seu espaço físico, seja pelas relações que são estabelecidas entre o próprio espaço e os cidadãos. E a área física pode ser tanto um triunfo quanto uma limitação para aqueles que a habitam. Esta distinção varia de acordo com os grupos sociais e o modo como esses grupos podem se apropriar geograficamente da cidade, já que quanto maior a possibilidade de mobilidade, maior é a inclusão no perímetro urbano, e quanto menor essa possibilidade, maior é a exclusão nesse perímetro urbano.

Também refletindo sobre o espaço, Lopes (2000) destaca que:

A densidade, pelo seu lado, transforma a cidade num mosaico de <mundos sociais descontínuos> que jamais se

⁷Nota de aula - Sociologia da cidade - ministrada em 23 de maio de 2017 pela professora doutora Helena Vilaça, na Universidade do Porto/ Portugal.

interpretam. Desta forma, aumenta a competição pelo espaço, o que origina sentimentos de solidão, tensão nervosa e um conjunto de frustrações pessoais. (idem, p. 69).

Na medida em que a população, para satisfazer suas necessidades - sejam elas relacionadas a compras, emprego e/ou programas culturais -, necessita, na maioria das vezes, se deslocar por distintos bairros, é possível afirmar que a mobilidade é um ponto central em relação à cidade, intimamente ligada à urbanização e é condição de presença e adaptação na vida urbana.

É interessante pensar nos elementos que limitam e/ou permitem que a mobilidade ocorra, visto que para se integrar ao meio urbano a capacidade de mobilidade é uma condicionante. A possibilidade de se mover pelo espaço demanda, muitas vezes, um certo aporte econômico; porém, mais do que isso, se a capacidade cultural for limitada desenvolve-se a necessidade de um enraizamento espacial concreto, limitando a mobilidade, pois as referências concretas não são transponíveis a outras áreas.

As referências concretas são, geralmente, ligadas a grupos menos favorecidos que não apresentam condições financeiras para realizar deslocamentos e fundamentam sua segurança no conhecimento pessoal e nas relações com os vizinhos, ou seja, há um grau de proximidade importante e necessário para este grupo. Já em relação a uma elite econômica, a rede de relações a qual pertencem e os meios políticos, culturais, sociais e econômicos de que dispõem tornam essa mobilidade quase orgânica.

Em relação à capacidade cultural, pode-se dizer que ela se limita à medida que não há mobilidade, mas, esta mesma mobilidade se limita à medida que a capacidade cultural não se expande, havendo uma interdependência. A limitação da capacidade cultural é entendida, por exemplo, quando o cidadão não percebe novas perspectivas para sua vida. E talvez não perceba porque não há nenhum referencial externo que permita com que ele perceba o que a mobilidade expandida permitiria. Remy e Voyé (1992) compreendem que a cidade, para alguns, favorece desenvolvimentos relacionais, para outros, favorece o anonimato, e para um outro grupo, a cidade limita as relações àquelas que os vizinhos proporcionam.

Se a facilidade da mobilidade é determinante para que os habitantes se apropriem melhor da cidade, constituindo assim um capital de mobilidade – ou seja, a rua como papel de destaque na constituição deste capital -, para os grupos menos favorecidos que não possuem família, escola, nem casa, a rua se torna representante de guetização, insegurança e violência, dificultando a real

mobilidade e consequente formação cultural, pois essa formação é ampliada à medida que os habitantes circulam pela urbe. Estaríamos então diante de uma cidade partida em que para alguns cidadãos a cidade é espaço de desenvolvimento, e para outros é um espaço de reprodução das baixas condições sociais em que já se encontram?

Martinez (2008) entende que a lógica mercantilista produz várias cidades: a dos miseráveis, dos emergentes e dos integrados. Cada grupo circula no seu meio, dificultando a convivência e deteriorando a qualidade de vida, já que as trocas - materiais ou não - são reduzidas. E estas múltiplas cidades se constroem à medida em que há um aumento da população urbana, ocasionando em uma vida urbana precária que é oferecida hoje em dia por muitas metrópoles. Para Fortuna (2002), diante deste cenário, é urgente reconhecer que nas próximas décadas é inevitável construir mais e melhores cidades.

Em 2001, no Brasil, foi criado o Estatuto das Cidades, que regulamenta os artigos 182 e 183, da Constituição Federal de 1988. O artigo 182 trata sobre Política Urbana, cujo objetivo central é o de "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes" (1988, p. 112), destacando que "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor." (idem). Já o artigo 183 não apresenta relação com o estudo apresentado.

O Estatuto da Cidade (2001) estipula diretrizes para manter a ordem pública e o interesse social que auxiliam na regulação do uso da propriedade urbana em benefício da segurança, do meio ambiente e do bem-estar dos cidadãos e traz, em seu artigo segundo, uma série de diretrizes para que a cidade seja melhor para todos. A seguir são elencadas algumas dessas diretrizes:

- I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território (....)

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

(...)

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

(...)

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

(...)

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

(...)

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

(...). (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 1/2).

As diretrizes do Estatuto da Cidade apresentadas acima dão destaque para a mobilidade do cidadão ao mencionar transportes, distribuição espacial da população e infraestrutura da cidade. Conforme já mencionado anteriormente, a possibilidade de mobilidade influencia e é influenciada pela capacidade cultural e ambos beneficiam a formação cultural, que, conseqüentemente, amplia a potencialidade do cidadão para explorar geograficamente o território, aumentando sua capacidade de mobilidade.

Quando o sujeito se locomove por diferentes espaços geográficos, sua convivência social é facilitada e a necessidade de pontos de referência concretos é limitada, pois a proximidade espacial não é determinante para a construção das relações e as barreiras físicas tornam-se mais facilmente transponíveis pela capacidade de abstração que, por conseguinte, permite maior domínio dos espaços não antes conhecidos. Percebe-se esta condição nos grupos sociais mais favorecidos, implicando também nas suas condições de relações sociais que acabam por se desenvolver.

Lopes (2008) também entende que a mobilidade real é ingrediente necessário para uma melhor formação cultural, já que transitar pela cidade amplia o capital econômico, cultural e social. Esta facilidade está ligada às classes sociais mais altas, pois, para as classes menos favorecidas muitas vezes é oferecida apenas a mobilidade virtual que não quer dizer inclusão, já que ter acesso à tecnologia não significa necessariamente saber usá-la, podendo mascarar uma suposta mobilidade que é facilitada apenas na teoria,

mas não na prática. No entanto, apesar da relação entre qualificação social e cultural, para o autor os novos públicos urbanos, ainda que sejam escolarizados, não necessariamente são familiarizados com as manifestações da cultura dita erudita. (LOPES, 2000).

O processo de urbanização, que é modificado pela relação entre a vida social e local de moradia, é o processo que integra a mobilidade, constituído não apenas de bens e sujeitos, mas de ideias e mensagens que se fazem presentes no dia a dia (REMY e VOYÉ, 1992). Sendo possível observar a existência de constantes trocas (materiais e de conhecimento) no meio urbano, Canclini (2013) faz uma reflexão sobre qual é a sociedade em que estamos: a do conhecimento ou da informação? Apesar da grande quantidade de informação produzida e disponibilizada - o que poderia induzir à afirmação de que estamos em uma sociedade do conhecimento -, há retenção de informações por parte de um grupo mais favorecido. Portanto, é possível concluir que estamos em uma sociedade da informação, pois essa é uma sociedade desigual devido à existência de grupos mais e menos favorecidos.

O autor aponta que o espaço público ainda apresenta ruptura entre os bairros de zonas mais ou menos qualificadas e se torna mais complexo mediante três fatores: o alargamento dos meios virtuais de comunicação, a convivência e a segregação, complexificando também a questão da mobilidade.

As cidades, sobretudo as grandes cidades, são sistemas espaciais e redes de comunicação. Uma cidade habita-se e faz-se circular, e ambos os modos de a ocupar complementam-se: movimentar-se para trabalhar e consumir é, supostamente, uma maneira de a usar. Portanto, a cidade forma seus habitantes pelos procedimentos em que organiza a ocupação do espaço e pelas oportunidades que oferece de informar-se, conhecer e actuar comunicando-se. (CANCLINI, 2013, p. 157).

O autor ainda aponta que a contribuição da cidade para o desenvolvimento cultural se dá quando há uma combinação entre as comunicações tecnológicas e o conhecimento histórico-territorial. Esta perspectiva dialoga com as ponderações de Rémy e Voyé (1992) ao afirmarem que a proximidade territorial já não é tão necessária quanto era para a aproximação cultural, pois as formas culturais deixam de ser dependentes do enraizamento regional e o papel do espaço vai diminuindo no encerramento das redes de interdependência.

Lopes (2000a) destaca que muitos autores atestam que o terreno das lutas sociais urbanas se deslocou da esfera da produção para a esfera do

consumo, cultura e estética e os estilos de vida se tornaram meio privilegiado para se conceber as próprias classes sociais, não se configurando mais apenas como indicadores das classes à qual pertenciam.

A maneira como a cidade se apresenta ao seu habitante também influencia no uso do espaço. Se a urbe se apresenta de uma forma coesa e aberta, seus "principais pontos de referência constituirão autênticas marcas simbólicas que funcionarão como estímulo à interação" (LOPES 2000a, p. 76) e, com isso, tende a proporcionar uma vivência urbana mais intensa.

No entanto, se a cidade se apresenta de uma forma mais fechada e ilegível, tende a proporcionar desorientação, isolamento, desorganização e fragmentação. "As suas marcas serão dispersas e incongruentes, e o seu significado caótico e confuso" (LOPES, 2000a, p. 76), enfraquecendo a coesão social. Tal fato se dá quando o discurso da cidade é voltado apenas para um grupo, geralmente aqueles que pertencem à classe social mais favorecida, alavancando o processo de exclusão das outras classes.

Entendendo a cidade como um espaço fragmentado, Fortuna (2002) discorre sobre a implementação de políticas culturais neste cenário:

Esta diversidade de situações e níveis desiguais de envolvimento e benefício das novas políticas culturais tornam claras as dificuldades de instituir ações socialmente abrangentes de redesenvolvimento cultural das cidades. A razão de fundo desta dificuldade reside na própria ontologia da cidade moderna, feita de fragmentações e incoerências políticas, sociais e culturais. Se é destes fragmentos que se pode constituir e revigorar a imagem cultural de uma qualquer cidade, não é menos verdade que, em tempo de globalização, de crescente competitividade intra- e inter-cidades, a identificação de uma imagem emblemática ou de uma expressão identitária revelar-se-á sempre paradoxal e pode mesmo incorrer no reforço daquelas fragmentações e incoerências. Por outras palavras, as cidades não podem ser nunca globalmente globais, nem para dentro nem para fora, porquanto a globalização virtuosa ou a hegemonização de um ou vários dos seus "fragmentos" (que assim se tornam imagem de marca local) projecta-se sempre na localização ou na subordinação de outros, sejam eles grupos ou movimentos sociais, espaços ou monumentos, linguagens, artes ou saberes, actividades ou acontecimentos. (idem, p. 132).

Esta cidade fragmentada é, portanto, também vivida e imaginada. Cada espaço tem significado e valores distintos para cada cidadão influenciando na definição das identidades sociais. Imagina-se os espaços de culto, mas também os espaços proibidos, pois todos estes elementos fazem parte da cidade. (LOPES, 2000).

A injustiça causada pela fragmentação da cidade pode ser atenuada com o bom uso do espaço público. Fortuna (2002) define este espaço público bem utilizado como aquele que é de fácil compreensão – não apenas esteticamente - e um pouco abstrato, indo além de sua funcionalidade; mas, é também explícito e bem definido, capaz de promover a relação dos humanos com a cidade.

Toda cidade apresenta um potencial educativo, mas para que este potencial seja colocado em prática é necessário se pensar a cidade de modo distinto, não ignorando os elementos físicos que a compõe, como seus prédios, avenidas e praças, entendendo-a como um território que apresenta inúmeras culturas e histórias. (Moll, 2013). Para Martínez (2008),

Essa vocação [de cidade educativa] deve enfrentar uma maior complexidade associada a fenômenos como a deterioração da qualidade de vida e do meio ambiente, exclusão social, marginalização, discriminação, consumismo e individualismo. Devemos também atender às sensibilidades de uma maior autonomia e diversidade cultural, abordando os medos e ansiedades que cercam o outro. É dada especial atenção às transformações culturais associadas às formas da vida familiar contemporânea. Da mesma forma, tem que assumir a presença cada vez mais influente de novas tecnologias de informação e comunicação que estão inseridas nas práticas de crianças e jovens com grande facilidade. (idem, p. 6, tradução livre).

O direito à cidade é um direito de todos que nela habitam. Mas, para que todos tenham igualmente esse direito, é necessário que as cidades desenvolvam ações socialmente sustentáveis⁸ e que se transfigurem em espaços culturais e criativos (FORTUNA, 2002). Ou seja, o desafio é construir uma cidade do futuro que se mostre imaginativa, ambiental, justa, compacta, mas ao mesmo tempo apresente distintas direções, que apresente sentido e memória significativos para seus habitantes, facilite o contato social e não admita uma cultura hegemônica (idem).

Villar (2001) entende que a cidade deve repensar sua própria gestão, implementando políticas urbanas, econômicas e sociais que possibilitem que a cidade seja sustentável e se converta em impulsionadora de desenvolvimento do território, mobilizando energias e recursos direcionados para programas que visem à qualidade de vida e promoção da cidade.

⁸O conceito de “sustentável” que se aplica é: desenvolver ações que sejam capazes de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/> Acesso em: fevereiro/2019.

Além disso, esse mesmo poder público pode também exercer papel pedagógico no âmbito da cidade, ou seja, articular sujeitos sociais e forças governamentais, mediar interesses, mesmo que distintos, sobre o uso do espaço público, e financiar projetos que surjam através de necessidades e reivindicações. (MOLL, 2013).

A promoção da cidadania e o aumento da qualidade de vida devem ser pontos centrais nessa nova visão da cidade que pode ser denominada de "cidade educadora". Para Moll (2013), recontextualizar a cidade...

(...) pressupõe a compreensão da cidade como uma grande rede de trilhas educadoras, nos seus espaços pedagógicos formais (escolas, creches, faculdades, universidades, institutos) e informais⁹ (teatros, praças, museus, bibliotecas, meios de comunicação, repartições públicas, igrejas, além do trânsito, do ônibus, da rua), cujas ruas sejam pontes para a convivência e as aprendizagens e onde a **intencionalidade das ações desenvolvidas, possa converter a cidade em território educativo e fazer da cidade uma pedagogia.** (p. 223, grifos nossos).

A autora também compreende que entender a cidade diante uma nova perspectiva é distinguir o que se é pensado no senso comum, ou seja, a cidade como um local inseguro, violento, perigoso que gera medos e coloca como único lugar seguro o ambiente doméstico. É importante compreender que outras tantas cidades cabem nessa cidade do senso comum.

2.2.

A cidade de Taubaté

A cidade de Taubaté, situada no Vale do Paraíba¹⁰/SP, foi fundada por volta de 1640 pelo Capitão Jacques Félix, e reconhecida como Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté em 5 de dezembro de 1645, data de aniversário da cidade. Segundo a diretora do Departamento de Comunicação do Governo, a cidade apresenta *ótima localização, perto da montanha, da praia, o clima é bom.* (Entrevista – 09/2017).

⁹Sobre o conceito de "educação formal e não formal": os ingleses subdividem a educação em "formal" e "informal", e não utilizam o termo "não formal". Este é utilizado pelos autores de língua portuguesa e será adotado ao longo deste trabalho, onde então será encontrado: educação formal, não formal e informal.

¹⁰Localiza-se entre o leste do Estado de São Paulo e o sul do Estado do Rio de Janeiro. Está às margens da rodovia Presidente Dutra (BR-116), dentro da megalópole formada pelas duas capitais. O nome deve-se ao fato de que a região forma a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, que vai desaguar no Oceano Atlântico. A região é considerada a terceira maior do Estado em volume de investimentos, possui um parque industrial altamente desenvolvido, destacando-se o setor automobilístico, aeroespacial/ aeronáutico, entre outros. Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/mp-vp.htm>> Acesso em: jul. 2016.

Seu nome é indígena e foi concedido pela tribo dos Guaianás, sendo uma variação do vocábulo “taba-ibaté”¹¹ que significa, na língua tupi, “aldeia que fica no alto”, pois seu povoado se localizava no alto da colina, onde hoje está instalada uma réplica do Cristo Redentor¹². Outro significado encontrado para o nome da cidade é “aldeia verdadeira”, onde “taba” significa “aldeia” e “êté” significa “verdadeira” / “principal”¹³.

Figura 1: Cristo Redentor (Taubaté; inauguração - 1956)



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3554102>

Taubaté também foi chamada de Terra dos Bandeirantes, pois nos séculos XVII e XVIII houve intensa expedição, as Bandeiras, pelo interior do Brasil, com a finalidade de reconhecer territórios, aprisionar indígenas como mão-de-obra e procurar minerais. A Vila de Taubaté foi então um importante centro de movimentação destas expedições.

No fim do século XVII, em 1693, foi descoberto ouro pelos bandeirantes taubateanos¹⁴ na região que hoje é denominada Minas Gerais, e posteriormente foram fundadas as cidades históricas de Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei e Tiradentes. O caminho que ligava os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro

¹¹Disponível em <<http://www.jornalonline.com.br/2012/ago/historia/4619-taubate-na-historia-nacional-resumo-historico>> Acesso em: set. 2017.

¹²Inaugurado em 31 de março de 1956. Disponível em <<http://www.almanaqueurupes.com.br/porta/textos/series/monumento-ao-cristo/>> Acesso em: out. 2017.

¹³Disponível em: <http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=6&proj=sabesp&pub=T&nome=documento_noticias&db=&docid=D7E065535B5A7134832572B300479F5F> Acesso em: out. 2017.

¹⁴Gentílico referente a quem nasce em Taubaté.

e São Paulo foi aberto pelos Bandeirantes e denominado pela Coroa Portuguesa¹⁵ de Estrada Real.

A Estrada, que hoje é a maior rota turística do país¹⁶, foi aberta sobre a trilha dos Guaianás e pavimentada por escravos, sendo utilizada como caminho oficial da Colônia e do Império por quase dois séculos, dando acesso a uma região que se tornaria a maior fabricante de ouro do mundo. No entanto, com os progressos trazidos pela construção de ferrovias, durante o reinado de D. Pedro II, a Estrada perdeu sua importância comercial.

A primeira referência ao “trem de ferro” data de 1870, mas a construção da ferrovia se deu entre 1877/1878, quando o trecho entre as cidades de São Paulo e Cachoeira Paulista, unindo-se ao trecho que vinha do Rio de Janeiro, foi inaugurado. Com o transporte ferroviário, o mesmo trecho, que era feito em dias através da Estrada Real, pode ser feito em horas e com mais segurança. Além disso, a passagem da via férrea por Taubaté provocou modificações na área urbana e a consequente expansão de sua urbanização.

Outro fato interessante de Taubaté: se antecipou à Lei Áurea, que, na maior parte do país, se deu no dia 13 de maio de 1888, e na cidade ocorreu no dia 04 de março de 1888 e contou com uma Comissão Pró-Libertação que fez um trabalho de conscientização nos proprietários rurais junto à comunidade taubateana, tendo o apoio de toda a população.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba foi criada com a Lei Complementar nº 1166 de 09 de janeiro de 2012¹⁷, configurando-se como unidade regional do Estado de São Paulo. A Região, de acordo com o artigo segundo de criação, tem por finalidade promover:

- I - o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida;
- II - a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;
- III - a utilização racional do território, dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, dos bens culturais materiais e imateriais;
- IV - a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região;
- V - a redução das desigualdades regionais¹⁸.

¹⁵Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/estradaareal>> Acesso: out. 2017

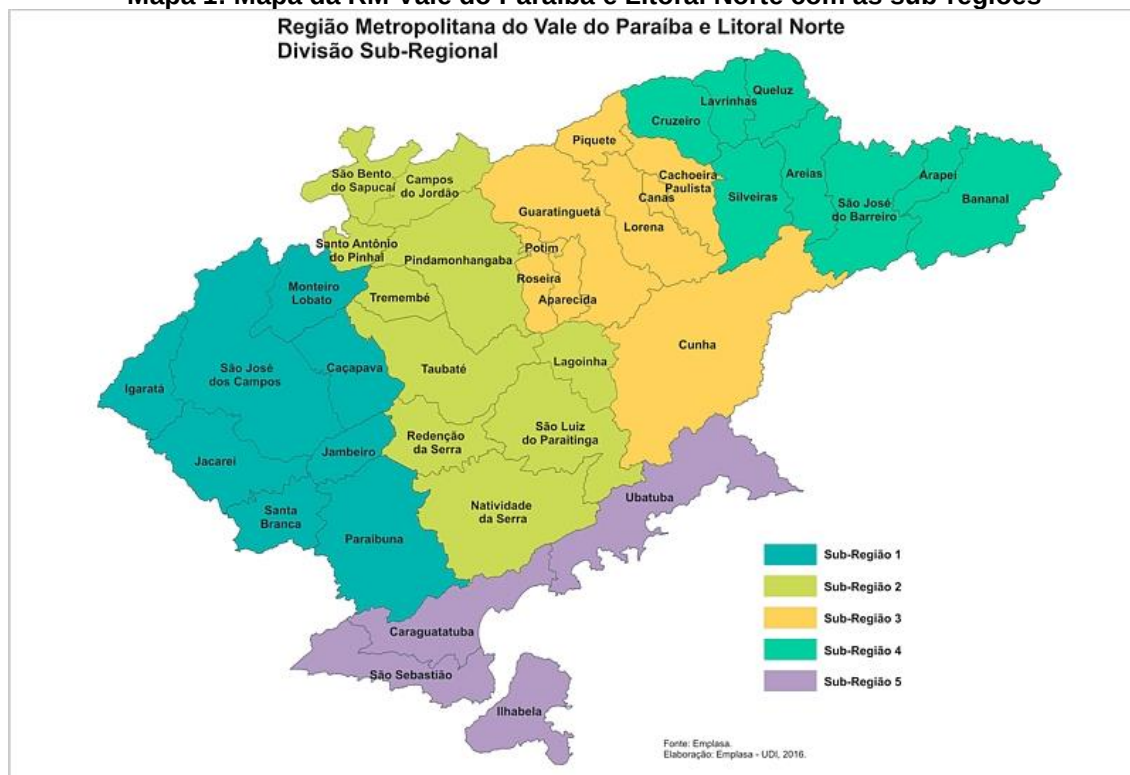
¹⁶Idem.

¹⁷Esta mesma Lei Complementar criou a região do Litoral Norte que engloba: Caraguatatuba, Ilha Bela, São Sebastião, e Ubatuba. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>> Acesso em: out. 2017.

¹⁸Idem.

Conforme já sinalizado, o Vale do Paraíba está localizado entre o leste do estado de São Paulo e o sul do estado do Rio de Janeiro, compreendendo 39 cidades do Estado de São Paulo. Apresenta uma extensão de 16.179,947 km² e uma população de mais de dois milhões de habitantes. O nome deve-se ao fato de que a região forma a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, que vai desaguar no Oceano Atlântico.

Mapa 1: Mapa da RM Vale do Paraíba e Litoral Norte com as sub-regiões



Fonte: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>

Atividades ligadas à agricultura eram a base da economia da região, mas com a construção da Rodovia Eurico Gaspar Dutra (BR-116), que corta toda a região, o Vale do Paraíba se desenvolveu industrialmente, tendo destaque no incremento econômico do Sudeste do país, aspecto que se mantém até hoje. As cidades mais afastadas da rodovia e as áreas rurais se especializaram nas pastagens e cultivos de arroz, trigo e milho. Já algumas fazendas cafeeiras optaram pelo turismo de aventura e rural.

A nova realidade socioeconômica, a facilidade de comunicação da região e sua posição geográfica foram fatores decisivos para a industrialização e progresso tecnológico que se iniciou no século XIX. Além disso, a região, por possuir um desenvolvido parque industrial, onde se destaca o setor aeroespacial e automobilístico, é a terceira maior do Estado em volume de investimento.

Para o século XXI, Taubaté tem prospecções de crescimento à medida que vem apresentando uma expansão industrial significativa, sendo o segundo (2º) maior centro industrial e comercial da região, configurando-se também como uma cidade industrialmente estruturada diante do cenário econômico do país. A cidade comporta empresas como: Volkswagen, Ford, LG, Alstom, General Eletrics, Usiminas e Embraer. Também se destaca militarmente, enquanto sede do comando de aviação do exército brasileiro¹⁹.

No entanto, mesmo com o panorama favorável para as indústrias, a diretora do Departamento de Comunicação acredita que *a fase das indústrias já passou... nos anos 80/90 teve o boom industrial, mas com a crise, (...) a imagem da industrialização já passou... então hoje acho que conseguimos trabalhar mais a imagem da cultura*. (Entrevista – 09/2017). Taubaté, no entendimento de habitantes de outras cidades da região, é muitas vezes vista como cidade provinciana, mas também cidade avançada. Porém, sua referência nacional é Monteiro Lobato e o Sítio do Pica Pau Amarelo, reforçando a imagem cultural.

Taubaté se tornou cidade, no *strictu sensu*, com a Lei Provincial²⁰ nº 5 no ano de 1842, e, em 1925, foi criado o distrito de Quiririm²¹ anexado ao município de Taubaté. Mas somente a partir de 1933 entendeu-se que o município é constituído de dois distritos: Taubaté e Quiririm, permanecendo assim até hoje. O então prefeito no ano de 2018 se encontra em seu segundo mandato.

A seguir, apresento alguns dados da cidade de Taubaté de acordo com o IBGE:

Tabela 2: Dados da cidade de Taubaté IBGE

Densidade demográfica em 2010	Área territorial em 2016	População estimada para 2017 em Taubaté
445.98 habitantes/km ²	625.003 km ²	307.953 pessoas

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355410>

¹⁹CAvEx. Disponível em: <<http://www.cavex.eb.mil.br/>> Acesso em: out. 2017.

²⁰Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1842/lei-5-05.02.1842.html>> Acesso em: jun. 2018.

²¹Primeira colônia Italiana do Vale do Paraíba (tendo os primeiros habitantes chegado em 1891), sendo reconhecida, em dezembro de 1925, como "Distrito de Paz de Quiririm". Disponível em: <<http://guiataubate.com.br/pontos-turistico-em-taubate/distrito-de-quiririm>> Acesso em: out. 2017.

Figura 2: Vista aérea da cidade de Taubaté

Fonte:

<http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/wpcontent/uploads/2013/01/aereacavex.jp>

A economia da cidade é dominada pelas indústrias e por serviços, tanto que no período de 2007-2013 estes foram os setores que mais geraram emprego, responsáveis, portanto, pelo crescimento econômico da cidade. Com relação ao quesito saúde pública, a taxa de mortalidade infantil da Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVale) ficou maior do que a média estadual (11,4)²² em 2014, porém, Taubaté conseguiu reduzir sua taxa de 13,2 em 2013 para 11,5 em 2014. No entanto, a melhor média desde 2010 foi em 2011 (10,5). A expectativa de vida da Região também aumentou de 71 para 75 anos em 2014, colocando a RMVale na quarta posição dentre as 15 regiões administrativas do Estado, que também aumentou para 75 anos, em termos de melhora de expectativa de vida²³.

Em ranking divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no período de 2015/2016, Taubaté assumiu a posição 43 entre as 50 melhores cidades brasileiras para se viver²⁴. O ranking leva em conta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que utiliza indicadores de educação, expectativa de vida e renda (PIB *per capita*). O Índice varia de zero a

²²Número de crianças que morreram antes de completar um ano, a cada mil nascidas vivas Disponível em: <<http://gazetadetaubate.com.br/mortalidade-infantil-em-queda-na-regiao/>> Acesso em: out. 2017.

²³Em 1º lugar: Baixada Santista (4,48 anos a mais), 2º: São Paulo (4,46 anos) e 3º Registro (4,37). Disponível em: <<http://gazetadetaubate.com.br/media-de-vida-na-regiao-chega-a-75-anos/>> Acesso em: out. 2017.

²⁴Outras cidades do Vale do Paraíba que compõe o ranking: São José dos Campos (24ª posição) e Guaratinguetá (47ª posição). Disponível em: <<http://engenhariae.com.br/editorial/colunas/50-melhores-cidades-do-brasil-para-se-viver-de-acordo-com-a-onu/>> Acesso em: out. 2017.

um, e quanto mais próximo de um, quer dizer maior desenvolvimento humano, e a cidade está com 0,800.

Em outro *ranking*, do ano de 2017, que analisa as 100 cidades mais populosas do Brasil e avalia os índices *educação, saúde, saneamento e segurança* reunidos no Índice dos Desafios da Gestão Municipal²⁵ (IDGM), Taubaté ocupou a 12º posição no *ranking*²⁶ geral das cidades, ou seja, conseguiu investir de maneira consciente nas quatro grandes áreas citadas - educação, saúde, saneamento e segurança -, proporcionando retorno para a população e melhorando a qualidade de vida dos habitantes. Para realizar este estudo, o instituto responsável – Macroplan – definiu a urbe como:

A cidade é o lar da prosperidade. As cidades são onde os seres humanos encontram satisfação de necessidades básicas e bens públicos essenciais. Onde vários produtos podem ser encontrados em suficiência e sua utilidade desfrutada. As cidades também são onde ambições, aspirações e outros aspectos imateriais da vida são realizados, proporcionando contentamento e felicidade e aumentando as perspectivas de bem-estar individual e coletivo²⁷ (STATE OF THE WORLD'S CITIES, 2012/2013, p. 10, tradução livre).

Em relação à renda, houve uma queda de sete posições, pois em 2013 Taubaté ocupava a posição de número 47 e em 2014 a posição de número 54; no entanto, continua entre os 100 municípios mais ricos do país²⁸. Foi inclusive escolhida, pelo levantamento Cidades Americanas do Futuro 2017/18²⁹, "como a 8ª pequena [população entre 100 mil e 350 mil habitantes] cidade do continente americano com a melhor relação custo-benefício para investimentos estrangeiros³⁰", a partir da análise das seguintes categorias: ambiente favorável a negócios, conectividade, estilo de vida, custo-benefício, capital humano e potencial econômico.

²⁵Disponível em: <<http://macroplan.com.br/estudo-desafios-da-gestao-municipal-2017/>> Acesso em: maio. 2018.

²⁶No 1º ranking, que data de 2005, Taubaté ocupou a 26ª colocação. Disponível em: <<http://compromissocomtaubate.com.br/taubate-entre-as-melhores-cidades-do-brasil/>> Acesso em: maio. 2018.

²⁷Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/745habitat.pdf>> Acesso em: maio. 2018.

²⁸Outras cidades do Vale do Paraíba compõe o ranking: São José dos Campos (20ª posição) e Jacareí (87ª posição). Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/12/tres-cidades-do-vale-estao-entre-os-100-municipios-mais-ricos-do-pais.html>> Acesso em: out. 2017).

²⁹Os dados foram coletados pelo Foreign Direct Investment (FDI) utilizando ferramentas online especializadas do mercado de investimentos estrangeiros.

³⁰Disponível em: <http://www.ovale.com.br/_conteudo/2017/07/economia/10640-taubate-e-8-cidade-das-americas-para-investimentos-revela-estudo.html> Acesso em: out. 2017.

Na questão educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB³¹) da cidade ficou em 5,8 no ano de 2015, tendo crescido em relação aos outros anos, mas não atingiu a meta (6,0). Para 2017 a meta é de 5,9; para 2019 é de 6,2 e para 2021 é de 6,4³². O professor Trajano³³ considera que este resultado insatisfatório decorre da alteração no modo de medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), fazendo com que Taubaté caísse no ranking, pois, antes, era medido em relação à frequência escolar e taxa de alfabetização e agora é sobre o fluxo escolar da população jovem e a escolaridade da população adulta. O professor esclarece que:

Temos um problema sério com a passagem dos alunos do ensino fundamental para o médio. Há uma evasão muito grande no número de alunos após essa transição, já que muitos jovens deixam de estudar para trabalhar e ajudar a família (TRAJANO, 2014)³⁴.

Ainda sobre o IDEB e sobre a rede municipal de ensino de Taubaté, a ex-vereadora, que hoje é professora da rede municipal da cidade, analisa:

temos uma rede municipal de educação que proporcionalmente a outros municípios, Taubaté tem uma abrangência muito maior. Temos mais de 40 mil alunos na nossa rede... nossa rede de educação infantil se destaca há anos proporcionalmente falando a outras cidades do Vale do Paraíba em termos quantitativos. Mas, se nós formos analisar os dados qualitativos, o último IDEB nos aponta uma preocupação que revela um grande desafio que a gente tem...o índice da educação básica em Taubaté estagnou e a gente não tem conseguido avançar. O Município de Novo Horizonte (SP) é o melhor IDEB do país, eles têm uma rede de quase 6 mil alunos, mas nosso orçamento é 12 vezes maior do que o deles... eles têm 30 milhões e Taubaté mais de 350 milhões previstos p/ o ano de 2017.... o problema não é recurso, mas se inicia pela gestão. (Ex-vereadora - Entrevista – 11/2016).

A entrevistada também acredita que ainda há uma fragilidade em relação às políticas públicas de educação, por mais que a cidade tenha o título de

³¹Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/2371-taubate/ideb>> Acesso em: out. 2017. Definição do Ideb: criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>> Acesso em: fev. 2019.

³²Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=8899285>> Acesso em: out. 2017.

³³Edson Trajano é economista e professor da Unitau (Universidade de Taubaté). Disponível em: <<http://gazetadetaubate.com.br/taubate-melhora-mas-cai-ranking-idh/>> Acesso: out.2017.

³⁴Idem. Não há página pois é um artigo online.

Capital Universitária do Vale do Paraíba. Até 2005 a maior parte dos professores da rede pública não era concursada e não possuía o ensino superior. Mesmo havendo incentivo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), os recursos não foram devidamente utilizados pela gestão pública. No entanto, a entrevistada considera que em 12 anos o quadro melhorou. A coordenadora do Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML) também acredita na rede de ensino da cidade, mesmo analisando que há muita coisa para melhorar:

(...) a cidade de Taubaté é hoje uma cidade de 320 mil habitantes, é uma cidade, para o interior, razoavelmente grande, ela também é uma cidade universitária, nós temos 2 universidades aqui bem fortes – Universidade de Taubaté (Unitau) e Anhanguera, dentre outras menores... cito aquelas pois são maiores, com cursos desde Educação à Medicina, por ex. (...) a educação funciona, são mais de 40 mil alunos na rede de educação (...). (Coordenadora do MHFPML - Entrevista – 09/2017).

A diretora do Departamento de Comunicação do Município acredita que hoje a cidade *está bem cuidada, está com segurança... a saúde pública está muito melhor do que já foi* (Entrevista – 09/2017), e afirma que não moraria em outro local. Corroborando a fala da diretora do Departamento de Comunicação, segundo o IBGE³⁵, no ano de 2015 houve uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de 98,1%, mortalidade infantil em 2014 foi de 11,93 para 1000 nascidos vivos e esgotamento sanitário adequado do ano de 2010 foi de 96,3%.

Taubaté conquista muitos moradores devido à localização e qualidade de vida que oferece. Para a maioria dos sujeitos entrevistados no decorrer desta tese, encontra-se tranquilidade, sossego, segurança, pessoas acolhedoras..., como na fala a seguir: *o que eu mais gosto daqui são as pessoas, tratam a gente bem, são bem receptivos, bem-educados...* (João, morador de Caçapava/ São Paulo - Entrevista – 09/2017). Alguns entrevistados não nasceram em Taubaté, mas foram atraídos pelas possibilidades oferecidas pela cidade e mencionadas acima: Maria, por exemplo, que era securitária e hoje é aposentada, diz: *eu vim fazer um curso há uns 5 anos atrás, aí escolhi ficar aqui (...) eu gosto da tranquilidade (...).* (Entrevista – 09/2017). Já Débora, mesmo não tendo família em Taubaté, afirma que é a cidade que a acolheu e diz gostar da *localização comercial e turística, história, qualidade de vida, vida cultural ativa*

³⁵Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/panorama>> Acesso em: fev. 2019.

(...). (Entrevista – 09/2017). Mais uma entrevistada, Fernanda, que é carioca e foi morar na cidade por motivo profissional, declara sua satisfação com o município: *Taubaté é a cidade que me abrigou*, ressaltando a qualidade de vida e segurança. (Entrevista – 09/2017).

2.3.

Cidade Educadora: escola da vida?

A expressão "cidade educadora" surgiu na Grécia clássica. No entanto, este termo foi esquecido, tendo sido reelaborado na década de 1970 com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O conceito de Cidade Educadora foi apresentado na Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação através do relatório de Edgar Faure³⁶ (1973), que utilizou a expressão "cidade educativa"³⁷, pois considerava que o civismo e a solidariedade que compõem a cidade, além da intensa troca de conhecimento que ocorre neste espaço, contribuem para que vigore um enorme potencial educacional.

Moll (2013) demonstra estar de acordo com a ideia apresentada acima, pois, para a autora, a cidade tem potencial educador a partir de seu território físico – natural, histórico e arquitetônico – e a partir do momento em que se configura como espaço de relações sociais, culturais e políticas, que influenciam diretamente na vida dos cidadãos.

Tanto Faure (1973) quanto Plutarco³⁸ afirmam que a cidade é o melhor instrutor e consideram que quanto mais estruturada a oferta de recursos de aprendizagem e de formação, mais educadora será esta cidade. Para os autores, não se pode limitar a educação no sentido de preparar os jovens de acordo com um modelo pré-existente. De modo geral, a educação deixou de ser privilégio da elite e hoje se aproxima da comunidade.

No contexto da cidade educativa/ educadora, a escola deixa de ser o único local onde o saber se legitima. Portanto, não necessariamente é preciso criar recursos, mas sim investir melhor naqueles que já existem. Para Moll (2013), os processos educativos que ocorrem nas ruas, escolas, ônibus e praças podem se tornar a chave para a convivência, e esta para a democracia, que por sua vez é compreendida pela autora como aquela que envolve respeito e

³⁶Advogado (1908-1988), ocupou o cargo de ministro da Educação na França até 1969, reformando o ensino universitário francês. De 1973 a 1978, presidiu a Assembleia Nacional, assumindo depois o mandato de deputado no Parlamento Europeu. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/edgar-faure.jhtm>> Acesso em: nov. 2017.

³⁷Visto que a cidade educadora propõe, em sua teoria, um território educativo, ao longo deste trabalho "cidade educadora" e "cidade educativa" serão utilizados como sinônimos.

³⁸Filósofo grego que se converteu romano. Estudou matemática e filosofia na Academia de Atenas. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofia/plutarco/>> Acesso em: nov. 2017.

compreensão frente às divergências na maneira como se compreende a vida, bem como pela maneira de se enfrentar coletiva e concretamente os problemas que afligem a sociedade como um todo.

Em 1990, o conceito de cidade educadora foi retomado no Primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras, ocorrido em Barcelona, momento em que foi redigida a primeira Carta das Cidades educadoras, que teve sua proposta definitiva em 2004. A Carta se baseou em diversos documentos em relação a direitos humanos que ganharam destaque no cenário mundial, como: Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), Convenção Mundial para a Infância (1990) e Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

Algumas razões que justificam o pensar sobre as cidades educativas e continuam justificando o pensar sobre as cidades educadoras são: necessidade de investir na educação para desenvolver o potencial humano de cada um, promover condições de igualdade para todos e construir uma sociedade do conhecimento sem exclusões (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004). A Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta um dado alarmante sobre a população do planeta que também justifica a importância das cidades educadoras:

(...) as projeções [da ONU] indicam que as cidades do planeta deverão somar seis bilhões de habitantes em 2045, o que apresentará a países em desenvolvimento diversos desafios para saciar as necessidades de habitação, infraestrutura, transporte, energia, emprego, saúde e, principalmente educação. Nesse contexto, o papel das cidades educadoras adquire ainda mais relevância. (CARVALHO, 2016, p. 79).

A cidade educativa deveria pensar em uma formação integral, contribuindo assim para o desenvolvimento do potencial humano e a construção da sociedade do conhecimento. Faure (1973) definiu cidade educativa como:

Sua aparência só seria concebível no final de um processo de interpenetração íntima da educação e do tecido social, político e econômico, em células da família e na vida cívica. Implica que podem ser colocados em todas as circunstâncias a livre disposição de cada cidadão os meios de se instruir, de se formar, de cultivar a sua própria conveniência, de tal modo que o sujeito pense em sua própria educação em uma posição diferente: a responsabilidade de substituir a obrigação. (idem, p. 243/244, tradução livre).

E a Carta das Cidades Educadoras (2004) propôs a seguinte definição:

A cidade educadora tem personalidade própria, integrada no país onde se situa é, por consequência, interdependente do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objectivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes. (idem, p. 2).

Apesar de o objetivo central das cidades educadoras se configurar como o de permitir maior integração entre a comunidade e as partes que compõem a cidade, Trilla (1999) faz a ressalva de que não se pode, por exemplo, apenas unificar os programas educacionais e instituições. Na perspectiva do autor, a simples unificação causaria um empobrecimento, já que tende a não extrair o melhor de cada programa. No entanto, quando se pensa em coordenar todas as partes envolvidas, pensando desde o micro - programas de bairro - até o macro - programas que envolvem a cidade como um todo -, a probabilidade de enriquecimento é maior, possibilitando uma conexão mais intensa entre os programas e um melhor aproveitamento da própria cidade.

As definições apresentadas de cidade educadora se correlacionam, mostrando que, desde a década de 1970, quando ocorreu um movimento de esboçar essa "nova" cidade, os objetivos se mantiveram os mesmos. Ao se afirmar a necessidade de a educação adentrar no tecido social da cidade e que essa mesma cidade se envolva com seu meio ambiente, é possível perceber que para que de fato exista a cidade educativa/ educadora é preciso a integração das diversas instituições sociais. Cabezero (2004) traz esta noção de integração na cidade educadora:

É aquela que converte o seu espaço urbano em uma escola. Imagine uma escola sem paredes e sem teto. Nesse espaço, todos os lugares são salas de aula: rua, parque, praça, praia, rio, favela, shopping e também as escolas e as universidades. Há espaços para a educação formal, em que se aplicam conhecimentos sistematizados, e a informal, em que cabe todo tipo de conhecimento. Ela integra esses tipos de educação, ensinando todos os cidadãos, do bebê ao avô, por toda a vida³⁹.

Villar (2001) corrobora com a questão educativa na cidade educadora, ou seja, que é necessária a integração das distintas instituições sociais. Para a

³⁹Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u829.shtml>> Acesso: ago. 2017. Não há página pois é um artigo online.

autora, essa integração se dá na medida em que as propostas educativas surgem através de distintos agentes sociais e instituições, já que a educação atua como instrumento cultural e social para a coesão pessoal e comunitária, deixando de ser apenas uma preocupação do sistema educacional, fazendo com que a cidade educadora se torne um "caminhar para um território educativo" (p. 66).

No dia 30 de novembro de 2016 foi proclamado e comemorado o primeiro dia internacional das cidades educadoras. A escolha da data se deu em função da redação da Carta das Cidades Educadoras: 30 de novembro de 1990, em Barcelona. Nesse dia, foram realizadas ações em todas as cidades que compõem a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), denotando o caráter globalizador, com a redação de um manifesto dos governos sobre o compromisso para com estas cidades, sempre colocando a educação como eixo principal dessas políticas:

Atualmente, podemos afirmar, sem receio de nos enganarmos, que a educação atravessa os muros da escola e se estende a toda a cidade, impregnando os seus bairros, espaços públicos e instituições. No entanto, constatamos ainda que nas cidades persiste a existência de muitos fenómenos e fatores deseducadores. (MANIFESTO DOS E DAS AUTARCAS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS, 2016, p.1).⁴⁰

Assim como o Manifesto dos e das autarcas da AICE (2016), Trilla (1999) também entende que quanto mais abrangente a educação, maior a possibilidade de se detectar situações positivas (educadoras) – bom gosto, cultura e civilidade - e negativas (que não educam) – marginalização, consumismo exacerbado, indiferença, agressividade, entre outros.

Há 193 países no mundo, dentre estes, 37 possuem cidades educadoras, perfazendo um total de 500 cidades educadoras segundo a AICE.

⁴⁰Disponível em: <<http://www.edcities.org/dia-internacional-pt/manifesto/>> Acesso em: ago. 2017.

Tabela 3: Cidades Educadoras associadas à AICE

CONTINENTES							
ÁFRICA		AMÉRICA		ÁSIA - PACÍFICO		EUROPA	
País	Cidade Educadora	País	Cidade Educadora	País	Cidade Educadora	País	Cidade Educadora
Benim	3	Argentina	18	Austrália	1	Alemanha	1
Cabo Verde	2	Brasil	14	Filipinas	1	Bélgica	1
Marrocos	1	Canadá	1	Nepal	1	Croácia	1
Senegal	1	Chile	1	Palestina	1	Dinamarca	1
Togo	2	Colômbia	3	República da Coreia	24	Espanha	195
		Costa Rica	1	Tailândia	1	Finlândia	3
		Depto Franceses de	1			França	111
		Equador	2			Grécia	1
		México	12			Itália	18
		Porto Rico	1			Polônia	1
		Uruguai	2			Portugal	69
		Venezuela	1			Romênia	1
						Suécia	1
						Suíça	1
Total de Países	Total de C.E	Total de Países	Total de C.E	Total de Países	Total de C.E	Total de Países	Total de C.E
5	9	12	57	6	29	14	405

* C.E = Cidades Educadoras

Total de Países no Mundo.....	37
Total de Cidades Educadoras no Mundo.....	500

Fonte: <http://www.edcities.org/listado-de-las-ciudades-asociadas/>

As cidades que representam o Brasil nessa categoria de cidade educadora são: Belo Horizonte, Caxias do Sul, Guarulhos, Horizonte, Itapetininga, Mauá, Porto Alegre, Santiago, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, São Pedro, Sorocaba e Vitória. Porém esta lista pode aumentar, já que qualquer cidade pode se associar, desde que: o Conselho Municipal da cidade aprove que a cidade se candidate; esteja em concordância com a Carta das Cidades Educadoras; participe dos canais de colaboração da AICE e pague a taxa anual requerida⁴¹. Para Faure (1973), tantas outras cidades podem se tornar educadoras já que cada uma pode apresentar especificidades.

Deve-se perguntar sobre os objetivos específicos de cada sociedade estudada, a evolução provável das suas estruturas e do seu ambiente, o tipo de homem que está se formando, todas as questões cuja resposta está intimamente ligada, em qualquer situação, às tradições culturais, formas de vida, as filosofias dominantes e objetivos ideológicos. (idem, p. 252, tradução livre).

As cidades educadoras apresentam regras de produção e normatização para que sua estrutura funcione para todos: são produzidos serviços privados e

⁴¹Disponível em: <<http://www.edcities.org/como-asociarse/>> Acesso: nov. 2017.

políticas públicas de modo a garantir o potencial educativo dos centros urbanos; os cidadãos se tornam sujeitos-alunos, ou seja, ativos em tempo integral no processo de exigir, de fato, que a cidade seja educadora; cumprem as normas fundamentais para que haja diálogo entre os habitantes e a cidade. (AQUINO e VIEIRA, 2015).

Se fosse possível medir a capacidade educacional da cidade educadora, seria necessário não só levar em conta a qualidade e quantidade de escolas, mas também tudo - instituições e meios - que pode gerar a formação de um indivíduo, bem como sua capacidade de articulação. Villar (2001) destaca três pressupostos que, integrados, amparam a cidade educadora: estabelecer estruturas que facilitem o acesso aos recursos educativos e culturais; projetar meios de utilização destes recursos; utilizar todos os agentes existentes no território.

A integração dos elementos que auxiliam na formação do sujeito também:

(...) reconhece que o ambiente social é espaço de aprendizagem e assim deve ser considerado pelos sujeitos que se enxergam como aprendizes permanentes da vida. A comunidade no entorno da escola também aprende a envolver-se com esse processo educativo e a reconhecer, como espaços educativos, uma praça, uma rua, um parque, uma biblioteca, um clube, um teatro, um cinema, uma associação de bairro, um pátio, entre múltiplas experiências e possibilidades de convivências nos territórios (MEC, 2009, p. 45/46).

As políticas públicas e os critérios e diretrizes são definidos com o objetivo de tornar a educação a principal política da cidade e, quanto mais educadora essa cidade, menor é o papel de escolas, já que estas, apesar de continuarem sendo necessárias, passam a dividir o protagonismo da educação com a urbe. Segundo o Manifesto do e das Autarcas da AICE (2016), as cidades educadoras trabalham em prol de tornar a educação o eixo transversal das políticas locais, sejam elas voltadas à saúde, mobilidade, ambiente, desporto, entre outras.

A cidade se torna educativamente obsoleta quando ela e o processo educacional permanecem iguais. Logo, quanto maior a capacidade de adaptação da urbe em relação às mudanças, e quanto mais o processo educacional ampliar, maior a probabilidade de uma cidade ser educadora. Para Trilla (1999), a cidade que promove o intercâmbio de experiências educativas com outras cidades é uma cidade dinamicamente educativa.

Ao se abordar a questão educacional, é necessário pensar em qual tipo de educação é mencionado. Segundo Delors (1996), a chave para entrar no século XXI é a compreensão de educação ao longo da vida. Esta compreensão

tem a ver com o conceito de sociedade educativa, onde tudo é oportunidade para instruir e incentivar as habilidades de cada indivíduo.

Ao utilizar a expressão "sociedade educativa" e afirmar que é possível aprender em qualquer ocasião, bem como expor o conceito de educação não formal e informal, Delors (1996) faz alusão à "cidade educadora", já que esta traz a questão de educar ao longo da vida. Trilla (1999) apresenta uma definição do que deve ser a educação "em geral":

A educação não pode contemplar ou, ainda menos, projetar-se como um amontoamento de instituições, meios, recursos e experiências isoladas, mas como um sistema complexíssimo formado por elementos entre os quais existem vários tipos de relações de diversos tipos. A ideia (metáfora, utopia, projeto ...) da "cidade educadora" é uma perspectiva globalizadora do estilo que, entre outras coisas, você pode recolocar um quadro mais compreensivo o tipo de educação (a não formal) (...). (TRILLA, 1999, p. 210, tradução livre).

Tentar enquadrar cada instituição em determinado padrão de educação não é possível, pois muitas vezes as ações se entrecruzam, assim como também é complexo definir qual é a educação que a cidade educadora apresenta. Para Trilla (1999), apesar de a cidade educadora representar a categoria não formal, ela abarca tanto a educação formal, quanto a informal, já que na cidade há a integração das diversas instituições. O autor ainda aponta para a importância de se ter uma visão mais geral do processo educativo, deixando de lado a necessidade de distinguir estes processos. A educação é heterogênea, mas também é importante observá-la "de dentro", onde será percebido que as diferentes tipologias de educação se misturam de uma maneira complexa. (idem).

As ações educativas precisam de um meio para que se realizem. A escola, desde que surgiu, se tornou referência do discurso pedagógico e do meio educacional, e as cidades, outro exemplo de meio educacional, nem sempre foram percebidas como tal. No entanto, frente à heterogeneidade social e às novas demandas educacionais, a escola não está conseguindo lidar com as limitações próprias do modelo formal de educação. Cabe então questionar se a cidade vem se mostrando mais acolhedora e capaz de exercer distintas maneiras de educar em decorrência da amplitude que o modelo de educação não formal apresenta.

Para que a escola consiga lidar melhor com as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade seria interessante atuar em parceria com as ações educativas da cidade, de modo a proporcionar aos estudantes uma

compreensão sobre a urbe que habitam, fazendo com que percebam que os espaços são deles, e que há inúmeras possibilidades culturais e educativas em seu meio urbano.

Moll (2009) aborda a aproximação das práticas que ocorrem na escola daquelas que são definidas como culturais e sociais e que ocorrem nos territórios urbanos. Destaca que a escola é um local que une os saberes escolares àqueles que ocorrem nos museus, teatros, parques, movimentos de proteção às crianças, entre outros. Portanto, para a autora, a escola deve estar em consonância com a cidade, e vice-versa.

Conhecer e se apropriar da cidade pode se configurar em tentativa de reverter um possível sentimento de angústia em relação à cidade que se habita; ou seja, para que se entenda a cidade como meio educacional é necessário que se conheça a imagem que os cidadãos têm da urbe em que habitam. Como vivem e percebem a cidade? Apresentam sentimento de pertença? Essas e outras questões permitirão que se planeje da melhor forma possível ações educacionais que dialoguem e utilizem o meio urbano. (TRILLA, 1999).

Trilla (1999) percebe dois níveis de significação e três dimensões possíveis na relação que se estabelece entre cidade e educação. Com relação aos níveis destaca o "descritivo", em uma perspectiva de que todas as cidades educam, seja pouco ou muito, bem ou mal, e o que importa saber é como elas o fazem; e o nível "projetivo", compreendendo que as cidades devem educar mais e melhor, sendo necessário analisar o melhor caminho para otimizar a extensão educadora das cidades.

A primeira dimensão destacada pelo autor é a da cidade como possibilidade de educação - aprender na cidade, e traz o meio urbano como contexto onde ocorrem as ações educativas que são múltiplas e podem ser boas ou ruins; a segunda dimensão é o meio urbano - um agente educador: aprender da cidade; e a terceira dimensão é a própria cidade contendo a educação - aprender a cidade. O autor afirma que:

informalmente aprendemos a usar diariamente a cidade, mas aprendemos muito menos a entendê-la e decodificá-la além do óbvio. Informalmente descobrimos a aparência da cidade, mas não detectamos sua estrutura; conhecemos sua atualidade, mas desconhecemos sua gênese e perspectiva. (TRILLA, 1999, p. 219, tradução livre).

As reflexões de Trilla (1999) sobre conhecer superficialmente a cidade em que habitamos converge com as de Lopes (2000a), que faz distinção entre as "diferentes culturas" que fazem parte da cidade. Para o autor, a *cultura na*

cidade não é necessariamente *cultura de cidade*, pois esta tem relação com os canais de comunicação e enriquecimento dos modos de vida cotidianos, configurando-se como esforço de cidadania.

A cultura de cidade seria a cultura de raiz que está imbricada nos habitantes da cidade, mas não é conhecida de modo mais aprofundado por muitos moradores. É possível verificar que as questões culturais têm surgido cada vez com mais força nas políticas de desenvolvimento, pois, com as tendências globalizantes, emerge o tema da proteção ao patrimônio cultural e da identidade regional e nacional. (LOPES, 2000a).

Para que os modos de vida cotidianos sejam enriquecidos pela valorização da cultura e identidades locais, é necessário que a cidade se envolva em um projeto que tenha como objetivo melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos. Segundo Villar (2001), a proposta de Cidade Educadora, à medida que envolve os agentes de determinado território, auxilia na melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade, pois propõe novas competências por parte da urbe; ação territorial integrada; criação e desenvolvimento de elementos que propiciem uma maior participação dos cidadãos, entre outros.

Neste sentido, o território tem um importante papel no favorecimento de experiências distintas e significativas, facilitando o acesso dos sujeitos aos acontecimentos do mundo e dos serviços socioculturais que a cidade proporciona. (VILLAR, 2001). Para o autor, a proposta da cidade educadora é para todos os cidadãos, mas esta mesma cidade deve repensar o seu modo de se relacionar com seus habitantes, independentemente da escola.

Haddad (2016) também compreende que a cidade educadora é para todos, porém defende que as crianças e jovens devem ser vistos como protagonistas desta cidade porque a tendência é que irão passar maior tempo de vida nela, se comparado aos idosos, por exemplo.

Lopes (2017)⁴² e Trilla (1999) alegam que há um currículo oculto nas cidades. Para Lopes (2017), a educação é mais vasta do que a escola, mas esta tem um currículo revelado, institucional, e, portanto, acaba por ser mais vista; já o currículo das cidades é responsável por ajustar o comportamento do cidadão, a maneira de ser, de estar, sua identidade e as formas de estar/usar o espaço público urbano. Sobre o currículo oculto, Trilla (1999) considera que o termo *currículo* tem sentido figurado, ou seja, não é com o intuito de converter a cidade em escola, mas, para o autor, a cidade educadora consiste em um projeto educativo de formação de cidadania.

⁴²Em palestra proferida no IV Congresso Nacional da Rede territorial portuguesa das cidades educadoras - Identicidades (Guarda/Portugal- maio/2017).

A cidade educadora é uma das tônicas da educação integral e esta trabalha na perspectiva da cultura e do desenvolvimento do cidadão, abrangendo tanto um currículo revelado quanto o currículo oculto. Segundo Carvalho *et al.* (2012), na perspectiva da Educação Integral, o currículo deve promover a integração de todas as disciplinas, compreender o sujeito, valorizar o ser humano de uma maneira completa, efetivar a relação entre lazer, conhecimento e cultura e associar educação e trabalho, bem como compreender a educação como aquela que reconstrói a experiência do homem.

No entanto, a Educação Integral, que não é o foco desta pesquisa, permeia a cidade educadora e tem como objetivo compreender a escola como eixo central do sistema educativo, mas entendendo que a própria educação escolar pode extrapolar os muros da escola, alcançando, assim, a cidade como um todo, além de ampliar as possibilidades educativas existentes⁴³. Faz-se necessário, então, articular diferentes políticas públicas que coloquem as crianças e os jovens como protagonistas, bem como as cidades educadoras alocam, sem, no entanto, excluir os outros públicos.

Em termos legais, tanto a Constituição Federal de 1988, quanto a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, não fazem referência literal à expressão Educação Integral, mas apresentam elementos que possibilitam um diálogo. A Constituição, por exemplo, traz no seu artigo 205 que a sociedade incentivará e promoverá a educação no sentido de preparar o cidadão para exercer a cidadania, qualificá-lo para o trabalho e se desenvolver plenamente. Sendo estes elementos essenciais para a formação integral do homem, é possível dizer que esta definição vai ao encontro do direito à Educação Integral.

Já a LDB (1996), no artigo primeiro, afirma que a educação compreende os processos de formação que prospera no âmbito do trabalho, nos movimentos sociais da sociedade, nas instituições de ensino e pesquisa, na vida familiar, nas manifestações culturais e nas relações humanas. Este artigo da Lei amplia os locais de práticas educativas assim como a Educação Integral, pois "[ela] não replica o mesmo da prática escolar, mas amplia tempos, espaços e conteúdos, buscando constituir uma educação cidadã, com contribuições de outras áreas sociais e organizações da sociedade civil." (MEC, 2009, p. 25).

A referência à "educação cidadã" leva a uma reflexão sobre o que significa ser cidadão, que, de modo geral, é o habitante da cidade, mas, no âmbito desta investigação, a referência recai sobre a capacidade de a população ter meios para discernir, pensar e opinar sobre aspectos que permeiam nosso

⁴³Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao>> Acesso em: nov. 2017.

cotidiano. Tanto os professores, na educação formal, como os profissionais da educação não formal, configuram-se como atores importantes para auxiliar no processo de constituição da cidadania e trazem a percepção de que é preciso compreender a educação como espaço múltiplo que abriga distintas dinâmicas de formação e atores. A educação deve encerrar elementos constituintes e constitutivos das relações sociais. (DOURADO e OLIVEIRA, 2009).

E pensando essa educação como prática social, Vilardi, Prata e Martins (2012) compreendem que educar para a cidadania auxilia na construção de um olhar crítico sobre a realidade, sendo necessário promovê-la, principalmente entre os jovens que começam a construir (e questionar) percepções sobre distintos aspectos da sociedade.

Moll (2013) entende que espaços que compõem a cidade podem auxiliar na formação da cidadania do sujeito, pois se o perímetro que o cidadão habita possibilitar o acesso ao mundo através de constante diálogo, a formação do cidadão como sujeito ativo estará em curso, desconstruindo a ideia de que “escolarização [é] decisória da condição de cidadão” (ARROYO, 2010, p. 23). Moll (2013) reitera essa desconstrução ao afirmar que o monopólio da instituição escolar vai se perdendo à medida em que se percebe que os sujeitos estão sendo cada vez mais educados e educando em diferentes espaços sociais.

A educação integral envolve as dimensões política, cultural, ética, social, afetiva, cultural e cognitiva, dimensões essas necessárias para a formação do sujeito e, portanto, é importante que haja maior diálogo entre a escola, a cidade e as instituições culturais para que essa formação do cidadão seja, de fato, mais completa. A tarefa da escola de querer/ precisar romper seus muros tem resistência por parte de alunos, pais e professores, pois, de modo geral, não entendem/ não conseguem perceber a cidade como um espaço educador, ou talvez a própria cidade não se perceba como educadora.

Um diálogo mais profícuo entre a escola e a comunidade, com troca de experiências, aprendizados e possibilidades de construção de distintos saberes, pode ser um caminho para romper com a resistência de sair da escola, na utilização de outros espaços de aprendizagem/ experiência. Além disso, protagonizar uma interação entre aqueles que atuam na escola e aqueles que atuam fora dela também pode auxiliar na superação de preconceitos como classe social, gênero, orientação sexual, raça etc. No entanto, Moll (2009) ressalta que não se circunscreva o debate que ocorre na educação integral a campo de assistência social, mas favoreça o acesso a um capital cultural que possa fazer diferença no campo da inserção social e da superação classista.

A autora, ao questionar qual é a principal característica da educação integral, entende que o ponto de partida deve ser pensar o desenvolvimento humano, já que este tipo de educação, segundo o Ministério da Educação (MEC, 2009), promove o desenvolvimento da criança e do adolescente em diferentes aspectos ao considerar a mente, o corpo e a vida social como dimensões da cidadania, contribuindo, assim, para a formação de um sujeito crítico, participativo e autônomo, ou seja, cidadão.

É possível pensar também que a Educação Integral se torna instrumento de democracia ao estreitar os laços entre escola e comunidade. Com este estreitamento, é possibilitado aos cidadãos, sejam eles crianças, jovens ou adultos, a participar de decisões da sociedade, além de reconhecer seu próprio território em um exercício de cidadania.

O processo de reconhecimento do território em que se habita também é essencial para outras instituições como o museu, pois, a partir do momento em que a comunidade o (re)conhece, há um caminho para que essa comunidade se perceba detentora do patrimônio que a cerca, intensificando sentimentos de cidadania e identidade, além de entender a importância de preservar o patrimônio que está dentro dos museus. Os espaços museais, assim como outras instituições culturais, se constituem como locais que produzem conhecimento e informação, reconhecem e (re)criam práticas sociais e culturais e identidades. (MARANDINO, 2002).

A cidade educadora tem como objetivo principal ser um lugar de educação, mas, para que este objetivo seja alcançado, é necessário que a escola se aproxime de sua dinâmica, buscando retirar o foco de aspectos como violência, insegurança, medo, perigo, realidade, infelizmente presentes na atual sociedade brasileira, que dificulta a aproximação entre essas instituições. Faz-se necessário perceber alguns *locus* educativos que a cidade abriga, como os museus, teatros, praças, cinemas, entre outros.

(...) pensar a cidade como lugar de educação, ressitando a escola com sua importância história e simbólica, apresenta-se como uma possibilidade que ganha contornos mais ou menos precisos na medida em que mundialmente se discute o papel das cidades, como atores sociais e políticos fundamentais na resolução dos problemas sociais e de convivência humana e na construção/consolidação de identidades locais, em meio aos processos de globalização e de crescente ampliação dos territórios urbanos. (MOLL, 2013, p. 216).

O discurso central da educação integral e da cidade educadora é o de ocupação dos espaços com mobilização dos gestores e da comunidade, fazendo

com que a própria comunidade se responsabilize por esta mesma educação integral através da constituição de projetos sociais. "(...) portanto, é possível evidenciar que o discurso da cidade educadora, enquanto princípio da Educação Integral, constrói a realidade a partir do campo de possibilidades que coloca em funcionamento" (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 10).

Refletindo sobre o paradigma que se instaura em relação à educação e ao território, Moll (2009) destaca que se, no contexto da educação integral, o território da educação escolar pode ser compreendido como a cidade, e se for pensado na ampliação da jornada para o tempo integral, é interessante que o conteúdo tratado dialogue com temas relacionados à vida em sociedade na perspectiva democrática e republicana.

Quando a própria escola e a sociedade reconhecem outros espaços educativos além da escola, é possível dizer que o princípio para se concretizar uma educação integral está instaurado. Para Carvalho (2016), é preciso valorizar os processos educacionais que ocorrem fora dos espaços de educação formal, pois essas experiências podem se apresentar como possibilidade de promoção da motivação para o aprendizado na escola ou ao longo da vida, promovendo aquisição e aperfeiçoamento do conhecimento e da cultura. Ou seja, a possibilidade de trabalho, na cidade, se apresenta de modo amplo, sendo possível ter como princípio educativo a valorização da cultura, por exemplo, o que contribui para a formação integral do cidadão.

Nesse sentido, a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconcebido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida. (MOLL, 2009, p. 3).

3.1.**Os caminhos dos museus**

A instituição museal percorreu, e ainda percorre, um longo caminho para, de fato, ser reconhecida pelo seu território e sua comunidade. Este processo configura-se como aspecto importante para que os laços entre os cidadãos e o patrimônio que os museus preservam sejam estabelecidos, possibilitando um trabalho conjunto entre espaços museais e comunidade não só na preservação deste patrimônio, como também do seu reconhecimento pelos cidadãos. Se antes os museus eram pensados por cidadãos ditos de poder, hoje, os “caminhos dos museus” têm que ser construídos por qualquer pessoa que se entenda detentora deste patrimônio e compreenda sua importância na formação de sua identidade e cidadania.

Assim como a expressão “cidade educadora”, o vocábulo “museion” também é de origem grega e remete à “memória” (Mnemósine). Protegendo as Histórias e as Artes, dava aos adivinhos e poetas o poder de voltar ao passado, bem como possibilitava a lembrança da coletividade.

No século III a.C, a história nos leva ao Museion de Alexandria: um complexo de edifícios que abrigava bibliotecas, jardins botânicos, salas de estudo, coleções ligadas à Astronomia, Filosofia, entre outros campos, cujo principal tema de estudo era a ciência.

Já nos séculos XV/XVI surgiram os Gabinetes de Curiosidade, de onde se originou o conceito de museu moderno. As coleções eram “guardadas em gabinetes de pessoas notáveis e ricas pelo prazer pessoal de conservar, para admirar tesouros e para o deleite de um seleto grupo de conhecidos”. (JACOMY, 2007, p. 16). Estes espaços não eram abertos ao público em geral, mas sim à elite erudita e econômica, assumindo como função principal o ensino e a pesquisa voltados apenas aos pares.

Foi no século XVIII que teve início a abertura dos museus ao público, provocando a necessidade dessa instituição se reinventar, já que a informação disponibilizada seria voltada também ao público leigo, externo à área científica.

Como então fazer tal adaptação? As coleções assumiram papel de destaque nesse movimento, contribuindo para a difusão da informação que se pretendia “passar” a esse novo público. Se o museu era antes visto como espaço que apresentava coleções e funções indefinidas, começou a ter papéis destacados em relação à guarda, emprego e aquisição de acervo, iniciando também o reconhecimento da sua dimensão educativa. (VALENTE, 2003).

Há distintas definições para o conceito de museu, levando à delimitação de suas funções. Em 1970 foram destacadas cinco funções: interpretar, expor, estudar, conservar e colecionar (POULOT, 2013); no entanto, as definições para o conceito de museu, bem como suas funções, foram se modificando ao longo da história, pois não se pode mais pensar no espaço museológico como um lugar em que os objetos falam por si só, onde só se deve realizar sua conservação e estudo. Conforme ressalta Brito (2005), o museu hoje deve ser pensado como um espaço de ressignificação.

Compreendendo a necessidade de ressignificação dos museus, o Estatuto de Museus enfatizou a importância da relação entre sociedade e espaços museais para que os objetos estejam dentro de um contexto que permita o diálogo com a sociedade. Nesta perspectiva, o Estatuto, Lei 11.904 de 2009, apresenta a seguinte definição para as instituições museológicas:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, **comunicam**, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, **educação**, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, **abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento**. (ESTATUTO DE MUSEUS, 2009, p. 1, grifos nossos).

Ao pensar na maneira de "comunicar" e "educar" no espaço do museu, Loureiro e Silva (2007) observam que a exposição é o principal canal de comunicação do museu com o público. Consideram que é, muitas vezes, a atividade mais visível para a sociedade e aquela que valida a instituição como museu.

A exposição pode provocar inúmeras experiências no visitante, dentre elas: fazer com que apenas se encante pela maneira como a obra está sendo apresentada, fora de um contexto, ou permitir que o visitante traga saberes e experiências para dentro do museu dialogando com a exposição. Nesta perspectiva é possível pensar se o museu se apresenta como um ambiente de espetáculo ou é propício a valorizar as coleções que guarda e entender a força

que a exposição pode adquirir, já que tem o aval da instituição que se define como autoridade.

Para Faria (1995), se antes as ações dos museus eram moralizadoras e o público percebido como um bloco homogêneo, hoje é visto como grupo heterogêneo, disponível para que seja transportado por experiências que, além de educativas, podem vir a atingir o emocional.

Ao mencionar a *educação* como uma das ações dos museus, o Estatuto de Museus traz aspectos relacionados à *educação não formal*, onde os museus são a forma “mais clássica” deste tipo de educação na sociedade. Este rótulo data do século XX e, segundo Trilla (2008), as modificações ocorrem no âmbito das estruturas e metodologias, pois a educação não formal abrange diferentes espaços, procedimentos, agentes, entre outros. Buscando uma definição, o autor compreende que a educação não formal apresenta processos educativos diferenciados da educação formal, apresenta metodologia e intenção, mas rompe, de alguma maneira, com determinações que a escola pressupõe. A educação não formal está à margem da organização do sistema educacional graduado e hierarquizado.

A educação não formal, a educação formal e a educação informal estão relacionadas e podem ocorrer nas escolas, museus, cidades e estabelecimentos que se ocupam do território e patrimônio cultural, com o objetivo de inserir a comunidade e ter um desenvolvimento social, econômico e cultural. (ESTATUTO DE MUSEUS, 2009). Conforme ressalta Carvalho (2016), todos estes ambientes podem ser vistos como locais de socialização e aprendizado.

A relação museu–escola continua a se configurar como objeto de debate e investigação. Nessa relação, é necessário que caminhem lado a lado, e que se refute a ideia de que o museu quer assumir o lugar da escola, pois essa instituição não quer e não pode. A questão educacional é intrínseca aos museus, que, apesar de não ter a obrigação de educar, possui o potencial e a intenção de fazê-lo. Sander (2006, p. 14) destaca a importância de se pensar essa relação educativa:

Ao pensar a relação educativa do museu fundamentada na perspectiva emancipatória proposta por Paulo Freire, os educadores e agentes responsáveis pela socialização do patrimônio cultural podem refletir sobre a importância dos espaços educativos não formais na formação da subjetividade das pessoas, desencadeando um processo reflexivo sobre a utilização dos espaços museológicos na prática pedagógica e permitindo redirecionar a ação pedagógica numa perspectiva crítica, que valorize a diversidade cultural e as memórias das comunidades.

Refletir sobre as relações educativas que ocorrem e podem ocorrer no museu pode auxiliar na desconstrução do museu como uma instituição que se relaciona apenas com a cultura erudita, que legitima certos discursos (geralmente os de uma classe social favorecida), que tem o poder de (re)construir memórias e que representa uma parte da sociedade, se equiparando ao discurso oficial que ela produz. Faz-se necessário entender que todos os segmentos da sociedade podem e devem ser representados no museu e que não há um único discurso aceitável.

Foram igualmente definidos, pelo artigo segundo do Estatuto de Museus (2009), princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana; II – a promoção da cidadania; III – o cumprimento da função social; IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; VI – o intercâmbio institucional. (idem, p. 1).

Nos anos de 1960, a Museologia e o museu passaram por uma crise identitária. Os museólogos começaram a questionar qual era o papel de ambos na sociedade, principalmente na América Latina, onde os países em desenvolvimento enfrentavam um processo de mudança econômica e cultural. Não se pode afirmar que o Estatuto de Museus foi formulado (apenas) devido às indagações apresentadas pelos museólogos; no entanto, os princípios fundamentais dos museus elencados pelo Estatuto têm relação com a nova proposta da Museologia, como será possível identificar a seguir.

A crise identitária no campo da Museologia se pautou no questionamento sobre o enriquecimento das classes americanas e europeias em meio a guerras raciais, crítica à sociedade de consumo, descontentamento com as imposições dos meios de comunicação de massa, do desejo de que o patrimônio nacional fosse de fato um representante de identidades regionais e nacionais, entre outros. Teve então início um debate político sobre o papel dos museus e de seu patrimônio, apesar da resistência da Museologia Tradicional. Entre 1969 e 1972, o Internacional Council of Museums (ICOM) propôs alguns encaminhamentos sobre a reflexão do papel do museu na sociedade, entre eles a definição do museu integral e do novo conceito de ecomuseus.

O Movimento Internacional da Nova Museologia (Minon), que em 1980 se estabeleceu principalmente fora da Ásia e Europa - que ainda permaneciam sob a égide da Museologia Tradicional -, foi alavancado, principalmente por seu caráter inventivo, contestador e inovador, um dos momentos mais significativos da Museologia Contemporânea. De modo geral, o Movimento permitiu que as

instituições museológicas se aproximassem mais dos cidadãos, ajustando seus processos às suas necessidades. Foi possível também abrir os museus para que os cidadãos participassem de forma ativa, pensando no desenvolvimento social. (Santos, 2002).

Enquanto as propostas da Nova Museologia estavam sendo estabelecidas, a Museologia Tradicional continuava se desenvolvendo, mas não em termos de mentalidades e sim com base em investimentos, pensando os visitantes como turistas, onde este público era transformado em lucro e sua motivação era de relações públicas, aprimorando técnicas multimídias e de informática tanto para a arquitetura quanto para a cenografia. (Varine, 2013).

A mudança da mentalidade dos museus ancorava-se nas mudanças que se instalavam na sociedade. O patrimônio passava a ser visto como um recurso necessário à formação da identidade, e a cultura como recurso econômico rentável ao desenvolvimento desta mesma sociedade. Redefinir as exposições, pensar em um outro modelo para as instituições e repensar a própria missão do museu mostrava-se necessário nessa "nova" sociedade. Segundo Santos (2002, p. 94),

os museus deveriam deixar de atuar como coletores passivos para se tornarem participantes ativos. Nesse sentido, sugerem a realização de exposições que apresentem os problemas e as contradições da sociedade, destacando, também, as contribuições culturais das minorias. Enfatizam também a necessidade de interação do museu com o meio onde está inserido, destacando a realização de programas que abordem os problemas da vida cotidiana, buscando a realização de atividades conjuntas com sindicatos, cooperativas do meio rural, fábricas, etc.

Neste contexto de mudança, ocorreu em 1972 a Mesa Redonda de Santiago do Chile⁴⁴, que traz questões sobre essa Nova Museologia e a aproximação do museu com a sociedade. A proposta dos ecomuseus, pensada por Varine ao perceber a falta de conhecimento dos próprios profissionais em relação às comunidades e territórios dos museus em que trabalhavam, também vai se firmando. Brito (2005) entende que a proposta do ecomuseu possibilitou novas perspectivas para as instituições museológicas, provocando reflexões acerca de seu protagonismo em relação às memórias das comunidades, bem como o vínculo estabelecido entre museu e sociedade.

⁴⁴O evento foi convocado pela UNESCO, em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972, para debater o papel dos museus da América Latina. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/19-museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>> Acesso em: dez. 2017.

A tipologia criada por Varine (2013) representa o que a chamada Museologia Tradicional não foi, ou não poderia ser, já que não estava aberta a ouvir seu público, pensando apenas nas questões financeiras e tratando os visitantes como turistas, que seriam convertidos em lucro. A proposta então apresentada era de que a população participasse ativamente das ações do museu, possibilitando uma tomada de consciência sobre diversos temas, exigindo, inclusive, o entendimento do que é o território, aspecto que passa a ser mais importante do que o próprio acervo que o museu guarda.

Ecomuseus, museus de território e museus de comunidade estavam sendo pensados como alternativa à Museologia Tradicional, que apresentava fraqueza e limites quando se ponderava sobre a inserção do museu no território e na comunidade. A Nova Museologia propunha uma relação direta entre o patrimônio e a população e esta relação seria distinta em cada território, pois os tipos de museus elencados são diferenciados em decorrência do processo de criação pelos quais passaram.

A Nova Museologia apresenta um caráter libertador em relação a instrumentos jurídicos e razões instrumentais que ainda fazem parte da criação dos museus ditos tradicionais, sendo esses regidos pela decisão unilateral daqueles que detém o poder sobre o que deve ser guardado, preservado e coletado pelos museus. O caráter libertador se pauta no diálogo entre a comunidade e a instituição museal para tomar decisões referentes ao patrimônio. É possível afirmar que os principais pontos desta Nova Museologia são: transformar e desenvolver a sociedade, reconhecendo as culturas e identidades que encerram os seres humanos; desenvolver ações museológicas pensando nas práticas sociais; apropriar o patrimônio, no sentido de socializar a preservação; utilizar a memória coletiva; propiciar o diálogo entre grupos comunitários e técnicos; entre outros. (SANTOS, 2002).

O movimento da Nova Museologia não se encerra em si mesmo, e abre portas para que se pense cada vez mais em uma Museologia voltada para a comunidade e em um museu que, efetivamente, seja reconhecido pela sociedade. Este movimento tende a respeitar a característica de cada contexto, entendendo que as necessidades não são universais, mas únicas. Varine (2013, p. 181/182) define o movimento como:

(...) essencialmente um movimento de museólogos que procuram adaptar melhor o museu a seu tempo e às necessidades das populações. Aliás, ela não reúne apenas museólogos ou profissionais de museus em geral, mas igualmente professores e educadores, agentes de desenvolvimento, filósofos, sociólogos, pessoas que, de boa-fé, pensam que o patrimônio é um recurso essencial e

que a cultura é uma dimensão primordial do desenvolvimento e que, portanto, temos necessidade de instrumentos para conhecer e utilizar esse patrimônio, não para o prazer de alguns, mas no interesse de todos.

3.2.

Museus, território e identidade

Ao retomar o movimento da Nova Museologia, é possível constatar que os museólogos e a sociedade como um todo começaram a entender a importância dos museus *na* e *para* a sociedade, pois a população local deve estar presente na interpretação do patrimônio cultural, já que é ela que vai amparar os produtos derivados deste patrimônio (MENESES, 2009).

O museu, desde sua criação, ainda é a instituição que mais representa o patrimônio e sua ação sobre ele. Ao mesmo tempo em que o museu guarda, conserva e preserva o patrimônio, também se configura como patrimônio. Além disso, a instituição é um importante caminho para que se administre de maneira dinâmica o patrimônio global do território e das comunidades, contribuindo para que essa mesma comunidade traga o museu para seu território, e que não fique isolado e sem significado.

Ora, nunca é fácil convencer uma população de que uma instituição que lhe parece um tanto intimidante, concebida e dirigida por especialistas com sua linguagem especializada e, por administradores públicos ou funcionários com suas abordagens político-administrativas, é alguma coisa de que eles possam se apropriar. (VARINE, 2013, p. 187).

Apesar de os museus terem passado pelo processo da Nova Museologia na década de 1970, a definição de 2007 do International Council of Museums (ICOM) é, até o ano de 2017, a última aceção internacional sobre a instituição, sendo considerada atual e relevante. Para Desvallées e Mairesse (2013), responsáveis pelos conceitos-chave da Museologia:

museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, **a serviço da sociedade** e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (idem, p. 64, grifo nosso).

Tanto a definição do Estatuto de Museus quanto a definição do ICOM colocam o museu estando a serviço da sociedade, mas ainda existem questionamentos sobre a maneira como museu e sociedade se relacionam, pois,

estar a serviço de algo implica em afirmar que um deve servir ao outro, sendo esta relação conveniente apenas para uma das partes envolvidas. É isso que se quer para o museu do século XXI? Ou é necessário que se busque uma relação que seja profícua tanto para a instituição quanto para a sociedade em que se insere pensando na relação museu, território e identidade?

O contexto de diversidade cultural, a situação política e econômica mundial e a heterogeneidade de museus permitem questionar a identidade do museu e compreender que as preocupações mais recentes da Museologia e do museu se voltam para a representação de identidades e mediação intercultural. Varine (2013) compreende que os grandes museus – nacionais e internacionais – são instituições representativas que fazem parte do patrimônio de cada país; no entanto, a maioria destes museus não apresentam preocupações em relação à urbe em que se encontram, se apresentam como espaços turísticos, e seu maior público é composto por turista. O autor defende então o museu local como instituição pertencente à comunidade, e, portanto, este deve reconhecer sua responsabilidade em relação a essa comunidade, de modo que a mesma se sinta integrada nos processos museológicos e tenha participação.

Entendendo que a missão do museu do século XXI é colaborar para que os seres humanos se entendam como sociedade (LOPES, 2014), cabe indagar: será suficiente afirmar que as funções de recolha e preservação do patrimônio, centradas nas coleções e objetos - funções estas primárias da instituição -, são suficientes para contemplar essa perspectiva ou será que as questões relativas à identidade seriam melhor definidas a partir da compreensão da relação que o museu e a sociedade devem estabelecer?

Ainda outros questionamentos surgem ao se pensar sobre a relação dos museus com a sociedade: será que os museus continuam se limitando a um edifício ao invés de buscar uma inserção no território de maneira fluida, possibilitando um diálogo profícuo com a sociedade em geral? Qual é o real interesse dos museus em ultrapassar seus muros para atingir públicos cada vez mais heterogêneos, levando-os, assim, para dentro de seu espaço físico? Todavia, é importante também questionar o tipo de museu que a sociedade deseja. Não basta "muros serem derrubados" se essa mesma sociedade não se apresenta disposta a receber os museus e integrá-lo em seu território.

Houve um momento em que o desenvolvimento cultural não era considerado importante para o desenvolvimento da cidade; no entanto, hoje já se compreende que a promoção do patrimônio cultural contribui para que a cidade se desenvolva, bem como é possível reconhecer que os museus podem colocar territórios efetivamente no mapa - antes esquecidos devido ao processo

de globalização e que ficaram marginalizados e impossibilitados de competir economicamente dentro da própria região em que se localizam.

O museu de cidade pode apresentar análises recentes da história, da geografia e da sociologia urbanas; fornecer a imagem de uma idade de ouro perdida; ou, ainda, esboçar uma alternativa para o estado das coisas. Neste último caso, incumbe-lhe alimentar um senso da comunidade ou suscitar uma tomada de consciência política ou social. (POULOT, 2013, p.19).

Diante dessa busca pela identidade e relação com o território, pode-se também indagar: os museus têm que se reinventar o tempo todo? Com qual propósito? A cidade e a sociedade não estão exigindo demais do museu? Se o museu se reinventar demais, não poderá voltar ao mesmo ponto? Pensando sobre a fluidez que possibilita que o museu se insira de fato na cidade, Lopes (2014) traz uma definição de "pós-museu": seriam espaços em que os contextos irão se sobrepor aos acervos – que em algum momento seriam eliminados -, sendo estes vistos como anacrônicos. O papel (ativo) do visitante estaria relacionado às sensações, emoções e sentidos que esse espaço poderia provocar ao criar relações sociais com estes mesmos visitantes.

Para o autor, o objeto deixa de ser significativo no pós-museu e este museu se torna espaço de consumo, coadunando com o papel econômico da cultura. Para que o significado da instituição não se esvazie, é necessário identificar que tipo de consumo é esse e em que sentido a cultura e instituições culturais, mesmo que interagindo com aspectos meramente econômicos, continuem transformando as relações sociais, pois vale lembrar que os espaços culturais têm o potencial de capacitar as pessoas para que desenvolvam suas competências de modo a contribuir para a construção de um país mais justo e igualitário. Lopes (2014) não é contra a existência de um museu que preserve sua coleção, pelo contrário, este tipo de instituição deve continuar existindo e suas funções devem se expandir de uma maneira crítica, porque sem memória não há história, identidade e territorialidade. Para Santana (2011, p. 32):

Lembrar o que aconteceu é importante, sobretudo, para sabermos enfrentar o porvir. O futuro não é projetado pela história, ele só existe como projeção mental. Os tempos que existem de fato são o passado e o presente que estamos vivendo, e o exercício de lembrar é o alicerce que sustenta a relação passado-presente.

Ao analisar a expansão das funções do museu, é possível identificar a importância de se colocar em foco a relação entre museu, cidade e sociedade ou museu, cidade e a sua comunidade, ampliando assim a reflexão sobre o museu

de território. Santana (2011) acredita ser necessário compreender as instituições museológicas como intercessoras de comunicação das identidades através de ações educativas e culturais e exposições, buscando a construção de sentidos que poderão constituir o imaginário individual e coletivo.

A Nova Museologia propõe que os museus se reconheçam na comunidade em que estão inseridos, levando à reflexão de que, na verdade, todos os museus são de território/comunidade. Pode-se então dizer museu da comunidade e comunidade do museu, pois a ideia de território permite a articulação e integração de uma política social, econômica, cultural etc.

Apesar de a criação do museu-território e do museu comunitário ser distinta, onde o primeiro surge de uma entidade político-geográfica, e o segundo, não, é possível encontrar pontos convergentes no que tange aos seus objetivos. Varine (2013) afirma que:

o museu-território é ao mesmo tempo um olhar sobre o interior do território e uma janela aberta sobre o exterior, inicialmente sobre os territórios vizinhos, em seguida sobre tudo o que se encontra 'de fora' e que pode enriquecer o território e contribuir para seu desenvolvimento. (p. 186).

Já sobre o museu comunitário, o autor considera que é

instrumento dinâmico do desenvolvimento dessa comunidade, cujo material principal é o patrimônio no sentido mais amplo, mas ele não é o único: as ideias, os projetos, as produções ainda não incorporadas ao patrimônio fazem parte dos meios de expressão do museu. (VARINE, 2013, p. 189).

Ambos os museus estão voltados para o território em que estão inseridos e para o desenvolvimento das comunidades as quais pertencem, evidenciando que o museu não pode se isolar: deve ser "consumido" e "consumir" a partir de um contexto, e este contexto depende do que os visitantes levam de suas vidas para ser compartilhado nessa relação.

Horta (2013) afirma que a participação consciente e ativa da comunidade que é detentora do patrimônio é indispensável para o seu desenvolvimento. Para Varine (2013), tanto na Europa quanto na América, o progresso dos territórios e comunidades deverá sempre se manter vivo e será a todo momento uma questão da sociedade, pois precisa estar ancorado na cultura viva dos sujeitos e do patrimônio que os cerca.

Ou seja, quando a sociedade entende a importância do museu para seu desenvolvimento, e vice-versa, a comunidade acaba por reconhecer o patrimônio como sendo seu e, portanto, consegue estabelecer um significado ao museu que "(...) penetra no mundo através de um lugar próprio e distinto. Sendo um lugar -

ou produzindo um sentido de lugar - ele lida com o território nas suas dimensões múltiplas" (LOPES, 2014, p. 16). E mesmo que esse museu se utilize do passado para gerar uma memória que é coletiva, cabe ao visitante reconstruir essa memória em um exercício contínuo, trazendo a instituição para o presente e colocando esse espaço como museu de cidade.

O museu não sobrevive por si só: apresenta profundas conexões com as práticas sociais que o cerca, e são essas conexões que o mantém no mundo da vida, produzindo identidade, relação, lugar e história (LOPES, 2014). As instituições museais devem, portanto, desenvolver um trabalho *para* e *com* a comunidade, assim como a própria comunidade deve realizar um trabalho consigo própria, pois, através do olhar de dentro, poderá compreender como se percebe em seu próprio território.

3.3.

"As raízes do futuro": quando o passado e o presente se encontram

O museu, independentemente de sua tipologia e do movimento histórico a que está vinculado, sempre teve a educação como seu componente inerente. Em 2017 foi aprovada a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) que é definida como:

(...) um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do museu e subsidiar a atuação dos educadores. (PNEM, 2017, p. 3).

Em seu artigo primeiro, a Política destaca que seu objetivo é fortalecer o campo da educação museal no Brasil, pois, apesar de a educação ser inerente aos museus, as práticas educacionais têm se configurado de modo disperso ou mesmo inexistentes. Tanto o Estatuto de Museus quanto a definição de museus utilizada pelo ICOM⁴⁵ não consideram a educação como função do museu, mas sim como fim. A PNEM quer modificar este pensamento ao afirmar que a educação é função do museu, tanto quanto a conservação e preservação também o são.

Conforme discutido anteriormente, a educação em museus é um processo que auxilia na construção da relação entre museu e sociedade, uma vez que tanto o museu quanto a educação são ferramentas importantes para que a sociedade caminhe para um processo efetivo de democratização. Alguns

⁴⁵Disponível em: <<http://icom.museum/es/actividades/normas-y-directrices/definicion-del-museo/>> Acesso: set. 2018.

documentos⁴⁶ foram elaborados na área museal com a intenção de fortalecer a importância da função educativa dos museus e sua relação com a sociedade: Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958), Mesa redonda de Santiago do Chile (1972), Declaração de Quebec (1984), Declaração de Caracas (1992) e a Carta de Salvador (2007).

A maneira como o museu se organiza pode contribuir para que apenas as classes dominantes se sintam representadas, mantendo e reforçando interesses hegemônicos, continuando a subjugar as demais classes sociais. Para Varine (2013), a classe dominante ainda tem poder sobre o espaço museal pois o acervo faz parte da classe dirigente que domina a cultura e que define o que expor de acordo com seus próprios interesses.

Neste sentido, os fins da educação – nas escolas ou fora delas - não podem ser dados unicamente pelo sistema de ensino, mas sim pela sociedade, de modo que haja maior representatividade de todas as classes sociais nos espaços educacionais. Para Varine (2013), a museologia deveria formar recursos humanos capazes de gerir uma instituição museológica voltada para o desenvolvimento comunitário, bem como se engajar em pesquisas relacionadas às demandas da sociedade, estimulando atores conscientes da necessidade de se apropriar do museu.

Pensar sobre os museus do passado e do presente é uma forma de refletir sobre os caminhos que as instituições têm/ podem percorrer. O modelo tradicional dos museus e o papel assumido por essas instituições ao longo da história têm sido cada vez mais questionados: até que ponto os museus estabelecem vínculo com a sociedade, configurando-se, por vezes, em mera redefinição da realidade de acordo com sua própria ideologia? Semedo (2005) apresenta algumas reflexões sobre os museus tradicionais:

As conceptualizações dos grandes museus do século XIX, com as suas ambições moralizadoras e disciplinadoras, que se apresentavam como repositórios de classificações científicas do mundo natural e humano, têm sido fortemente afrontadas nos últimos anos por novas práticas de colecionar, de expor e interpretar e, enfim, por novas visões da sua missão, profundamente democrática. (...). Por vezes anuncia-se mesmo o fim dos museus (...) e alguns autores falam já de um pós-museu. (p. 19).

Para Alves (2011), os museus e sua identidade estão em um momento decisivo em termos históricos: no século XXI, estas instituições precisam avaliar a maneira como estão agindo, em termos de serviços públicos, e trabalhar na

⁴⁶Optei por não citar a Carta de Petrópolis (2010) por entender que foi a base original da PNEM (2012). Para ler na íntegra: <<http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/Carta-de-Petropolis.pdf>> Acesso: set. 2018.

perspectiva de melhor conhecer os visitantes, oferecendo outras experiências, pois “chegou o tempo de uma nova geração de ‘gentes do museu’, aberta ao mundo, interessada pelo homem e pelo ser vivo, e não somente pelo objecto e pelo odor arqueológico.” (ALVES, 2011, p. 284).

Os novos museus tendem a acompanhar as mudanças tecnológicas que estão ocorrendo no mundo, apresentando exposições *high-tech*, por acreditar que só assim despertariam maior interesse nos “novos” públicos, mas, por outro lado, ignora-se o fato de que grande parte da população não tem acesso a estas tecnologias, como consta na pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: “TIC domicílios 2016⁴⁷”, ao apontar que 46% da população ainda não tem acesso à internet no Brasil. Logo, será que estes museus tecnológicos, estão incluindo, de fato, ou propiciando um novo tipo de exclusão?

A questão que coloco é que os museus tradicionais compostos de acervos, regras mais rígidas sobre tipologias, entre outros, são tão importantes quanto os museus contemporâneos que, em sua maioria, não apresentam acervos e se centram nas exposições tecnológicas. Não é necessário constituir uma dicotomia entre os tipos de instituição museológicas, pois, assim como há diversidade de coleções, também há diversidade de públicos que culmina na diversidade de gostos. Em relação à aprendizagem, não se deve associá-la à interação que geralmente os museus contemporâneos promovem, como, por exemplo: apertar botões, mas sim, sermos capazes de compreender que o museu tradicional, com as regras de “não tocar” e propiciando uma visita mais contemplativa do que interativa, é também espaço de aprendizado.

O significado da palavra *raiz*, que compõe o título desta seção, remete a vínculo, origem, fundamento, ou seja, se refere ao passado. É dessa mesma raiz que se iniciam as ideias e os pensamentos que vão adquirindo forma no presente e no futuro. Desse modo, o museu não pode ignorar o passado, pois compõe o espectro para se analisar experiências presentes e futuras (POULOT, 2013).

Este exercício de olhar para o passado também permite que se identifique elementos que faziam e fazem parte do museu e que se elabore uma narrativa de escuta efetiva dos visitantes, enquanto sujeitos ativos e construtores da memória. Cabe o alerta para que os museus não cedam a uma representação puramente afetiva e não fabriquem uma história de uma só voz.

⁴⁷Disponível em: <https://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_2016_LivroEletronico.pdf> Acesso: set. 2018.

Essa instituição não pode ser espaço de uma história única, mas sim de uma história coletiva.

A exposição é peça-chave para que o público se sinta ou não representado no museu. Se a equipe do museu não compreender que o entendimento do visitante será distinto do entendimento dos próprios funcionários da instituição, corre o risco de o público não se sentir representado no espaço museológico, deixando de prosseguir na relação que poderia estabelecer entre ele e o museu, dificultando, assim, a construção da identidade museológica. Alves (2011, p. 277) considera que esse movimento é “transcendental porque constitui um dos activos intangíveis mais valiosos do museu e lhe permite estar em constante contacto com todo o público. ”.

Para o autor, visitar exposições tem relação com transpassar a fronteira que desprende o mundo estranho do mundo familiar, ao passo que une os atos de ver, olhar, comparar, rememorar, debater, entre outros. Portanto, se o museu não atinge todo o público e o visitante não consegue fazer este *link* de ultrapassar fronteiras, é o espaço museológico que não está sabendo comunicar e produzir conflitos entre obra e usuário, cultura popular e erudita, além de ofertar experiências que sejam proveitosas e gratificantes para o público. (ALVES, 2011).

Os museus, portanto, não devem ter receio de se apresentar como fórum de conflitos urbanos, pois os embates fazem parte da sociedade, em qualquer esfera: questões referentes a indagações sociais ou até mesmo que se interroga a legitimidade política da instituição. A postura questionadora que também se faz presente na definição de cidade, nas mudanças sociais, configura-se em pretexto para que se reflita sobre o papel do museu no passado, no presente e no futuro, lembrando que a relação museu e sociedade ainda se apresenta de modo distinto nos países ricos e nos países periféricos. Para Varine (2013),

(...) Nos países ricos, a democratização da educação e o crescimento da categoria de “públicos cultivados” facilitaram a explosão museográfica. Nos países pobres, a esperança de salvar um patrimônio ameaçado pela urbanização e pelos tráficos e a procura de divisas pelo turismo tiveram o mesmo resultado. Para mim, **essa multiplicação de museus não é um sinal de saúde cultural, mas antes o sintoma de uma inquietude, de um medo do presente e do futuro, que levam ao apego aos objetos do passado, dos quais cada vez mais raramente se compreende os verdadeiros valores ou mesmo sua significação.** (p. 175, grifos nossos).

Ou seja, para o autor os museus devem ter significado para as comunidades em que estão inseridos e, para fazer esta avaliação, propõe três critérios: averiguar se o museu apresenta uma avaliação positiva para a população e visitantes externos; investigar se o museu auxilia no crescimento econômico do município em que está inserido e se a instituição apresenta eficácia na questão de aprendizagem dos visitantes, principalmente nos países pobres. Varine (2013) considera que este é um caminho para se reduzir o abismo cultural em relação aos países ricos, onde há oportunidade de democratização educacional: a probabilidade de ter um número maior de pessoas estudando é mais alta. Já os países pobres apresentam, também, um abismo em relação à educação quando se fala sobre as distintas classes sociais existentes dentro do país, muitas delas sem a chance real de ingressar em uma escola, por exemplo.

O presente e o futuro geram medo pois são desconhecidos, portanto, se os museus conseguirem traduzir o passado aos visitantes de modo que eles possam encarar o futuro de uma melhor maneira, a instituição poderá atingir seu objetivo de valorizar e dar significação à *raiz*, mas sem prendê-la no tempo.

4

Taubaté e a cultura

4.1.

Taubaté: metrópole cultural regional?

Ágora é o local do encontro entre o público e o privado, espaço de (re)encontros, (re)negociações, (re)apropriações etc. (BAUMAN, 2013). Taubaté, sendo uma metrópole, apresenta estas características, além de uma (re)transformação contínua. Entre outros aspectos, o fluxo de imigração e emigração tornam a urbe exposta a mudanças contínuas, o que pode torná-la vulnerável a compreender sua identidade verdadeira e definir sua cultura. (ZUKIN, 2013).

No entanto, o mesmo fluxo de pessoas que suscita a questão sobre qual a “verdadeira” identidade e cultura de um local, também nos faz pensar sobre o significado de “verdadeiro”. Para Zukin (2013), ao invés de pensar em “veracidade”, seria interessante refletir sobre o conceito de autenticidade: “um sentimento social, um sentimento de orgulho cívico não forçado entre estranhos e um laço social forte entre os habitantes locais” (p. 101). Ou seja, ao invés de se pensar no fluxo de migração como algo negativo, com o conceito de autenticidade este fluxo é positivo para a urbe e a cultura.

A cidade de Taubaté, bem como outras cidades do Estado de São Paulo, apresenta arquivos, bibliotecas, teatro, cinemas, fundações culturais e museus, equipamentos culturais que podem ser vistos como alternativas para uma integração social (LOPES e MOTA, 2017) e que podem vir a produzir laços sociais entre habitantes e não habitantes. O município também aparece de modo pioneiro quando se fala de economia, mídia, educação, arte e cultura, sendo conhecido como “Cidade educacional por excelência⁴⁸”. Quando questionado na entrevista sobre esta denominação, o então Secretário de Cultura da cidade afirmou que:

O eixo principal que domina a secretaria de educação hoje... acho que é estar lado a lado com as escolas (...) no Sítio e no Parque [Parque Itaim] também trabalhamos com

⁴⁸Volume 1 do Manual de Consulta do Projeto Educar – 2009/11 – Cone Leste Paulista (Gazeta Valeparaibana). Disponível em: <<http://www.gazetavaleparaibana.com/volume1.pdf>> Acesso em: dez. 2017.

a parte da educação.... não só para quem está na escola. [E] também temos professores de artes na Secretaria... Temos um processo educativo dentro da secretaria de turismo/cultura de muita excelência... O Parque Itaim é uma extensão do Sítio... também tem oficinas, brinquedoteca... trilha ecológica... (Secretário de Cultura - Entrevista – 12/2016).

Além dessa denominação, a cidade ainda apresenta outras duas alcunhas mais conhecidas pela população: Capital Nacional da Literatura Infantil⁴⁹ e Capital Universitária do Vale do Paraíba⁵⁰. A primeira decorre de um taubateano nacionalmente conhecido, já citado anteriormente: o escritor Monteiro Lobato, também responsável pela obra literária Sítio do Pica Pau Amarelo. Já a segunda alcunha decorre do número de Universidades que a cidade apresenta, com destaque para a Universidade de Taubaté (Unitau) e Anhanguera. Ao ser questionado sobre mudanças efetivas na cidade devido ao título de Capital da Literatura Infantil, o diretor do Departamento de Turismo expõe sua perspectiva:

Reafirmando a ideia desta convivência [da população] com o Sítio do Pica Pau Amarelo, desde a infância [através das escolas], creio que a assimilação como “a cidade de Lobato” já era anterior ao mencionado título. No entanto, a afirmação por meio de legislação é algo que altera o posicionamento da cidade em relação ao país, e é uma oportunidade ímpar de construção de políticas públicas para a área. (Diretor do Departamento de Turismo - Entrevista – 12/2017).

⁴⁹Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12388.htm> Acesso em: dez. 2017.

⁵⁰Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285690>> Acesso em: dez. 2017.

Figura 3: Taubaté: Capital Nacional da Literatura Infantil (Rodovia Oswaldo Cruz que liga as cidades de Ubatuba e Taubaté)



Fonte: <http://www.jornal3idade.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Taubate-b.jpg>).

Figura 4: Taubaté: Capital Nacional da Literatura Infantil (Saída 111km da Dutra direção Rio de Janeiro para São Paulo)



Fonte: CANCELA, 2018

Além de Lobato, a cidade ficou famosa também por outros dois habitantes que se destacaram no território brasileiro: Amácio Mazzaropi⁵¹ e Hebe Camargo⁵². O Secretário de Cultura, ao ser indagado sobre possíveis

⁵¹Ator e cineasta brasileiro. (1912-1981). Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/amacio-mazzaropi.htm>.> Acesso em: jul. 2016.

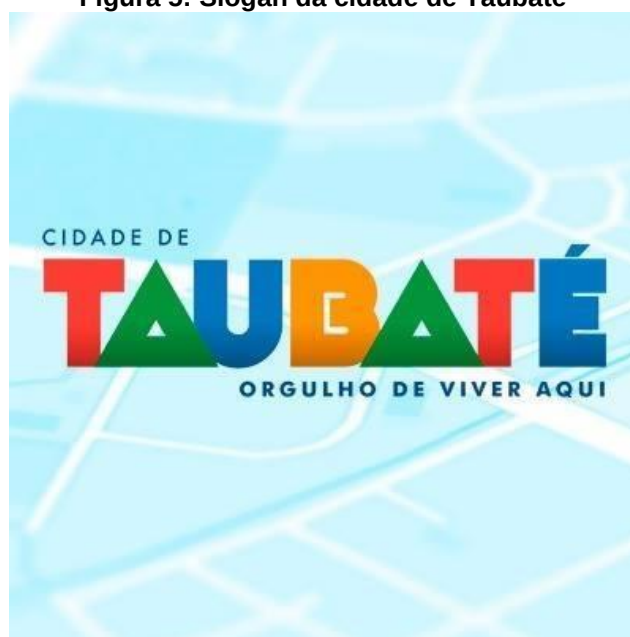
⁵²Apresentadora de televisão, cantora e atriz. (1929-2012). Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/hebe-camargo.htm>.> Acesso em: jul. 2016.

mudanças para a cidade com o título de Capital Nacional da Literatura Infantil, destaca alguns aspectos:

A visão das pessoas de fora... dentro em breve vamos inaugurar a biblioteca central... o prefeito tem a intenção de trazer uma feira literária para a cidade...se é literatura, vamos começar pelas bibliotecas. A de Quiririm está reformada!... Lá para 2018 é que de fato vamos "explodir na biblioteca". O fomento cultural da cidade é tão grande que a secretaria fica até pequena. (Secretário de Cultura - Entrevista – 12/2016).

O slogan da cidade de Taubaté, modificado no ano de 2017 pelo então prefeito, buscou, prioritariamente, mostrar as melhorias na área de educação, habitação e saúde do município. Ainda assim, acredito que seja possível fazer uma associação ao (bom) momento de fomento cultural que o Secretário de Cultura destaca, no sentido de a cidade também poder se orgulhar das ações culturais existentes e que estão por acontecer no município, mesmo que ainda seja necessário um trabalho que proporcione a devida importância ao legado de Monteiro Lobato.

Figura 5: Slogan da cidade de Taubaté



Fonte:

<https://www.facebook.com/prefeituramunicipaltaubate>

A diretora do Departamento de Comunicação do governo no período de 2017/2018 considera que o ano de 2017 se configuraria como o momento em que seria possível dizer se algo mudou para a cidade com o título de Capital da Literatura Infantil. Vale esclarecer que a Feira Literária Infantil de Taubaté⁵³

⁵³Foi realizada na Avenida do Povo/Taubaté de 11 a 17 de setembro de 2017. Conforme esperado pela população e pelo governo, a FLIT ocorreu novamente em 2018, de 17 a 23 de setembro.

(FLIT) não foi realizada por um longo período e retornou em 2017. A entrevistada fez uma análise do evento:

(...) as pessoas falaram que não foi muito bacana [as edições anteriores]. Desde que o Ortiz Junior entrou ele queria realizar a feira. Passou 4 anos, tivemos alguns problemas, tivemos 4 secretários de turismo e cultura nesse período... acho que faltou engrenar mesmo. Faltava verba, planejamento, uma mea culpa do governo mesmo. Mas aí esse ano o chefe de gabinete disse que ia fazer. A iniciativa foi do próprio governo. (Diretora do Departamento de Comunicação - Entrevista – 09/2017).

Para a jornalista da TV Cidade Taubaté, a emissora Comunitária, criada em 2003, possui *uma grade de programação plural que contempla todos os segmentos, seja no esporte, no debate, na vida pública, no transporte, na literatura, nas expressões culturais, (...) (Entrevista – 12/2017), privilegiando o povo para que sejam protagonistas dos processos e dos acontecimentos que envolvem seu cotidiano (idem), possibilitando conhecer mais o que acontece na sua própria cidade, e proporcionando reconhecimento de capital da literatura infantil à Taubaté, acabou por ser um beliscão dolorido nas autoridades, que se viram obrigadas a sair da zona de conforto (idem).* A entrevistada considera que:

Como resultado positivo depois de seis anos, acabamos de sair de uma FLIT – Feira de Literatura Infantil de Taubaté, que efetivamente foi a 4ª, mas cada administração coloca a sua como a 1ª, enfim, isso não vem ao caso. O importante é que já foi uma ação voltada para o incentivo à produção e ao consumo de obras literárias. Como se trata de visão pessoal, não posso deixar de salientar que os nossos escritores ainda não acordaram para o que significa de fato esse título, e principalmente no que pode ser agregado aos seus trabalhos. Considerando o decreto, nenhum escritor daqui pensou ainda em um selo ou carimbo “Taubaté, capital nacional a literatura infantil” que pudesse estampar a capa das suas obras, mesmo que seja para o público adulto. Os nossos escritores ainda não se apropriaram desse decreto. Mesmo tendo pouquíssimos autores de obras infantis (creio que 6 apenas), esse título deveria estar estampado em toda produção editorial local. Como sugestão, talvez coubesse ao poder executivo criar um concurso entre os autores, com vistas a criar oficialmente esse selo, lembrando que já passou da hora dos autores colocarem as suas produções em plataformas digitais, os e-books, são uma excelente alternativa para essa geração que não foi acostumada consumir o livro físico, frequentar bibliotecas e livrarias. (Jornalista da TV Cidade Taubaté - Entrevista – 12/2017).

A jornalista ressalta a importância da FLIT, pois traz um resultado positivo para a cidade, mas, por outro lado, destaca a falta de engajamento da população

e dos próprios escritores que não valorizam o título de Capital da Literatura Infantil da cidade de Taubaté. É possível dizer que essa perspectiva será alterada em decorrência do evento se configurar como parte do calendário da cidade?

Tudo indica que a Feira será um legado, pois mesmo mudando o Governo, não há a intenção de interrompê-la, firmando-se como uma política de Estado e indo ao encontro dos objetivos das cidades educadoras de perpetuar cada vez mais esse tipo de política para que as ações educativas/ culturais tenham continuidade para além do Governo que implementou a política. A temática da FLIT será sempre voltada ao escritor Monteiro Lobato para fazer jus ao título de Capital da Literatura e marcar este reconhecimento. A diretora do Departamento de Comunicação revela os resultados da Feira:

(...) Com a FLIT... levamos 3600 crianças de escola para a Avenida [Avenida do Povo, onde foi realizado o evento], fora as que foram espontaneamente. Recebi escola de Pindamonhangaba, Caçapava, São José dos Campos,.. no último dia foram 1300 crianças, sendo que estávamos esperando 400. Vimos que foi atraindo (...).(Diretora do Departamento de Comunicação - Entrevista – 09/2017).

Figura 6: FLIT / 2017



Fonte: <https://www.facebook.com/feiradeliteraturainfantildetaubate/>

Quando questionada sobre a importância da FLIT, a mesma entrevistada declarou:

Muito importante. Conhecemos a FLIP [Feira literária de Paraty], de Paraty. Mas ela usa Paraty como cenário e depois as pessoas vão embora. A nossa ideia não é essa.

(...) vamos melhorar ano que vem, vamos envolver todas as escolas. Vai ter um tema para o ano letivo. Esse ano foi o Saci, não sabemos o próximo ainda. A ideia é promover a literatura entre os alunos... escrever alguma coisa, publicar um livrinho... fazer que isso faça parte da cidade e da vida do aluno... a educação é a base da leitura, e depois a secretaria de turismo e cultura enriquece com a parte artística/cultural... (Diretora do Departamento de Comunicação - Entrevista – 09/2017).

A FLIT se propõe a compreender Taubaté como cidade educadora, mesmo que não intencionalmente, ao unir escolas e alunos à própria cidade, possibilitando a sensação de pertencimento, visto que, ao deslocar estes mesmos alunos para fora da instituição escolar estará proporcionando a mobilidade, questão central para reconhecer o território e uma das premissas da cidade educadora. Por outro lado, o evento evidencia que a cidade, assim como a escola, também tem o poder de educar, promovendo, neste caso, a literatura, perspectiva fundamental na formação humana.

Manguel (2013) discute a importância do livro e do hábito de leitura na sociedade de hoje, que conta com aparatos tecnológicos ao alcance das mãos para a maioria da população. Como conquistar as pessoas sem usar a tecnologia? Qual o apelo que o livro – feito de papel e não virtual - tem em detrimento da *internet*? A cidade que se propõe a realizar feiras de literatura tem uma tarefa árdua pela frente, principalmente no que se refere a conquistar crianças e adolescentes.

Outrora as bibliotecas ficavam cheias de pesquisadores, curiosos, apaixonados pelas palavras, configurando-se como um espaço de ordem, caos e oportunidade (MANGUEL, 2013). Hoje estudos apontam para um esvaziamento das bibliotecas, pois, de modo geral, quem tem acesso à virtualidade, tem acesso a quase tudo.

O autor não é contra o virtual, mas defende que ele não substitua o papel, sendo possível que coexistam no sentido de servir melhor ao ser humano. Para Manguel (2013):

A nossa sociedade hoje aceita o livro como um dado adquirido, mas o acto da leitura – outrora considerado útil e importante, bem como potencialmente perigoso e subversivo – é agora condescendentemente considerado como um passatempo, um passatempo lento que carece de eficácia e não contribui para o bem comum. Hoje, a leitura não é senão nossa memória e experiência, a biblioteca, é menos considerada uma entidade viva do que uma sala de armazenamento inconveniente. (idem, 2013, p. 190).

É possível afirmar que a FLIT se comporta como um prolongamento do MHFPML se apresentando como espaço de resistência ao celebrar a importância do livro (objeto/ patrimônio material), da literatura (patrimônio imaterial) e da memória de Monteiro Lobato. É o museu ocupando o espaço público e se integrando à cidade, intervindo na sociedade.

A coordenadora do Museu Monteiro Lobato entende que, de fato, é o primeiro ano (2017) em que está ocorrendo uma feira literária e considera que conseguiu mobilizar a cidade e, principalmente, as escolas, denotando o caráter educativo da Feira e sua importância para Taubaté na perspectiva de valorização do próprio patrimônio: Monteiro Lobato e literatura infantil.

Tínhamos feito em outros anos, mas eu vejo que esse ano tem uma mesa de formação para educadores, tem o entretenimento para os jovens, que são os shows e tem a literatura infantil. E as crianças estão vindo, saindo das escolas. E foi feita uma escolha muito interessante: são as escolas mais distantes. E estão trabalhando a obra de Lobato - o Saci - como cidadania. O negro, o deficiente físico, essa coisa do preconceito, do índio... (Coordenadora do MHFLML - Entrevista – 09/2017).

As declarações do Secretário de Cultura, também em entrevista, sobre investir na implementação de bibliotecas no município e a iniciativa da FLIT, estão acordo com um dos princípios da cidade educadora, conforme já sinalizado, de "construir uma cidade que se relacione com o mundo e que garanta liberdade de fruir informação e cultura⁵⁴". Estas iniciativas podem ser caracterizadas como ações iniciais para que se possa promover uma reflexão sobre o potencial de Taubaté em se transformar em uma cidade educadora. Quando questionada sobre conhecer ou não a expressão "cidade educadora" e o modo como se apresenta frente à sociedade, a coordenadora do Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML) apontou que não conhecia a expressão, mas que imaginava:

que uma cidade educadora educa em todos os sentidos. No trânsito, na própria escola, no jeito de viver... pisar na faixa e o carro parar, alguém levantar para dar lugar no ônibus... acho tão incrível...A educação não se dá só dentro da escola... acho que a educação vem de casa... as pessoas têm que entender que educação é essa! Passar de geração em geração... políticas públicas... Falta bastante para Taubaté ser assim, mas vejo que as novas gerações entendem um pouco mais. Por exemplo: política da dengue. Taubaté teve um alto índice, mas vejo que as crianças estão aprendendo a cuidar disso. Vejo que Taubaté

⁵⁴Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/cidade-educadora/rede-portuguesa>> Acesso em: dez. 2017.

consegue sim caminhar para ser cidade educadora.
(Coordenadora do MHFPML - Entrevista – 09/2017).

Pozo (2013) corrobora a fala da Coordenadora do Museu, ao afirmar que esta educação se expande pelos espaços públicos:

A cidade educadora adquire e esforça-se por difundir a consciência de todas as possíveis repercussões mútuas que as pessoas e grupos exercem entre si dentro do espaço público da cidade e procura descobrir todas suas potencialidades positivas em ordem ao progresso pessoal e social de todos os seus componentes (idem, 2013, p. 25).

Já a jornalista da TV Cidade conhece a expressão cidade educadora e tem uma visão análoga àquela apresentada pela coordenadora do MHFPML no que diz respeito ao ensino fora da escola, para que forme não somente alunos, mas também cidadãos dispostos a conhecer e cuidar da cidade que habitam. Ambas também acreditam que é possível Taubaté se transformar em cidade educadora:

(...) Aqui em Taubaté a rede municipal de ensino na sua maioria adotou o sistema integral, justamente para além de suas funções tradicionais, trabalhar nos alunos ações de conscientização sobre aspectos que estão batendo à porta como uma cidade plural onde os direitos e deveres do cidadão sejam discutidos a todo momento em conselhos e nas comunidades. Não funciona ainda como deveria na sua totalidade, mas já existem esforços para que os agentes pedagógicos se capacitem para apoiar o desenvolvimento dos potenciais humanos. A participação do jovem tem sido mais efetiva em seus núcleos, mas ainda muito tímida em relação à cidade como um todo. O desejo por uma cidade mais inclusiva e justa tem feito algumas escolas colocarem os alunos literalmente na rua em atividades de campo. Recebemos com frequência grupos de crianças e jovens à procura de subsídios para desenvolver as suas atividades no tocante a ações de cidadania. Mas insisto que ainda é início de processo. Para mim uma Cidade Educadora tem como principal papel valorizar a pessoa ainda na infância, ressaltando os seus potenciais e dando a ela empoderamento para enfrentar uma sociedade que nem sempre é justa, mas é o meio em que se vive. Dinamizar a autoestima com foco na mudança de rumos quando necessário e aparelhar os espaços para isso, todos sabem que a Cultura e o Esporte são as melhores ferramentas. Acredito na força da educação para o trabalho para o combate da violência e um sistema de saúde voltado para a orientação e prevenção. Posso parecer utópica, mas SIM, eu acredito. (Jornalista da TV Cidade - Entrevista – 12/2017).

Tanto a fala da coordenadora do MHFPML, quanto a da jornalista da TV Cidade, apontam para a questão do jovem e da criança como protagonistas da

cidade e da sociedade, responsáveis também por sua mudança. Nenhuma das duas entrevistadas tira o protagonismo da escola, pelo contrário, consideram que as ações de cidadania se iniciam neste espaço e são levadas às ruas para que sejam concretizadas. A cidade educadora procura fazer uma cidade plena e, para tal, se baseia na participação dos habitantes tanto na educação formal quanto na não formal. Com a primeira, a cidade se desenha como educadora e com ambas, a educação formal e não formal, é constituída a cidadania plena deste habitante, tornando plausível pensar numa melhor cidade (POZO, 2013). Ou seja, a cidade educadora depende da existência de escolas para que as ações sejam coordenadas e implementadas no município.

O então prefeito define a cidade de Taubaté através do termo "criaticidade"⁵⁵, ou seja, uma cidade que investe em polo tecnológico, mas sem perder a criatividade, que seria "representada" pela cultura e pelo ser humano. O argumento apresentado pelo prefeito tem relação com as "cidades do futuro/inteligente" que são aquelas que se preocupam tanto com a tecnologia, quanto com o meio ambiente e com a "sociedade do conhecimento", que tem como pilares a "liberdade de expressão; acesso universal à informação e ao conhecimento; respeito à diversidade cultural e linguística; e educação de qualidade para todos"⁵⁶, preceitos igualmente importantes para a cidade educadora.

O VII Congresso Nacional da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras (2017) também entende que é necessário, cada vez mais, que as cidades se mostrem capazes tecnologicamente, mas sem perder o foco nos cidadãos, de maneira que esta mesma tecnologia tenha condições de fomentar sua relação com a cidade e sua posição como cidadão:

Uma cidade educadora é, cada vez mais, uma cidade criativa e cidade inteligente, numa perspectiva humanista, capaz de perceber, adequar e aplicar ferramentas de cooperação na urbe, desenvolvendo redes que promovam a riqueza e profundidade cultural, a boa governança e todas as dinâmicas que gerem ambientes mais inclusivos. (VII Congresso Nacional da RPCE, 2017, p. 4).

Na fala da jornalista da TV Cidade, constata-se as possibilidades culturais que Taubaté apresenta em virtude das diferentes manifestações artísticas que existem no município:

⁵⁵Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/o-futuro-das-cidades/2015/noticia/2015/12/veja-o-especial-futuro-das-cidades.html>> Acesso em: dez. 2017.

⁵⁶Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/knowledge-societies>> Acesso em: dez. 2017.

Na minha ótica, Taubaté é bem vista do lado da arte popular pelo intercâmbio que os grupos fazem entre pares de outras cidades, além de ter elementos de destaque em suas Cias..., projetando a cidade em eventos de grande porte como o Revelando São Paulo, Mega Artesanal e outros do gênero. Recentemente Taubaté tem conquistado um espaço considerável nas artes visuais, principalmente no que se refere à cinema e produções de audiovisual para plataformas de redes sociais e internet, isso tem contribuído de forma bem positiva para a imagem da cidade perante os outros municípios e o fato da FAMUTA – Fanfarra Municipal de Taubaté, ser campeã mundial na sua categoria também empresta local de destaque no cenário cultural do Vale, porém, Taubaté tenta vender a sua imagem como “Capital Nacional da Literatura Infantil”, título esse atribuído por força de decreto assinado pela Presidente Dilma em março de 2011, mas, que na minha modesta opinião, a cidade ainda tem muito por fazer para que esse título o seja de fato. (Jornalista da TV Cidade - Entrevista – 12/2017).

Ao acessar a página oficial⁵⁷ da FLIT no Facebook é possível escrever uma opinião sobre a Feira realizada em 2017, bem como visualizar as já escritas. A maioria dos depoimentos é positiva em relação à iniciativa, mas também destacam a necessidade de melhorias: aumentar o número de stands de livros, convidar autores taubateanos, oferecer mais palestras etc. No entanto, muitos pontuam que as melhorias vão ocorrer com o passar das edições e que a cidade está caminhando para, de fato, valer-se do título de “Capital Nacional da Literatura Infantil”.

A Feira literária de 2018 foi realizada no mês de setembro e o tema foi baseado na obra “Reinações de Narizinho” de Lobato, publicada em 1931. O livro é composto de várias pequenas histórias, que já haviam sido publicadas, sendo algumas originais e outras que traziam personagens já conhecidos da literatura, como: Aladim, Branca de Neve e Cinderela, entre outros⁵⁸. É possível dizer que esta obra foi propulsora da série “Sítio do Pica Pau Amarelo”, sendo de suma importância não só na literatura, mas também na televisão.

A rede municipal de Taubaté preparou os estudantes de 9 e 11 anos para a FLIT através do projeto “Soletrando”, que consiste em:

os alunos são contextualizados na leitura de capítulos ou resumo do livro com os oficineiros de estudos, e partem para uma sequência didática em que as palavras escolhidas são trabalhadas em separação silábica, busca de significado no dicionário e formação de palavras com letras móveis. Após essas atividades eles treinam o soletramento das palavras para competição interna e externa. O projeto permite que os alunos entrem em contato

⁵⁷ <https://www.facebook.com/pg/feiradeliteraturainfantildetaubate/reviews/>

⁵⁸Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reina%C3%A7%C3%B5es_de_Narizinho> Acesso em: maio. 2018.

com o mundo da ortografia (domínio da escrita convencional/correta das palavras) e da busca do significado destas. A final será por grupos e [aconteceu] nos dias 23 e 24 de abril [de 2018], no período da manhã e da tarde, nas unidades de ensino integral. [Foram] mais de 500 alunos envolvidos, em 48 escolas, somente com o projeto Soletrando. Outros projetos [foram] desenvolvidos até a realização da Feira, para [apresentarem] a obra a outras séries e outras escolas⁵⁹.

A partir da iniciativa da FLIT em 2018, com as prováveis melhorias pelas quais a Feira passou para a nova edição e com o projeto que foi trabalhado nas redes municipais, é possível, que, de fato, uma das célebres frases de Lobato possa vir a se concretizar na cidade de Taubaté, mesmo que ainda demore: “um país se faz com homens e livros”, acrescentando-se: principalmente o município que é capital da literatura infantil.

A ex-vereadora define Taubaté da seguinte maneira:

Taubaté é cultura. Mas ainda não temos divulgado tanto isso...infelizmente.... além de Monteiro Lobato temos tantos outros...há outros artistas, grupos de viola, as figureiras...temos a Fêgo Camargo...escola de artes profissionalizantes...é um celeiro de talentos, mas ainda não teve o potencial cuidado e apresentado. (Ex-vereadora - Entrevista – 11/2016).

O Secretário de Cultura também define Taubaté como um polo cultural: *Taubaté celeiro de artistas' (dito popular) além de adotar muitos artistas de fora...Taubaté é o espírito cultural do Vale do Paraíba... a alma cultural do Vale* (Entrevista – 12/2016). Percebe-se que a marca da cultura se apresenta de modo contundente na cidade, faltando talvez um maior incentivo por parte do Governo, pois a mesma ex-vereadora, quando questionada sobre a maneira como Taubaté "vende" sua imagem, afirma que

O pouco que temos de divulgação é em função dos nossos artistas mesmo... e dos pesquisadores de fora que veem a importância de Taubaté..., mas algo por parte do poder público para a sentirmos essa valorização... falta muito... boa parte da população de Taubaté não conhece seu patrimônio histórico cultural. (Ex-vereadora -Entrevista – 11/2016).

A jornalista da TV Cidade corrobora com a perspectiva de que há falta de divulgação de eventos e espaços culturais da cidade:

⁵⁹Disponível em: <<http://www.taubate.sp.gov.br/destaque-home/alunos-da-rede-municipal-de-taubate-se-preparam-para-flit-2018/>> Acesso em: maio. 2018.

Hoje é o boca a boca da Tina⁶⁰ e dos atores que compõe os personagens [do Monteiro Lobato], redes sociais e algumas mídias espontâneas. Nem o setor de comunicação da prefeitura é eficaz na divulgação das atividades do Sítio e das propostas do Museu Monteiro Lobato. Tem coisa que se a Tina e o Márcio⁶¹ não dispararem em suas redes sociais particulares, poucos ficam sabendo. (Jornalista da TV Cidade - Entrevista – 12/2017).

A divulgação das ações culturais da cidade de Taubaté se dá maciçamente pelos próprios espaços, pelo Governo - com um certo déficit -, pela TV Cidade – quando convocada –, e pelo Almanaque Urupês, uma revista cultural sobre a cidade que existe desde 2002, e apresenta um público cativo. Sobre o nome do Almanaque, o criador explica: *É o título de um livro de Monteiro Lobato que redefiniu a produção literária no Brasil. Também é um marco cultural. Não existiria o modernismo sem o terremoto conceitual promovido por Urupês. (Criador do Almanaque Urupês - Entrevista – 12/2017).*

(...) A indústria cultural de Taubaté segue a cartilha da maioria das cidades brasileiras: não passa de uma fabriquinha de fundo de quintal. As ações governamentais com esse propósito são inconsistentes. Quem movimenta essa economia é a iniciativa privada. Um exemplo: Hotel-Fazenda Mazzaropi. Um empreendimento que repaginou o legado de um artista odiado pela crítica, transformando-o num produto sofisticado que atrai consumidores de alto poder aquisitivo. O Museu de História Natural segue a mesma toada. (idem – Entrevista - 12/2017).

E quando questionado sobre o que a gestão do município faz para inserir o patrimônio na vida social dos que habitam Taubaté, o criador do Almanaque, corroborando sua colocação sobre o papel dos gestores diante de questões culturais, explicita suas críticas em relação ao poder público:

Uma política bem-intencionada como todas as que saem do inferno e que não se mantêm em pé na primeira brisa de mudança no governo federal (ou estadual, ou municipal). Trocando em miúdos: ela é dependente dos quadros que hoje estão lutando pela sua aplicação. Não há interface racional com as instituições que fazem isso por conta própria. (Criador do Almanaque Urupês - Entrevista – 12/2017).

Para o Secretário de Cultura, Taubaté se configura da seguinte maneira: *uma cidade com inúmeras possibilidades culturais, que, com muitas personalidades fica até perdido! [A cidade] tem que assumir sua característica cultural. Nessa hora o turismo estará pronto! (Entrevista – 12/2016).* No entanto,

⁶⁰Maria Cristina Lopes, conhecida como Tina, é a coordenadora do MHFPML (2018).

⁶¹Márcio Carneiro é o Secretário de Cultura da cidade de Taubaté (2018).

na fala do entrevistado, é possível verificar um baixo incentivo e disseminação destas possibilidades culturais por parte do Governo: (...) *o lado industrial é mais forte do que o cultural... porque justamente falta a gente se assumir!* (idem).

O lado cultural do município de Taubaté não só tem a “concorrência” industrial, como também a própria cultura, que se manifesta de distintas formas:

A cidade de Taubaté possui algumas divisões socioculturais muito distintas, uma vez que esta é uma cidade universitária, por sediar a Unitau – Universidade de Taubaté, uma das maiores e mais tradicionais universidades da região, trazendo um grande público jovem, que tem como principais atividades de lazer, frequentar festas e bares. Por outro lado, a cidade, por ser uma das mais antigas da região, também conta com uma grande população de pessoas com costumes rurais, como festas e celebrações típicas do interior. (SCANTAMBURLO E PAPARELI, 2016, p. 23).

Como se assumir diante da diversidade de possibilidades culturais que a cidade apresenta? O que assumir? Ou então, por que se assumir? Ao tomar para si algo como “nosso”, existe a possibilidade de “esquecermos” outros episódios que também possam ser nossos e talvez mereçam a mesma, ou até maior, atenção. Se Taubaté se assume, como, por exemplo, rural, também possibilita que se crie um estigma difícil de se desfazer. Ou, se a cidade se reconhece como urbana pode acabar criando uma barreira simbólica, e muitas vezes intransponível, com o rural. Então, talvez, o município se caracterize justamente nesta multiplicidade cultural que está imbricada e, quiçá, o que falta, é assumir justamente esta característica.

A Rede Portuguesa das Cidades Educadoras elencou 20 princípios que cabem à cidade educadora. Entendo que é possível trazer estes princípios para as cidades educadoras do Brasil, já que são abrangentes e se utilizam da Carta das Cidades Educadoras:

Igualdade: cumprir o direito à igualdade; **Diversidade:** promover a educação na/para a diversidade; **Diálogo Intergeracional:** encorajar o diálogo e a ação entre gerações; **Qualidade de Vida:** realizar políticas locais de promoção da qualidade de vida; **Política Educativa:** ter uma política educativa que é reivindicada de forma ampla; **Responsabilidade Partilhada:** decidir porque conhece os problemas e as necessidades, porque ouve as pessoas e que tem em conta, nos processos de decisão, o seu impacto formador/educador; **Identidade:** ter identidade, promovê-la e reconstruí-la com todos, todos os dias; **Planeamento Urbano:** um fator pleno e rico de integração; **Participação:** participar com base na informação e na ética; **Acessibilidade:** espaços físicos adequados para todos e para todas; **Sustentabilidade:** promover a sustentabilidade e a saúde (qualidade de vida); **Governança:** processos de governação apontam uma perspectiva educadora; **Cultura:**

se relacionar com o mundo e garantir a liberdade de fruir a informação e a cultura; **Formação**: promover a formação de todos; **Incluir**: todos e todas se sintam significativos e que o sejam sempre ao longo da vida; **Coesão**: seja com os seus seja com aqueles que a querem integrar (imigrantes, refugiados, etc.); **Colaboração**: a parceria entre administração e sociedade civil deve ser capaz de desenvolver atividades significativas; **Associativismo**: promover o associativismo com sentido de corresponsabilidade; **Acesso à Informação**: garantir a informação com critério e legibilidade garantindo assim a permanente busca pela integração de todos e todas; **Cidadania**: promover e cumprir, com todos e todas, o bem comum e uma cidadania democrática⁶². (grifo nosso).

Os princípios elencados acima refletem na missão e objetivo das cidades educadoras, citados por Aquino e Vieira (2015, p. 319):

promoção de cidadania, lazer, esporte, saúde, cultura, etc. (...). Como objetivos específicos, destacam-se o desenvolvimento da consciência ambiental, a melhoria da qualidade de vida, o aumento da participação política e o fortalecimento da memória e da identidade cultural via vinculação com o patrimônio urbano.

O Secretário de Cultura, quando questionado sobre as iniciativas que o governo de Taubaté vem realizando para aproximar o patrimônio dos habitantes da cidade, declara que

(...) estamos tentando condensar... são 2 ações que temos que dividir... Eventos e Ações culturais. Esta última pode ser evento, mas evento não pode ser ação cultural. São as ações culturais que libertam o pensamento das pessoas..., mas ter evento também é importantíssimo. Turismo e evento mais ligados à economia.... é o que vende... A ideia é unir turismo a ação cultural. (...) O Sítio é o coração de tudo isso..., mas não adianta fomentar uma ação lá se as pessoas não sabem a importância da cidade... estas ações já estão sendo trabalhadas para fomentar o turismo local para o Sítio. (Secretário de Cultura - Entrevista – 12/2016).

Projetos como *Sertões de Taubaté* e *Taubaté para os taubateanos* são iniciativas que ocorrem de tempos em tempos para que, justamente, o habitante da cidade conheça o município em que habita e comece a entender sua importância. Pozo (2013) destaca a importância dos movimentos que são implementados pelos cidadãos e poder público no sentido de se conhecer melhor a urbe – seja a área rural ou urbana -, revalorizando-a, criando outras centralidades e aumentando a qualidade de vida dos bairros incluídos nestes programas. Para o autor,

⁶²Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/cidade-educadora/rede-portuguesa>> Acesso em: dez. 2017.

...melhora-se a cidadania democrática, a concertação e participação em planos e projectos e contribui-se para o reforço dos governos locais na política urbana; e, a culminar, recria-se o conceito de cidadão como sujeito da política urbana em permanente renovação através da sua atitude participativa. (POZO, 2013, p. 27/28).

Como o nome indica, *Sertões de Taubaté*⁶³ é um passeio guiado, de ônibus, pela zona rural, que também incentiva a economia criativa ao sugerir que os participantes levem dinheiro para a aquisição de, caso se interessem, produtos feitos pelos moradores locais, como geleia, rapadura, queijos, doces, artesanatos, entre outros.

Já *Taubaté para os taubateanos* é uma caminhada pelos patrimônios históricos. É gratuito e ocorre no centro da cidade, assemelhando-se ao *Passeio do Visconde*, projeto do MHFPML cujo objetivo também é auxiliar na compreensão da importância da cidade pela comunidade ao guiá-la pelos patrimônios culturais. No entanto, o *Taubaté para os taubateanos* é de responsabilidade da Secretaria da Cultura e, geralmente, envolve parcerias, como, por exemplo, com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnitaU (Universidade de Taubaté). Por mais que a maioria das ações da cidade envolva o Sítio, as iniciativas citadas propõem ampliar o olhar dos habitantes para a compreensão da urbe em que habitam, podendo levar a um sentimento de pertencimento do espaço geográfico.

Em relação ao turismo, a coordenadora do Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML) destaca que esta atividade é cultural e que, com a crise da economia atingindo o país inteiro, as pessoas começaram a dar mais valor à cultura. Além disso, a entrevistada também aponta que há o *encantamento quando se fala em Sítio do Pica Pau Amarelo... lembra Lobato, lembra literatura e essa cultura que está impregnada em nós*. (Coordenadora do MHPML - Entrevista – 09/2017). Para Lopes (2000a),

as práticas culturais de uma determinada população, já o dissemos, não podem ser estudadas isoladamente, como se constituíssem um domínio auto-suficiente em termos analíticos. De facto, **impõe contextualizá-las num determinado momento histórico, com o seu tempo e o seu espaço, seguindo o espírito subjacente ao conceito de fenómeno social total**. Analisá-las separadamente, ignorando a base demográfica, económica, social e política dos espaços-tempos em que se encontram inseridas, conduziria ao grave erro (ou ilusão) de as transformar num microcosmos isolado, diminuindo consideravelmente a

⁶³Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100008358247199>> Acesso em: maio. 2018.

capacidade de imaginação sociológica, isto é, de colocar questões pertinentes sobre um dado objecto de estudo, articulando-o com outras esferas do real. O carácter eminentemente relacional do objecto sociológico leva-nos a procurar conexões onde aparante e superficialmente apenas existem factos isolados. (idem, grifo nosso, p. 113).

Entre os anos de 2009 e 2010, o Sistema Estadual de Museus realizou o Diagnóstico de Museus do Estado de São Paulo e apontou que em Taubaté há oito museus: Museu da Imagem e do Som, Museu Histórico Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, Museu da Imigração Italiana, Museu de Arte Sacra Dom Epaminondas, Museu do Transporte e da Tecnologia Rural, Museu Histórico Professor Paulo Camilher Florençano, Museu Mazzaropi e Museu de História Natural. Este dado reforça o carácter cultural da cidade e sua vocação educacional que, segundo o criador do Almanaque Urupês, *é cantada em verso e prosa há pelo menos 140 anos*. (Entrevista – 12/2017).

A Carta das cidades educadoras (2004) entende que a cidade educadora deve possibilitar que seus habitantes se formem de maneira integral no sentido de se tornarem cidadãos e poderem dialogar com a sua cidade. Taubaté tem como atrações principais o Sítio do Pica Pau Amarelo, a Praça da Companhia Taubaté Industrial (CTI), Casa do Figureiro, Parque do Itaim, Horto Florestal, Museu da Imagem e do Som de Taubaté (Mistau), Museu de História Natural, Cristo Redentor, Mercado Municipal, Igreja Matriz, Teatro Metrópole, Parque Monteiro Lobato, Catedral Santa Terezinha, Convento Santa Clara e Museu da Imigração Italiana. Estas atrações são gratuitas e certificam os objetivos citados pela Carta. No entanto, alguns entrevistados moradores de Taubaté afirmam que o que menos gostam na cidade é a pouca opção cultural e que a cultura que veem *está morrendo... poderia investir um pouco mais* (Marcela, frequentadora do MHFPML - Entrevista 12/2017), corroborando com o questionamento do Secretário de Cultura que indaga se realmente essa gama de ofertas faz parte das práticas culturais dos habitantes:

*Temos uma questão cultural de não conhecermos a cidade....as diretoras de escola deveriam nos procurar....Falta costume.....tem que fazer com que o taubateano entenda que é nosso...quero que assumamos nossa identidade. Exemplo: festa da truta - Cunha. Por Taubaté ser mãe, acolheu tudo. O que nós somos? **IDENTIDADE!** Minha intenção é fazer uma programação só para escolas... caminhar, conhecer a cidade...* (Secretário de Cultura - Entrevista 12/2016).

Tanto a FLIT quanto o projeto *Trilha Cultural*⁶⁴, realizado pelo Sítio em parceria com outros museus da região, fazem justamente esse movimento de procurar as escolas, configurando-se como público prioritário para essas ações, buscando uma formação cultural e educacional mais ampla para alunos e professores. É possível pensar que as diretoras de escola não procuram a Secretaria de Cultura pois já “sabem” que serão procuradas? Será que desconhecem que podem buscar a interlocução com a Secretaria? Será que não há interesse das escolas? Será que a Prefeitura, em algum momento, explicita a importância da relação “escola-cidade” para a equipe escolar ou apenas procura essas instituições para ter certeza de *quórum* nas ações culturais? A coordenadora do MHPML declarou que os diretores das escolas municipais ressaltam a dificuldade de transporte para levar os alunos aos museus e eventos da cidade, embora o transporte seja previsto no orçamento anual das escolas.

Alguns entrevistados se manifestaram sobre a relação dos moradores com a cidade: Débora acredita que (...) [o taubateano] *não se orgulha desse patrimônio e nem da história, muitas vezes nem o conhece* e que *já conheceu cidades brasileiras que ‘respiram’ o autor nascido na cidade*. (Débora - Entrevista - 09/2017). Thamiris declara que o que menos gosta é *a falta de cultura do povo de Taubaté!* (Entrevista - 09/2017). Pedro, do Almanaque Urupês, fazendo menção à falta de hábito cultural do taubateano, entende que o (...) *museu é tão instigante quanto a matemática para o brasileiro médio. Pouca gente aprecia a matemática*. (Entrevista - 12/2017). Qual seria então, de fato, o público dessas atrações? Habitantes de outras cidades? Qual é o tipo de ação que o município de Taubaté vem realizando em prol da formação de público para as atrações culturais em geral? Acerca da relação entre cultura, formação de público e cidade educadora, Fernanda, carioca que mora no município, faz a seguinte afirmação:

Não posso afirmar que Taubaté não seja uma cidade educadora, pois não tenho informação dessas ações. Se faz, não realiza uma boa divulgação. Taubaté tem grande bagagem cultural para ser se tornar uma cidade educadora. Aqui começa a rota do ouro, temos Monteiro Lobato, celebridades como Hebe Camargo, Mazzaropi, casarões antigos... enfim, bagagem para explorar a cultura. Uma cidade educadora deve pegar essa bagagem cultural histórica e mantê-la viva e exposta aos cidadãos e seus visitantes. Deve fazer girar a roda cultural. Para isso deve haver em primeiro lugar uma conservação de espaços museais (afinal não adianta divulgar e ser algo ruim de se ver), incentivar profissionais a estudar e buscar cada vez

⁶⁴Este projeto será melhor explicitado no capítulo 4 subitem 4.3 “A cidade e o museu: quais relações produzem?”.

mais informações sobre a cultura da cidade e divulgar esse conteúdo para dentro e fora da cidade. (Fernanda - Entrevista 09/2017).

Outros entrevistados, tanto aqueles que não moram em Taubaté, como os que moram, também sentem falta da divulgação sobre programas culturais da cidade. É possível ter esta percepção na pesquisa realizada por Scantamburlo e Papareli (2016) que buscou mapear os hábitos de lazer dos moradores de Taubaté, e mais especificamente aspectos relacionados ao Sítio do Pica Pau Amarelo. Os autores entrevistaram 304 homens e mulheres entre 18 anos e 66 anos em vários pontos da cidade para participar da pesquisa quantitativa. Tais pontos foram escolhidos por apresentarem grande fluxo de moradores, sendo eles: Praça Santa Terezinha, Praça Dom Epaminondas e o parque SEDES. Os autores questionaram aos entrevistados se já haviam recebido informações sobre o MHFPML e obtiveram as seguintes respostas: 12% já viram em noticiários de televisão, 19% em noticiários de rádio, 3% em jornais impressos, 34% na internet, 25% em sinalização de rua, 14% com agentes da prefeitura, 39% com amigos e conhecidos e 57% não lembravam de ter recebido quaisquer informações.

A pesquisa também revelou que a instituição é conhecida por 69% dos entrevistados (SCANTAMBURLO e PAPARELI, 2016), e segue sendo o museu mais visitado do município, mesmo com o resultado “negativo” em relação a sua divulgação. O dado sobre a propaganda do MHFPML leva a refletir sobre a divulgação de outros museus: será que são insípidas, necessitando, de fato, mudança nas estratégias por parte dos responsáveis para que os museus alcancem melhores resultados na difusão? Em questionário enviado aos museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro, Carvalho et al. (2017)⁶⁵ identificaram a baixa divulgação das atividades desenvolvidas pelas instituições.

O trabalho de formação de público que não incorpore as pré-disposições dos cidadãos tende a falhar, sendo necessário tornar esse cidadão ativo, criador do processo. O público deve ter seu repertório incluído e respeitado, deve ser provocado, instigado a questionar, incentivado a criar um hábito de consumo regular, proporcionando ferramentas para que se coloque de maneira crítica frente às questões sociais, culturais, políticas.

Assim, a aposta na diversificação de actividades, géneros e formas culturais, para além da matriz historicamente

⁶⁵Para mais informações a respeito de dados relacionados à baixa divulgação de atividades desenvolvidas por instituições museológicas ver: http://www.fiocruz.br/omcc/media/5_relatorio_museu.pdf e http://www.omcct.fiocruz.br/arquivos/2017_folder_resumo_consolidado_estudo_longitudinal.pdf Acesso em: fev. 2019.

definida como local ou “autóctone”, deve caminhar a par com a renovação dos repertórios das populações, o que se consegue, parcialmente, pela oportunidade de contacto recorrente e contextualizado com uma pluralidade de produções culturais mas, não menos importante, com programas de formação de públicos capazes de aproximar em autor, obra e receptor, desinibindo, dessacralizando, familiarizando, sem intuítos de paternalismo etnocêntrico de quem vai explicar a verdade sobre o que está em apreciação. (LOPES, 2000b, p. 88).

Lopes (2000b) também aponta equívocos que algumas cidades têm cometido, ainda que acreditando que é o caminho para se formar público:

Outros municípios experimentam, com obstáculos e retrocessos, diálogos entre a tradição e a modernidade, fazendo apelo a leituras não essencialistas das raízes culturais. Trata-se, por vezes, de processos armadilhados, em particular quando se pretende, sem prévia sensibilidade sociológica, aproximar expressões artísticas de vanguarda das camadas populares, como se essa aproximação se fizesse por mero contacto ou contágio com o dom mágico impregnado nas obras, ou com o “choque” catártico através do qual propõem (impõem?) uma nova visão do estético e do mundo. (idem, p. 87).

Taubaté é uma cidade universitária, mas será que o município vem acompanhando essa dinâmica universitária? Segundo Silva e Santos (2010, p. 19), “a presença universitária é uma novidade de primeiro plano, indestrutivelmente associada à viragem no dinamismo e nos hábitos urbanos”. Será que Taubaté considera os jovens que habitam a cidade ao definir sua programação cultural? E este segmento é contemplado quando se pensa na formação de público?

A participação cultural é uma das condições do exercício da cidadania, pois o contato com a cultura permite que se aproxime mais do território em que se vive e se crie laços mais estreitos de pertença. Para Fleury (2009), o papel do sociólogo é atestar a pluralidade dos conceitos que tem a noção de cultura como objeto, e não discernir o que é ou não cultura. “Cultura” pode significar obras ditas como legítimas ou ser pensada pelo viés antropológico que integre distintas maneiras de sentir, pensar e viver de diferentes grupos sociais.

Tanto a noção de cultura quanto a noção de identidade devem ser plurais para que não se reduza o discurso a uma posição hegemônica dominante. Apesar disso, Pinto (1994) ressalta que é necessário compreender o tipo de combate que se quer fazer em relação à cultura erudita/ dominante, para não se cair em discursos vazios que não sejam estruturados e que não permitam, de fato, que a cultura hegemônica seja combatida. Planejar as ofertas culturais e pensar de modo criterioso na formação de público pode contribuir para que o

campo cultural se modifique, na busca por uma efetiva democratização cultural, sem banalizar outros tipos de culturas.

No século XX⁶⁶, foram desenvolvidos diversos estudos originários de diferentes escolas sobre o termo *cultura* - que deve ser discutido no sentido plural. Cada autor entendeu esta expressão de uma forma distinta de acordo com seu tempo e contexto. Ainda hoje, os estudos continuam em diferentes campos - filosofia, sociologia, antropologia e outros.

(...) a cultura tornou-se, assim, um *objeto* da sociologia, completamente à parte, tratado como tal pelos sociólogos de tradições intelectuais diferentes. Essa diferenciação científica, ao longo do século XX, esclarece as mutações da própria definição de cultura que, primeiramente pensada em termos de um dado antropológico da humanidade, especifica-se numa definição que a caracteriza em referência a um *corpus* de obras valorizadas da sociedade. (FLEURY, 2009, p. 46).

Lopes (2008) entende que é mais relevante compreender o que permite essas diferentes noções de cultura, para depois tentar agrupá-las, do que insistir nas oposições que possam surgir. Entendendo que o conceito de cultura envolve as questões econômicas, sociais, políticas e simbólicas não se pode ignorar, na análise sobre cultura, o perfil do público que a consome, bem como o perfil de quem se exclui ou é excluído, denominado de não público, por distintos fatores.

Uma classificação possível para os públicos de cultura⁶⁷, ou seja, aqueles que frequentam espaços de manifestações culturais, é: *erráticos* (sem curso definido), *habituais* (geralmente são os produtores culturais), *intermitentes* e o *restante*. Consta-se também os *onívoros* (intelectuais abertos a apreciar outros tipos de cultura, seja de classe erudita, popular, legítima ou ilegítima) que permitem uma nova regra sobre fronteiras simbólicas que diferenciam as culturas a partir do momento em que são indiferentes a elas. É possível analisar também a relação do público de cultura com as práticas culturais com três perguntas: quanto tempo a população se dedica às práticas culturais?; quanto é o gasto com estas práticas?; quantas pessoas frequentam os espaços culturais?

Ao abordar essas questões, cabe igualmente pensar no não público, pois se esse segmento não pode, por algum motivo, se dedicar às práticas culturais, gastar com elas e frequentar os espaços culturais é necessário tentar entender o porquê. Uma das entrevistadas, citada anteriormente, afirmou não gostar da *falta de repertório dos taubateanos*, apesar de gostar da *vida cultural ativa que há na*

⁶⁶Weber, Simmel, escola de Frankfurt, *cultural studies* (Inglaterra) e os sociólogos franceses são alguns dos principais autores sobre o estudo do termo *cultura*.

⁶⁷Nota de aula - Sociologia da cultura - ministrada em 27 de abril de 2017 pelo professor doutor João Teixeira Lopes na Universidade do Porto/ Portugal.

cidade (Débora - Entrevista – 09/2017). Será que essa anunciada falta de repertório exerce influência para que uma parcela da população se torne não público? O que pode estar gerando essa falta de repertório?

(...) a ação cultural parece estagnar: os espectadores contemplados encontram-se sempre numa faixa da população que possui os meios objetivos de obter cultura, ou seja, as classes superiores e uma fração mais instruída das classes médias. O público, (...), intervém, então, em oposição à noção de “não público”. (FLEURY, 2009, p. 52).

Em um primeiro momento, para se formar públicos é essencial traduzir os discursos culturais que são apresentados, pois quanto maior o entendimento da audiência, maior é a circulação do “produto cultural”, podendo este discurso se transformar em práticas sociais; no entanto, geralmente esta tradução é dada por uma classe dominante que faz perpetuar a cultura hegemônica. Logo, também é fundamental dotar essa população, que é comumente excluída das práticas culturais, de meios para que ela mesma consiga interpretar o discurso, produzir novos e colocá-los em diálogo da melhor maneira que lhe convém de acordo com sua história, com seu contexto. Este público deve ser ativo e crítico para que não haja imposição de uma ordem cultural dominante que as sociedades tendem a apresentar (HALL, 2003).

Em relação à importância dos discursos para a formação de públicos, Lopes (2008) ressalta que:

Quando alguém de um departamento educativo de um museu se nos dirige numa visita guiada, enquanto membro de um público, sabemos que esse discurso é simultaneamente pessoal e impessoal; estranho e íntimo; para mim próprio e os demais. Há, no entanto, duas especificidades que merecem ser salientadas: todo esse ofício de circulação mediação e apropriação do discurso ocorre num espaço público ou semipúblico – como os museus – e não no resguardo de uma apreensão privada. Este elemento é fundamental para se perceber a importância das interações e seus contextos, bem como para salientar as componentes linguísticas, comunicacionais e relacionais de todo o trabalho de formação de públicos. Não é a uma absoluta singularidade que se dirige o discurso que convoca o público – é, pelo contrário, a uma intersubjectividade institucionalmente enquadrada. (p. 105).

O autor defende mudanças na conceituação dos diferentes níveis de cultura, favorecendo um modelo de coexistência plural para que se quebre a hegemonia da “cultura de elite”. Coloca-se a favor da “contaminação” dos distintos tipos de cultura de modo a ressignificar os diferentes tipos, permitindo, assim, o “trânsito” destas culturas, ao invés de apenas uma direção. Destaca,

ainda, a relevância de diversificar escolhas e gostos culturais, ao invés de manter o modelo etnocêntrico. (LOPES, 2000a).

Para Fleury (2008), as instituições culturais são locais que podem favorecer mudanças de comportamento dos indivíduos em relação às manifestações culturais, e podem se configurar como espaço de ação do ideal de democracia. A democracia, para o autor, é o tipo de sistema em que qualquer cidadão pode desempenhar funções de poder, sendo que as ferramentas culturais e os saberes de cada cidadão, incluindo ler e escrever, influenciam neste poder que será exercido.

Se todo cidadão pode exercer alguma forma de poder no sistema democrático teríamos uma situação de coexistência plural das manifestações culturais, o que pode gerar conflitos. No entanto, é nesse mesmo conflito que se forma a identidade. Pinto (1991) afirma que as alteridades constroem as identidades sociais que, por sua vez, são construídas pela diferença, integração, inclusão, exclusão... Esta mesma identidade social influencia na relação entre as ferramentas culturais que Taubaté oferece e a maneira pela qual o público “a consome”.

Falar e reflectir sobre os públicos das culturas urbanas levamos, antes de mais, a questionar as relações entre a oferta e a procura cultural, ou, se preferirmos, entre a produção e o consumo / recepção. De facto, estudos exclusivamente centrados no pólo da recepção cultural tendem a ignorar a influência da estrutura da oferta de bens e serviços no recrutamento de públicos e de audiências e na construção social dos gostos (LOPES, 2000a, p. 17).

4.2.

Sistema Municipal de Cultura de Taubaté: o que mudou?

O Município de Taubaté abriga inúmeros artistas e apresenta uma pluralidade de movimentos culturais que representam desde o erudito até o popular; contudo, os diferentes grupos de cultura precisam empreender esforços para que não sejam extintos. Vale destacar que até o ano de 2015 a cidade não apresentava um Sistema Municipal de Cultura (SMC), implementado somente em 25 de fevereiro de 2016 através do Projeto de Lei Complementar nº 09/2016. Além disso, ocorreram quatro mudanças de Secretário da Cultura na última gestão do município devido a questões de ordem política, o que implicou em atrasos na concretização de projetos culturais e acabou por corroborar a opinião da jornalista da TV Cidade: *O apoio do poder público é limitado, se fazendo*

presente na medida do possível, porém, sem políticas públicas para o segmento cultural e artístico (Entrevista – 12/2017).

O Conselho de Cultura foi votado em 2017. A coordenadora do MHFPML esclarece que ele é *consultivo e deliberativo. A partir dele conseguimos montar o Fundo de Cultura [o que vai aliviar o cofre municipal de Taubaté]* (Entrevista – 09/2017). E a ex-vereadora apresenta mais algumas informações sobre o Conselho: *a gestão do orçamento, no geral, é centralizada na secretaria de finanças, então você não tem um secretário da cultura, por exemplo, que vai ter o orçamento dele como funciona no Estado* (Entrevista – 11/2016), o que implica, portanto, em mais gastos. A diretora do Departamento de Comunicação do Governo também avalia a importância do Plano de Cultura em termos financeiros:

A gente já tem um trabalho muito forte no esporte e o plano de cultura vem para parte de cultura... para a gente conseguir fundos...aí você monta um fundo de cultura para financiar vários projetos. Depois que votar o Conselho vai montar o fundo. Porque aí você consegue incentivar os artistas da cidade de várias formas...audiovisual, artista plástico, música, teatro.... (Diretora do Departamento de Comunicação - Entrevista – 09/2017).

Em mensagem dirigida à população, o prefeito de Taubaté considera que o Sistema tem a intenção de:

Com a implantação do Sistema Municipal de Cultura, o Poder Público Municipal, enquanto gestor de nossa cultura, almeja assegurar direitos culturais a todos os munícipes, definindo pressupostos que fundamentem políticas, programas, projetos e ações formuladas em prol de toda a população, contando com uma sociedade mais participativa para esta seara⁶⁸.

A diretora do Departamento de Educação do Governo destaca a participação da sociedade civil e do diálogo entre sociedade e os gestores no Sistema de Cultura:

O Sistema Municipal de Cultura pretende garantir a continuidade de projetos culturais, independente de quem estiver comandando o Executivo Municipal. Para isso tem a necessidade da participação da sociedade civil que fará parte do Conselho Municipal de Cultura, em processo de formação. Esse Conselho, juntamente com o Poder Público, desenvolverá o Plano Municipal de Cultura, que definirá as diretrizes para as políticas públicas de cultura. Isso será de suma importância para dar andamento em diversos projetos culturais da cidade e para que haja diálogo entre os

⁶⁸Mensagem nº 009/16 do então prefeito de Taubaté.

gestores e suas ideias. (Diretora do Departamento de Educação - Entrevista – 11/2017).

Uma das entrevistadas considera ser *possível ter um engajamento da comunidade, do taubateano (projetos audiovisuais, de pesquisa, exposição, incentivo a documentários)* (Débora - Entrevista – 09/2017) a partir do estímulo da participação da sociedade nas decisões culturais, fazendo com que se sinta representada e passe de uma postura passiva – que recebe decisões - a uma postura ativa – que faz parte da tomada de decisões. Um dos princípios estipulados no VII Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (2017) entende que:

O aumento da participação dentro de espaços de interação multicultural, na escola e na sociedade em geral, proporciona aos cidadãos novas capacidades de perceber a diversidade e de transformar a indiferença e a hostilidade em processos de comunicação, de reflexão e de compromisso com o bem comum⁶⁹.

O diretor do Departamento de Turismo considera que o Sistema de Cultura será o maior articulador das políticas públicas de cultura, sendo essencial *para garantir que a construção das políticas públicas (...) sejam democráticas e permanentes* (Entrevista – 12/2017), e ressalta que proporrá gestão compartilhada entre os entes federados, sociedade e setor privado, garantindo assim a promoção do *desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais* (idem). E, segundo o Secretário de Cultura, o Sistema *só tem a acrescentar. Taubaté tem ativistas muito bons e esse sistema só vai agregar. Vamos ter representantes de vários canais... várias manifestações artísticas... conseguiremos traçar melhor o movimento cultural/artístico da cidade* (Entrevista – 12/2016).

As Políticas Públicas voltadas para a área cultural podem:

(1) tornar acessíveis ao maior número de pessoas os bens e eventos culturais, (2) melhorar as condições de usufruto desses bens, formando e qualificando culturalmente os receptores, (3) suscitar contextos de aproximação recíproca entre os bens e os praticantes e entre as posições de consumidor e participante, criando oportunidades de expressão, experimentação e, até alguma criação estética. (SILVA e SANTOS, 2010, p. 28).

⁶⁹Princípio 03 - VII Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras - IDENTIDADES - Guarda, Portugal, 2017.

Nas cidades de pequeno e médio porte, como Taubaté, as políticas voltadas para a cultura assumem um caráter ainda mais essencial, pois tem o poder de colocar a cidade no mapa, torná-la legível. Essas políticas geralmente se dão na forma de projetos com objetivos definidos, cenários e meios disponíveis para executá-los, sendo a articulação política menos complexa por se tratar de um município menor (LOPES, 2000b). Para o autor, a imagem de uma cidade pode permanecer viva mesmo dentro do contexto de competições entre cidades desde que sua política cultural seja ativa. A política cultural torna então a cidade legível a partir do momento em que sua urbe ganha uma identidade perceptível e diferenciada.

Entendendo que a divulgação das práticas/ instituições culturais da cidade devem fazer parte das ações do Governo, através das entrevistas realizadas com os visitantes do Museu Histórico Folclórico Pedagógico Monteiro Lobato, foi possível constatar que a divulgação fica aquém, mesmo que o Museu seja a instituição cultural de maior prestígio em Taubaté. Uma das entrevistadas, Regina, moradora do Rio de Janeiro, em visita à cidade para rever parentes, ao ser questionada sobre as ações do Museu, declarou:

Não imaginava que ali existisse um local dedicado a Monteiro Lobato, com foco no Sítio do Pica pau amarelo. Foi uma grata surpresa, porém como tudo neste país que se reporta a cultura, está funcionando e permanece aberto, mais pelo esforço das pessoas que ali trabalham e se dedicam diariamente. (...) o governo na minha opinião nada faz para incentivar a cultura deste país... nunca tinha ouvido sobre o sítio, meu conhecimento veio através da minha filha. (Regina - Entrevista – 09/2017).

Outros entrevistados também emitem a mesma opinião a respeito da falta de incentivo do Governo de Taubaté para as práticas culturais, especificamente sobre o museu em questão: não há divulgação e quando há, não condiz com a “importância que ele [o Sítio] tem na cidade” (Fernanda - Entrevista – 09/2017). Ou que, (...) o mínimo que [o Governo] tinha que ter era mais respeito a Monteiro Lobato e ao Sítio (Mariana - Entrevista – 09/2017), moradora de Cuiabá/ Mato Grosso, que estava acompanhando uma escola ao ser entrevistada.

Um dos entrevistados acredita que uma cidade capital da literatura infantil investe pouco na literatura infantil (Vitor - Entrevista – 12/2017), e outra declara a falta de divulgação e mais eventos culturais (Thamiris - Entrevista – 09/2017). Outro ponto de concordância entre os entrevistados é que deveria haver divulgação na televisão, no rádio, em outdoors, tanto em Taubaté quanto nas cidades vizinhas, nas rodoviárias, na estrada (Rodovia Dutra), pois, como afirmou o morador de Caçapava/SP, Monteiro Lobato deixou um legado para o

nosso país todo, não foi só para a cidade de Taubaté (João - Entrevista – 09/2017).

A partir das declarações dos entrevistados, é possível refletir sobre as ações que o poder público vem exercendo na cidade no tocante à cultura em geral. Foi também possível verificar um esforço maior das pessoas envolvidas informalmente nos setores culturais do que dos gestores, denotando a urgência da implementação do Sistema Municipal de Cultura e de uma política pública. Lopes (2000b) defende a atuação das esferas públicas locais para que a produção, a circulação e o consumo cultural fiquem em consonância com temas que gerem debates e elucidação sobre as questões que podem vir a surgir sobre a temática.

O VII Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (2017) promulga que:

(...) uma cidade educadora com identidades fortes é aquela que, entre muitas outras dimensões, assenta numa sociedade civil que respeita todas as vidas, recusa a violência, promove a generosidade e a solidariedade, combate as formas de exclusão e injustiças, **defende a liberdade e a diversidade cultural, preserva o ambiente e o patrimônio, reinventa o espaço público convivial**, preserva a memória e se projeta em ambientes de inovação criativa, de **(re)construção de identidades**⁷⁰. (grifo nosso).

O artigo dez do Sistema Municipal de Cultura (2016) proclama que:

Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais (p. 4).

E o artigo 16 do mesmo documento esclarece que:

Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, uma vez que a cidadania plena é atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos de Taubaté (SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA, 2016, p. 5).

Tomando por base o que foi estabelecido no VII Congresso Nacional das Cidades Educadoras e pelos artigos décimo e 16º do Sistema de Cultura, é possível entender que a cultura, de modo geral, é uma ferramenta fundamental de liberdade e cidadania dos habitantes, sendo compreendida como "importante

⁷⁰Princípio 15 - VII Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras - IDENTIDADES - Guarda, Portugal, 2017.

vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz (...)" (SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA, 2016, p. 2).

Portanto, ao se abordar aspectos relacionados à cultura, é importante promover uma reflexão não apenas sobre questões culturais, mas também econômicas, pois, a priori, políticas culturais só são de fato pensadas e executadas quando o Governo percebe que pode lucrar com as manifestações culturais e não por acreditar que estas manifestações devem ser valorizadas em prol da construção de cidadania. O efeito econômico pode ser percebido na criação de empregos no setor cultural, no crescimento do turismo - que gera a necessidade de hotéis e infraestrutura na cidade -, e na possibilidade de investimentos externos. (LOPES, 2000b). O artigo 23 do Sistema de Cultura (2016) reforça a maneira como a política compreende a cultura:

As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do Município, não restritos ao seu valor mercantil (p. 7).

Em uma cidade educadora, as políticas devem ser transversais, visando o desenvolvimento da cidade e do cidadão com possibilidades de gerar empregos, criar riqueza, incentivar a criatividade dos cidadãos e aumentar sua qualidade de vida. O Sistema de Cultura de Taubaté propõe que seus projetos também sejam transversais, que impliquem na política econômica e social do município e que desenvolvam outros indicadores sociais, além da cultura como criatividade, educação, produção, direitos humanos, dignidade do ser humano e saúde. O artigo sétimo do Sistema Cultural (2016) estabelece que:

A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia esporte, lazer, saúde e segurança pública. (p. 4).

A jornalista da TV Cidade entende que ter diretrizes estabelecidas pela Política permite que os cidadãos possam questionar os gestores sobre a maneira como as ações culturais serão conduzidas. Para a entrevistada, o *plano municipal de cultura vai ser ferramenta para mudar conceitos, e na prática, para construir uma proposta sólida de gestão, principalmente de recursos, e incentivo*

à participação popular e da iniciativa privada nesse processo (Jornalista da TV Cidade - Entrevista – 12/2017).

A diretora do Departamento de Comunicação do município acredita que desde que o governo assumiu suas funções houve mudanças positivas em termos culturais: a gestão está empreendendo esforços para recuperar o Sítio do Pica Pau Amarelo e outros patrimônios. Em termos de publicidade, afirma que o recurso destinado é pequeno, mas as mídias espontâneas e as redes sociais auxiliam na divulgação. A entrevistada ainda declara:

Acho que Taubaté é muito rica em cultura, a gente brinca que é a cidade grande, mas com pezinho no Jeca Tatu. (...) ainda tem muito para melhorar, desenvolver, mas acho que estamos caminhando para que os moradores precisam. A gente tem qualidade de vida e recursos. Com certeza Taubaté tem muita coisa para oferecer na área de cultura (Diretora do Departamento de Comunicação - Entrevista – 09/2017).

4.3.

Monteiro Lobato: o filho nobre da cidade

Em 18 de abril de 1882⁷¹ nasceu, no município de Taubaté, José Bento Renato Monteiro Lobato⁷², *o filho mais nobre da cidade (...)* (Secretário de Cultura - Entrevista – 12/2016). Uma das entrevistadas, que mora há seis (6) meses no município, se refere a Taubaté como *cidade de Monteiro Lobato* (Carmen - Entrevista – 11/2016). Lobato iniciou seus estudos no município e se formou em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Trabalhou no Ministério Público como promotor, mas deixou o emprego para ser fazendeiro. Em 1908 casou-se com Maria Pureza da Natividade e teve quatro filhos. Paralelamente ao exercício de suas atividades (promotora e fazendeiro) já escrevia, e seus primeiros contos foram publicados no jornal “O Estado de São Paulo”. Quando se tornou conhecido na indústria literária nacional, desistiu das atividades da fazenda e se dedicou à profissão de escritor.

Em 1917⁷³, a publicação no jornal Estado de São Paulo do artigo “Paranoia ou mistificação” de Lobato provoca uma desavença entre o autor e Anita Malfatti. Lobato fez duras críticas a pintores do movimento artístico que estava se iniciando Brasil - o Movimento Modernista -, do qual Malfatti fazia parte, repreendendo a maneira como viam e representavam o mundo em suas

⁷¹Disponível em: <<http://museummonteirolobato.com.br/primeiras-letras/>> Acesso em: jan. 2018.

⁷²Após a morte de seu pai, mudou seu nome para José Bento Monteiro Lobato. Disponível em <https://www.ebiografia.com/monteiro_lobato/> Acesso em: jan. 2018.

⁷³Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/literatura/0095.html>> Acesso em: jan. 2018.

obras. Mário de Andrade, que ajudou na organização da Semana de Arte Moderna de 1922, classificou Lobato como “passadista”, colocando-o no lado oposto do Modernismo. Esta desavença apontou que os modernistas não percebiam elementos modernos nos escritos de Lobato, bem como Lobato não distinguia as qualidades das obras de arte moderna.

Apesar de Lobato não ter, inicialmente, uma empatia pela figura do caipira, pois em sua época as classes eram bem demarcadas e o autor pertencia à classe dos fazendeiros, em 1918 é criado o personagem Jeca Tatu⁷⁴. A princípio sua intenção era ironizar o caipira colocando-o numa posição de culpado pelo não crescimento do campo; no entanto, ao retratá-lo em seus livros, Lobato retém a atenção da população para o descaso em que os trabalhadores rurais viviam, sofrendo com enfermidades e expostos à miséria. O personagem Jeca Tatu se torna então símbolo de protesto contra a falta de saneamento básico do Brasil e, com o passar do tempo, o autor vai modificando sua opinião sobre o trabalhador do campo. Naquele mesmo ano, Lobato lança o livro “Urupês”, se torna editor ao comprar a “Revista do Brasil”, funda a Editora Monteiro Lobato, popularizando o livro, projetando as bases da indústria editorial do país e marcando época na história do livro. Sua obra literária *O Saci Pererê: resultado de um inquérito* também foi lançada em 1918, completando, portanto, 100 anos em 2018.

O escritor funda também mais duas editoras: a Companhia Gráfico-Editor Monteiro Lobato, que faliu, e a Companhia Editora Nacional. O autor se muda para o Rio de Janeiro e começa a publicar obras literárias para crianças. Em 1921 lança o livro *Narizinho Arrebitado*, que é utilizado pelas escolas, e, tendo feito grande sucesso, impulsionou o escritor a continuar escrevendo sobre a personagem, cujas aventuras ocorriam no Sítio do Pica Pau Amarelo.

Entre 1927 e 1930 vai morar nos Estados Unidos como adido comercial⁷⁵. Ao regressar ao Brasil, publica um livro de relatos e impressões intitulado *América* e retoma seu trabalho como escritor, ganhando, em 1936, a cadeira número 39 da Academia Paulista de Letras. Em virtude do desenvolvimento industrial americano, Lobato se engajou na campanha de Petróleo e Ferro trocando diversas correspondências com Getúlio Vargas. Com a ditadura, em decorrência de sua linha política e ideias, Lobato chegou a ser preso, adiando sua intenção de morar na Argentina.

⁷⁴Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/jeca-tatu/>> Acesso em: jan. 2018. O ator Mazzaropi eternizou Jeca Tatu na televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/04/sao-paulo-comemora-centenario-de-amacio-mazzaropi-eterno-jeca-tatu.html>> Acesso em: maio. 2018.

⁷⁵Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/passeios/mlobato.htm>> Acesso em: jan. 2018.

Monteiro Lobato se destacou no gênero *conto*, retratando os vilarejos rurais, o Vale do Paraíba, a crise do café. Também escreveu sobre política e impressões de viagens, mas o maior destaque está em torno das histórias do Sítio do Pica Pau Amarelo e seus habitantes: Dona Benta, Pedrinho, Narizinho, Rabicó, Visconde, Tia Anastácia, Emília, entre outros. O “Sítio” do mundo real, que o inspirou, era a chácara de seu avô materno, Visconde de Tremembé, onde o autor passou a maior parte da sua infância, lendo e escrevendo, e hoje é o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML).

Algumas obras do autor geram até hoje polêmica, principalmente na questão do racismo⁷⁶, mas não se pode fazer uma análise sobre suas obras fora do contexto e da época em que ocorreram. O fato é que as obras ainda têm tiragens sucessivas, sendo lidas por adultos e crianças, mostrando um evidente mérito e imortalidade. Foram criadas duas datas comemorativas para o autor: dia 18 de abril se consagrou como o *Dia Nacional do Livro Infantil* e o dia 29 de outubro como o *Dia do Livro*, ambas ligadas à memória de Lobato. Além disso, conforme já sinalizado anteriormente, a cidade de Taubaté foi transformada em Capital da Literatura Infantil. O autor:

É um dos escritores mais lidos no país. Suas obras completas, com tiragem global, ultrapassam a casa do milhão de exemplares e compreendem 30 volumes; 13 de literatura geral e 17 livros para crianças. Ao primeiro grupo pertencem os livros de contos “Urupês” (1918), “Cidades Mortas” (1919), “Negrinha” (1920), “A Onda Verde” (1921), “Mundo da Lua” (1923), “O Macaco que fez o Homem” (1923), além de um romance e do livro de correspondência com Godofredo Rangel, “A Barca de Gleyre” (1943). Entre as obras de literatura infantil figuram: “A Menina do Narizinho Arrebitado” (1921), “Novas Reinações de Narizinho” (1933), “O Poço do Visconde” (1937), “O Pica-Pau Amarelo” (1939), etc. (EXPOMUS, 2010, p. 21).

⁷⁶Não cabe, neste trabalho, debater sobre outras questões, senão de Lobato como escritor infantil. Caso haja interesse sobre o assunto, sugiro o seguinte artigo:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso: set/2018.

Figura 7: Monteiro Lobato e o dia do livro infantil



Fonte: <http://www.cliccamaqua.com.br/noticia/18654/exposicao-com-livros-de-monteiro-lobato-e-atracao-na-semana-do-aniversario-de-camaqua.html>

Monteiro Lobato faleceu no dia 04 de julho de 1948, em São Paulo. Nas palavras do autor: “Meu cavalo está cansado, querendo cova, e o cavaleiro tem muita curiosidade em verificar, pessoalmente, se a morte é vírgula, ponto e vírgula ou ponto final⁷⁷”. O vazio da morte do autor é preenchido pela vivacidade de seus personagens. Em *Memórias da Emília* (1936), a boneca de pano resume o que é a vida para o Visconde de Sabugosa.

(*Emília*) – A vida, senhor Visconde, é um pisca-pisca. A gente nasce, isto é, começa a piscar. Quem pára de piscar chegou ao fim, morreu. Piscar é abrir e fechar os olhos – viver é isso. É um dorme e acorda, dorme e acorda, até que dorme e não acorda mais [...] A vida das gentes neste mundo, senhor Sabugo, é isso. Um rosário de piscados. Cada pisco é um dia. Pisca e mama, pisca e brinca, pisca e estuda, pisca e ama, pisca e cria filhos, pisca e geme os reumatismos, e por fim pisca pela última vez e morre. – E depois que morre? perguntou o Visconde. – Depois que morre, vira hipótese. É ou não é?⁷⁸

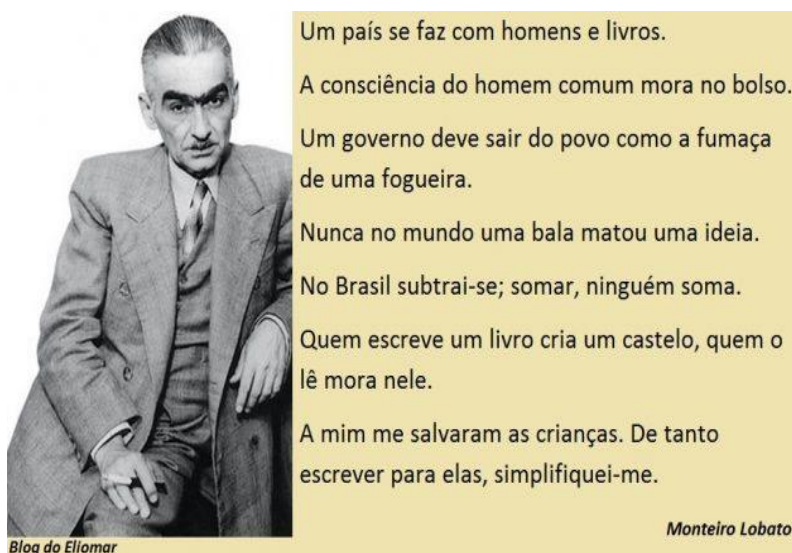
O escritor acreditava no Brasil, se definia como nacionalista e se tornou símbolo de valorização de identidade sociocultural. A seguir alguns trechos das entrevistas realizadas no MHFPML com visitantes de distintas idades e contextos de vida sobre o que achavam do autor: *um ícone da nossa cultura, da*

⁷⁷Disponível em: <<http://museumonteirolobato.com.br/nos-ultimos-tempos/>> Acesso em: jan. 2018.

⁷⁸Disponível em: <<http://dharmalog.com/2012/11/16/a-vida-senhor-visconde-e-um-pisca-pisca-a-filosofia-de-vida-da-emilia-do-sitio-do-pica-pau-amarelo-por-monteiro-lobato/>> Acesso em: jan. 2018.

história... o legado que ele deixou é muito bacana... de valorizar... inclusive na peça [teatral Aventuras na Grécia] o Visconde fala isso 'respeita o Brasil'; um ilustre personagem, jornalista emérito... escreveu livros infantis maravilhosos... ele acreditava no país....; um homem muito inteligente, muito culto, foi uma pessoa muito avançada para a época dele... e que deixou muita coisa de herança. As respostas apresentadas são similares, comprovando a força que Monteiro Lobato tem entre os visitantes.

Figura 8 - Monteiro Lobato e suas principais frases



Fonte: <http://portaleliomar.opovo.com.br/wp-content/uploads/2016/07/frases-monteiro-lobato-2-625x378.jpg>

Acerca da relação entre Taubaté e o autor, para a jornalista da TV Cidade, *Monteiro Lobato colocou Taubaté no mapa sociocultural, isso é inegável (...)* (Entrevista – 12/2017). O diretor do Departamento de Turismo complementa esta ideia:

*Lobato foi o homem que registrou a **identidade taubateana**, seja na representação do caipira, seja no relato e na defesa do folclore nacional. Além de deixar-nos inúmeras reflexões acerca de suas visões do mundo, das artes, da política, ele nos deixou uma memória a zelar.* (Diretor do Departamento de Turismo - Entrevista – 12/2017, grifo nosso).

A diretora do Departamento de Educação do Município afirma que o autor *é um ícone para a História do Brasil que leva o nome da Taubaté, no entanto é superficialmente estudado pelos próprios taubateanos* (Entrevista – 11/2017); já a diretora do Departamento de Comunicação declara que:

Não há um taubateano que não o conheça. Pode até não conhecer o Sítio, mas sabe que ele nasceu aqui, conhece as histórias... as escolas trabalham a literatura de ML, tanto as particulares quanto as públicas... todo mundo entende a importância, valoriza... e querendo ou não, a televisão ajudou muito Taubaté e ML. (Diretora do Departamento de Comunicação - Entrevista – 09/2017).

A jornalista da TV Cidade também exalta o papel da mídia na repercussão de Lobato e de Taubaté. Entre 1952 e 1963 houve a primeira versão do Sítio do Pica Pau Amarelo na extinta Rede Tupi e, a partir de 1977, foi transmitido pela Rede Globo e se consagrou, apresentando diversas versões.

(...) não podemos descartar o papel da mídia televisiva (iniciada na extinta TV Tupy), na ressonância que teve a ficção infantil do escritor, embora a sua obra adulta seja por demais importante, retratando fielmente vários aspectos da história do Brasil, principalmente nas questões político-econômicas e sociais. Acredito que a ponte entre o adulto domado e a criança “futuro do País” foi especificamente a Emília que deu voz a Lobato na tentativa de formar um brasileiro mais consciente e crítico, nascendo aí as suas obras infantis. A cidade sabe que deve primeiro a ele que aqui nasceu, essa notoriedade cultural, mesmo com os percalços que o fizeram ir embora, depois a outros ícones que por aqui passaram e nasceram. (Jornalista da TV Cidade - Entrevista – 12/2017).

Em 1945 Monteiro Lobato assinou contrato com a Editora Brasiliense, que passou a ter direito exclusivo sobre a marca do autor, uma marca que, na opinião do criador do Almanaque Urupês, vale, *segundo avaliações informais, um bilhão de reais*. (Entrevista – 12/2017). Sob alegação dos herdeiros de que a Editora negligenciava⁷⁹ as obras de Lobato, em 2007 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu a rescisão contratual, conferindo os direitos exclusivos, até a data de 04 de julho de 2018, à Editora Globo. O período se encerra por ocasião dos 70 anos da morte do autor.

Com a entrada em domínio público do legado de Lobato abre-se o debate sobre quais são os prós e contras da marca ir para domínio público. Por um lado, sem o controle de direito autoral, o acesso à obra de Lobato pela população pode ser ampliado; por outro, alguns estudiosos demonstram preocupação com o surgimento de versões de histórias do autor distintas das versões originais, ou ainda, que não seja dado o devido valor a Lobato. Estes são aspectos que certamente serão acompanhados por estudiosos da área. No entanto, a coordenadora do Museu Histórico Folclórico Pedagógico Monteiro Lobato faz uma colocação pertinente sobre o autor e que pode, de alguma forma, orientar

⁷⁹Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0803200609.htm>> Acesso em: jan. 2018.

as ações quando suas obras caírem em domínio público: (...) *quando você fala de Lobato todo mundo se reconhece um pouco nele... ou nos seus personagens, ou costume, ou folclore ou no seu modo de viver do caipira.* (Entrevista – 09/2017).

5.1.**Conhecendo o patrimônio local: a história do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML)**

A criação do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML), popularmente conhecido como Sítio do Pica Pau Amarelo, teve início em 1957, quando Vinício Stein⁸⁰ assumiu o Serviço de Museus Históricos e se tornou responsável pela gestão e implantação dos Museus Históricos e Pedagógicos, organizando uma rede dessa categoria de museus em 1958 no âmbito da Secretaria de Educação. Vale destacar que 79 instituições museológicas foram criadas e fizeram parte da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos de São Paulo: 57 foram oficialmente implementadas, mas, em 1994, 25 foram extintas. De 2014 até os dias atuais (2018) a Rede é composta por 49 museus. (ÁVILA, 2014).

Na época em questão (1957), assuntos relacionados à cultura eram indissociáveis da Educação e subordinadas a ela, sendo criada, somente em 1967, a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e, em 1974, a Divisão de Museus. Em 1979 foi criada a Secretaria do Estado da Cultura e em 1983 os museus passaram a ser de responsabilidade do Departamento de Atividades Regionais da Cultura (DARC-SEC). Em 1987 esses mesmos museus foram subordinados ao Departamento de Museus e Arquivos (DEMA-SEC) e passaram a integrar o Sistema de Museus do Estado de São Paulo (SISEM-SP).

Stein, o então diretor da Divisão de Museus da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do governo do Estado de São Paulo, adotou como critério para os Museus Históricos e Pedagógicos que consagrassem um patrono e este deveria ser respeitado pela população e preservado pelo museu. De modo geral, estes patronos haviam se destacado no cenário político estadual ou brasileiro ou participaram de modo ativo no desenvolvimento sociopolítico e/ou na fundação das cidades em que os museus eram instalados. (ÁVILA, 2014). Segundo a autora, Stein:

⁸⁰Vinício Stein Campos (1907–1990), natural de Capivari/SP. Formado em Pedagogia (1932), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) (1952-1990), conselheiro do CONDEPHAAT (1967 – 1975) e diretor da Divisão de Museus, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do governo do Estado de São Paulo. (ÁVILA, 2014).

vinculava e, de certo modo, subordinava o trabalho desses museus à educação, em várias ocasiões citava diretrizes para esses museus, que os tornariam com 'nítidas feições' de museus históricos municipais, não mais submetidos à educação, mas parceiros dela e destinados a salvaguardar, pesquisar e divulgar à comunidade o conteúdo histórico relativo a ela e aos patronos de sua cidade. (idem, p. 49).

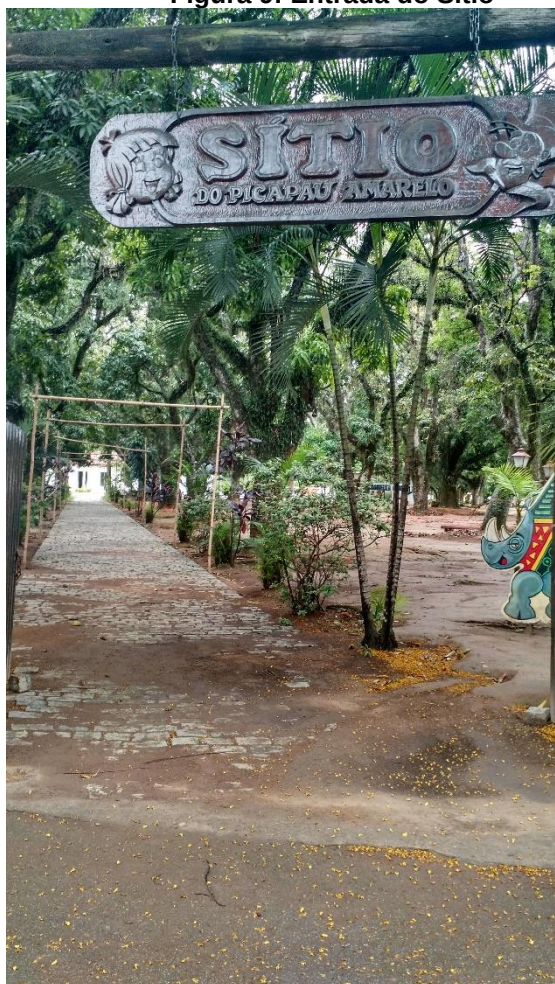
No entanto, muitas vezes esses padrinhos não agradavam aos envolvidos nas questões museológicas:

[...] Vinício Stein Campos criou um número de "padrinhos" para estes museus [museus históricos e pedagógicos] que, grande parte deles, não tinha a ver com as cidades, nem com a região. [...] nós [da comissão de dinamização de museus - criada entre 1979 e 1982 para apoiar as instituições museológicas do Estado de SP], aos poucos, fomos orientando que estes museus teriam que voltar a ser centrados na cidade, porque, no fundo, eram museus de cidade, que seria um misto entre museu de sociedade e museus de cidade, em termos de modelo museológico [...]. (ÁVILA, 2014, p. 88).

No dia 04 de novembro de 1958, através do Decreto Estadual nº 33909⁸¹, foi criado, em Taubaté/SP, o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML), cujo "padrinho", apoiado pela comunidade, era o escritor Monteiro Lobato, já que Taubaté era sua terra natal. Conforme já destacado anteriormente, o autor, um dos escritores mais lidos do país, se consagrou com os livros para crianças, especialmente sobre a turma do Sítio do Pica Pau Amarelo. Segundo uma das entrevistas, moradora da cidade, professora primária aposentada: (...) *não tem autor melhor do que Monteiro Lobato para as crianças* (Sonia - Entrevista - 11/2016).

⁸¹Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1958/decreto-33909-04.11.1958.html>> Acesso em out. 2017.

Figura 9: Entrada do Sítio



Fonte: CANCELA, 2016

O Museu está localizado em um casarão entre o centro de Taubaté e a cidade de Tremembé. Visconde de Tremembé, avô de Monteiro Lobato, era o proprietário do terreno, criava gado e cultivava café. Após sua morte, a propriedade foi vendida.

O casarão – construído em taipa e estrutura de madeira com painéis de pau-a-pique, entre 1860 e 1865 – originalmente possuía entre seis e oito cômodos, e constituía exemplar típico das chácaras que se localizavam ao redor das “cidades do café”. No entanto, significativas intervenções se realizaram no imóvel e atualmente a planta da casa não apresenta vínculos com o partido colonial de São Paulo nem de Minas Gerais, e tampouco pertence à arquitetura paulista do período cafeeiro. Esta construção representa um remanescente do complexo agrícola da segunda metade do século XIX. (EXPOMUS, 2010, p. 22).

Figura 10: Placa na entrada do Museu



Fonte: CANCELA, 2016

Figura 11: Chácara do Visconde



Fonte: CANCELA, 2016

O Museu tem uma área de 18 mil m², incluindo a casa, o cruzeiro, uma jaqueira centenária e a capela, e hoje o local é tombado tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1962, quanto pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1980. Passou por algumas restaurações, sendo a primeira realizada em 1963 e outra entre 1979 e 1981, coordenada pelo CONDEPHAAT. Foi efetivamente aberto ao público em 20 de abril de 1981.

Figura 12: Vista aérea do MHFPML

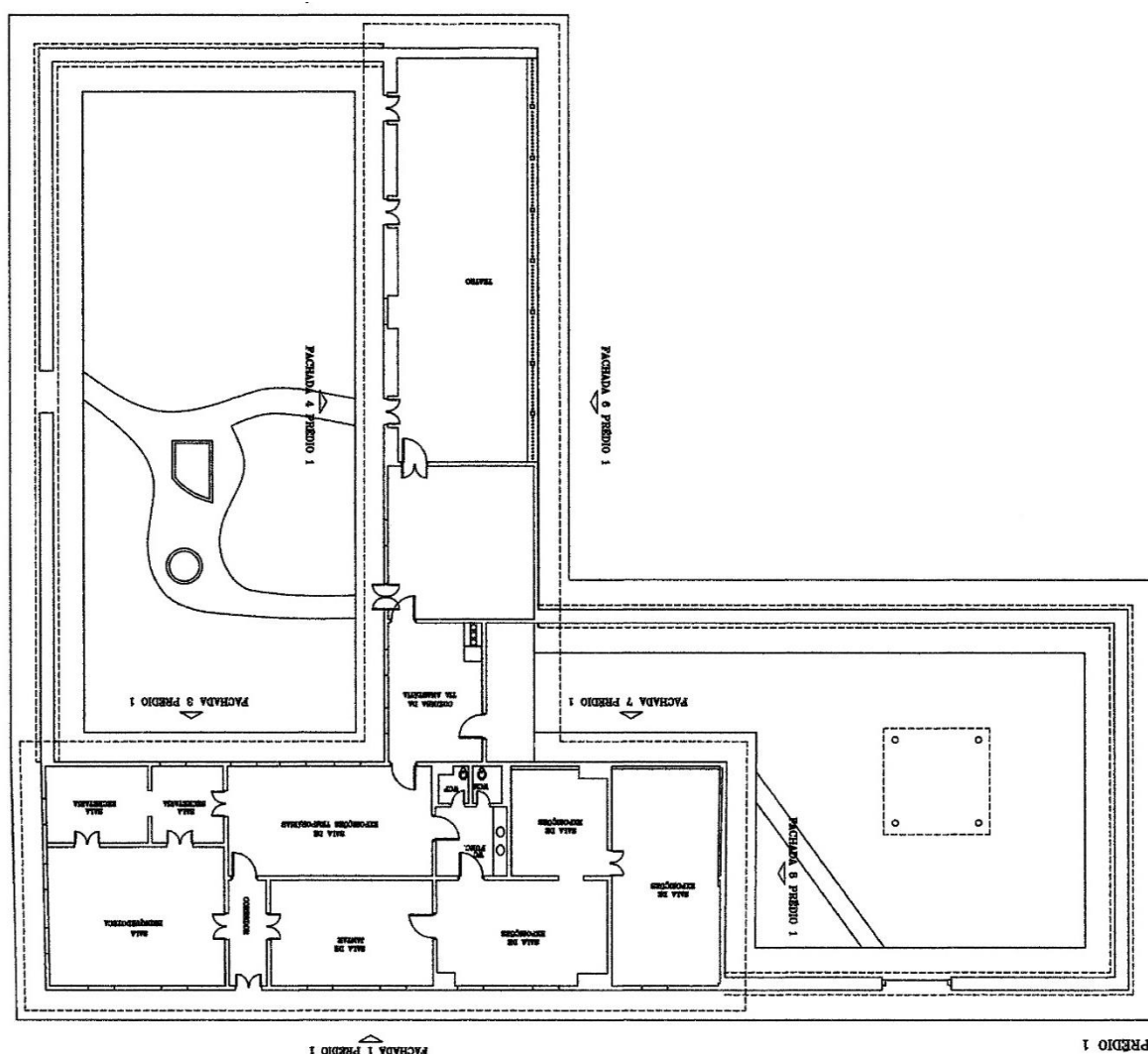


Fonte:

<https://www.facebook.com/sintasetaubateano/photos/a.735773433195957/1751538244952799/?type=3&theater>

A instituição museológica apresenta diversas exposições temporárias, mas possui um acervo que fica exposto permanentemente em diferentes locais da casa: o acervo *José Bento Monteiro Lobato*, mobília original pertencente a Lobato, além de alguns objetos pessoais tais como guarda-chuva, valise médica, tinteiro, baú, entre outros; três aquarelas pintadas por Lobato; uma réplica

Figura 13: Planta baixa da sede do MHFP Monteiro Lobato



⁸²Disponível em: <<http://museumonteirolobato.com.br/outubro-2017/>> Acesso em: dez. 2017.

Figura 14: Estátua das personagens Cuca e Emília



Fonte de ambas as fotografias: Acervo do MHFPML

A instalação dos Museus Históricos e Pedagógicos na cidade de Taubaté e Tietê, "destinados a reunir, classificar, expor, divulgar e conservar todo o material folclórico nacional e, de modo particular, o relacionado com a comunidade paulista" (SÃO PAULO, 1958, p. 1), foi autorizada por Jânio Quadros, então governador do Estado de São Paulo. Este tipo de museu, surgido na década de 1950/ 60 no Estado de São Paulo, tinha objetivos políticos de elaborar uma memória que auxiliasse na criação de uma identidade política e histórica relacionada com a elite que estava no governo na época. (EXPOMUS, 2010), demonstrando que a comunidade não estava em primeiro plano. No entanto, apesar do objetivo elitista presente na criação dos museus históricos e pedagógicos, é interessante notar que o MHFPML e o Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Cornélio Pires instalado na cidade de Tietê/SP, foram os únicos da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos que tinham caráter folclórico, também denominados de "museu folclórico", evidenciando uma preocupação de caráter regionalista e nem tanto elitista.

O Decreto de criação ainda considerou que:

(...) o trabalho de informação histórica e de preservação do patrimônio documentário da evolução social paulista, a ser realizado pelos Museus Históricos e Pedagógicos precisa ser completado com estabelecimentos que se dediquem ao estudo, pesquisa reconstituição e guarda do material

folclórico indispensável ao perfeito entendimento das diversas épocas sociais do Estado; (...) a contribuição do folclore para o desenvolvimento dos estudos sociólogos nas escolas públicas é dos mais relevantes;

(...) as cidades de Tietê e Taubaté reúnem condições para se converterem em sedes de institutos dessa natureza, pelo adiantamento de seus serviços educacionais (...) (SÃO PAULO, 1958, p. 1).

O Sítio do Pica Pau Amarelo apresenta três propósitos: (i) como visão, tornar-se um centro de referência nacional sobre a vida e a obra de Monteiro Lobato, e sobre cultura tradicional caipira, folclore e literatura infantil; (ii) como missão, (...) preservar e divulgar a obra de Monteiro Lobato, por meio de programas, voltados para diferentes segmentos da sociedade, de preservação, comunicação e pesquisa; (iii) como valores, intervir com ética no bom atendimento ao público visitante, respeito e fidelidade à obra original de Monteiro Lobato. (EXPOMUS, 2010). No mesmo documento também estão descritos seus objetivos:

□ Valorizar e divulgar a literatura de Monteiro Lobato, assim como as referências históricas, folclóricas e culturais presentes em suas obras.

□ Realizar a comunicação das referências patrimoniais sobre a vida e a obra de Monteiro Lobato, por meio de exposições em sua sede e exposições itinerantes em diferentes espaços expositivos.

□ Pesquisar, articular e divulgar a literatura infantil, o folclore e a cultura tradicional caipira.

□ Empreender múltiplas ações educativas, voltadas a diversos segmentos de público, como escolar, de donas de casa, turistas, famílias, etc., aliando conteúdos patrimoniais, literários, folclóricos e ambientais.

□ Divulgar os resultados de ações de pesquisa, preservação ou registro de referências patrimoniais sobre a vida e a obra de Monteiro Lobato.

□ Incluir o Município de Taubaté em roteiros turísticos nacionais e internacionais, por meio de suas exposições e de uma programação educativo-cultural atraente.

□ Implantar programas voltados ao desenvolvimento do município, em parceria com órgãos municipais, como escolas, creches e hospitais, associações e organizações não governamentais. (EXPOMUS, 2010, p. 25/26).

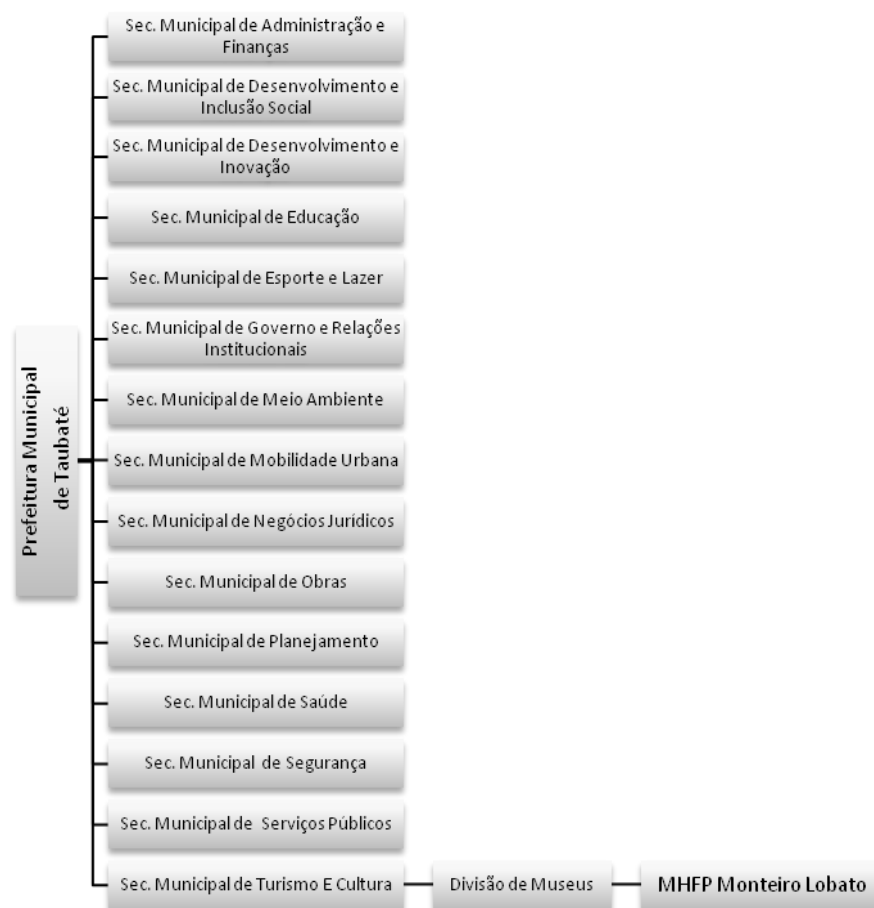
O MHFP Monteiro Lobato, além da nomenclatura Sítio do Pica Pau Amarelo, também é denominado Casa de Monteiro Lobato e Chácara do Visconde. Em relação a sua tipologia, em seu Decreto de criação consta como museu folclórico, porém é possível atribuir também as seguintes tipologias: museu-casa, histórico, pedagógico e de literatura⁸³. O relatório diário da

⁸³Apesar de no Guia Brasileiro de Museus (2013) não estar descrita a tipologia "literatura", o Cadastro Nacional de Museus apresenta uma lista dos museus que têm atividades ligadas à

Prefeitura de Taubaté, que controla faltas e horas extras dos funcionários do Museu, classifica a Instituição como museu da infância. Para além dessa discussão, refletir sobre o que este espaço significa e o que representa na sociedade em que se encontra é refletir igualmente sobre a importância e necessidade de um museu que possibilite a preservação da memória de grandes escritores brasileiros, não deixando, assim, que suas obras caiam no esquecimento.

O MHFP Monteiro Lobato foi assumido, paulatinamente, pelo Governo Municipal na década de 1980, responsabilizando-se pela contratação de funcionários e estagiários. Segundo a coordenadora do Sítio, "era um museu estadual, mantido pelo Município, por isso foi municipalizado.". No organograma abaixo é possível verificar o lugar que a Instituição ocupa na Prefeitura Municipal de Taubaté:

Figura 15: O lugar do museu na Prefeitura Municipal de Taubaté



Fonte: ÁVILA, 2014, p. 137

No ano de 2008, o Museu ficou sob gestão compartilhada entre o Estado e a Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari), que também se encarregou de criar, em 2010, o Plano Museológico do Sítio do Pica Pau Amarelo:

Assim, em consonância com a Secretaria de Estado da Cultura, a ACAM PORTINARI paralelamente à reformulação das instituições, à recuperação e o fortalecimento do vínculo dos museus com as cidades onde estão instalados, com o objetivo de promover o patrimônio da localidade e a cidadania, integrando ao presente a compreensão da ocupação desses territórios, da participação local e regional na história estadual e nacional e dando a conhecer os diversos aspectos ligados às transformações históricas, urbanas e sociais; econômicas e culturais das cidades, está reestruturando as instituições internamente no sentido de fortalecer o seu caráter de casas de memória, lugares de representação social e espaços de mediação e comunicação social; cada vez mais imprescindíveis para o desenvolvimento e aprimoramento dos cidadãos e das cidades, que se recriam o tempo todo. (EXPOMUS, 2010, p. 4/5).

No entanto, em 2011 essa parceria chegou ao fim e o Museu voltou inteiramente para a gestão municipal, mesmo não sendo ainda completamente municipalizado. O Decreto que permitiu a doação de acervos para o Município informou que o Poder Executivo estava autorizado a doar o acervo dos museus sob gestão estadual para os municípios onde se localizavam os equipamentos culturais concernentes. (SÃO PAULO, 2008).

Após consultar representantes municipais e tendo a comunidade científica e a população aceitado os bens culturais doados pelo Estado, foi assinado em 20 de março de 2013, e publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de abril de 2013, a municipalização do MHFP Monteiro Lobato. Cabe destacar que esse processo foi iniciado em 2009.

A municipalização tende a permitir que haja mais celeridade para manter o museu e respeitar o patrimônio. A ex-coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria de Estado da Cultura, Claudinelli Moreira Ramos, fez a seguinte declaração sobre este processo:

A ideia da municipalização não corresponde à desobrigação do Estado, mas o Estado passa a reconhecer uma situação concreta de que os municípios se tornaram verdadeiros gestores desses equipamentos culturais, e o papel de apoio de indução de políticas públicas é do Estado⁸⁴.

O processo de municipalização do Sítio também auxilia na percepção da população de que o poder público é responsável por estimular e garantir o desenvolvimento de diversas manifestações culturais do município, já que toma para si a responsabilidade de gerenciar a cultura através de uma relação mais direta.

⁸⁴Disponível em: <<http://aguinaldodatola.soylocoporti.org.br/2010/02/23/municipalizacao-do-museu-monteiro-lobato-e-discutida-na-camara-de-taubate/>> Acesso em: jan. 2017.

5.2.

Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico, Monteiro Lobato ou Sítio do Pica Pau Amarelo?

O fundador do Almanaque Urupês citou, em entrevista concedida ao longo da elaboração deste trabalho, uma pesquisa realizada em 2014 sobre o hábito cultural dos taubateanos. A investigação revelou que 87% da população conhece o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato⁸⁵; no entanto, considera que seria necessária uma pesquisa que buscasse conhecer o que a população pensa sobre o Museu.

Independentemente de saber se o Sítio é ou não um museu, a conexão que a maior parte da população faz ao chegar ao Sítio é com sua infância, como é o caso de uma das entrevistadas, ao afirmar que foi muito bom revisitar um pouquinho da sua infância... *já tão distante* (Regina - Entrevista – 09/2017):

Sem dúvida foi bastante prazeroso rever "esta história", que fez parte da minha vida.... saber que ela está presente e pronta para que outras crianças e adultos compartilhem daqueles momentos mágicos, foi bom também conhecer um pouco da vida do autor da obra. Não consigo esquecer aquela boneca danada de pano: Emília, a liberdade das crianças no sítio da avó... tudo simplesmente mágico e fantástico (Regina - Entrevista – 09/2017).

A leitura de livros de Monteiro Lobato também impulsiona para que a maioria dos visitantes conheça ou queira conhecer o espaço, como a entrevistada Thamiris, que tinha esse hábito na infância, provocando maior interesse em conhecer a história de vida do autor. A respeito do hábito de leitura na infância, Salutto (2017) destaca a importância de trabalhar a leitura e literatura na Educação infantil. Apesar de os bebês e crianças pequenas ainda não conseguirem desvendar o código da escrita, são identificados como *leitores de ouvido*. Segundo a autora:

Ser leitor de ouvido significa produzir sentidos a partir da oralização de um texto escrito de sintaxe própria, o que exige das crianças outras relações com a palavra. Nessa discussão pontuam-se questões importantes no que concerne ao trabalho com a leitura literária na creche: o trânsito entre o registro oral e o escrito realizado por meio da leitura do texto literário. (SALUTTO, 2017, p. 26)

Salutto (2017) ainda apresenta uma diferença entre ler *para*, ler *com* e ler *para e com* as crianças. A primeira implica em organizar o momento que antecede a leitura: a escolha do livro, o porquê da escolha, o que se pretende

⁸⁵Na página 73 deste trabalho há um outro resultado, de uma pesquisa realizada em 2016, sobre o conhecimento do Sítio pela população, no entanto, não é possível saber com precisão qual foi a metodologia das pesquisas citadas, influenciando, assim, nos diferentes resultados alcançados.

com o livro. Na segunda categoria o professor-leitor se imerge na leitura, é provocado pelo livro e se deixa provocar, tentando partilhar experiências similares às daquelas das crianças. Por fim, ler *para e com* as crianças, o professor-leitor não só organiza sua prática, mas também é atingida por ela, além de se reconhecer nas escolhas que propôs.

Trabalhar a leitura na educação infantil é respeitar a criança, entendendo-a como sujeito capaz, compreendendo suas especificidades, as maneiras de se expressar no mundo e conhecê-lo. O objetivo da participação das crianças na prática literária não deve ser só inseri-la no mundo da escrita, mas também “ampliar o universo cultural das crianças pelo que a literatura altera e provoca, a partir do diálogo com o outro, com o mundo, com a vida, com a cultura. ”. (SALUTTO, 2017, p. 33).

Assistir a série *Sítio do Pica Pau Amarelo* na televisão também se configura como motivo pelo interesse pela visita, como declarado por uma das entrevistadas:

Lembro da minha infância de quando eu assistia na televisão o Sítio do Pica Pau amarelo...e foi bacana que vindo aqui com nosso filho compramos livros do tema... do Pedrinho... é muito bem escrito. É uma linguagem diferenciada da literatura infantil (Lilian - Entrevista – 09/2017).

Os livros do Sítio do Pica Pau Amarelo foram publicados entre 1920-1947 e a série foi exibida até 2007⁸⁶. Nas entrevistas realizadas com os visitantes para a realização desta pesquisa, foi possível constatar que muitos pais vão ao museu não apenas para passear com seus filhos, mas para lembrar a infância, embora considerem que os filhos também acabam se apaixonando pelos personagens: *viemos ano passado e o Gabriel, nosso filho, enlouqueceu... estavam os personagens... teve teatro... demos sorte! Enquanto não trouxesse ele, ele não sossegava (Lílian - Entrevista 09/2017).* Outro entrevistado também teve conhecimento através de sua mãe: *Ah, isso aí passa de geração... passou da minha mãe para mim, acho que da mãe dela para ela, então a gente conheceu através da minha mãe quando era criança... ela colocava para a gente assistir, então fomos conhecendo. (João - Entrevista – 09/2017).*

Esse mesmo entrevistado declara que leva sua filha para, além de conhecer o Sítio, fugir um pouco da rotina: *esse mundo digital, só quer saber de assistir televisão, ficar no celular... então trouxe ela aqui para se distrair um pouco... ela tem assistido pela televisão o Sítio, então ela gosta... eu e a mãe*

⁸⁶Conforme já citado, a série teve início em 1952 na TV Tupi e foi para a Rede Globo em 1977. Houve várias reedições, e a última temporada foi exibida pela Rede Globo entre 2001-2007.

resolvemos trazer... peguei uma folga hoje.... ela tem 2 anos. (João - Entrevista – 09/2017). Apesar da crítica ao mundo digital, foi através dele – a televisão - que sua filha conheceu as histórias do Sítio do Pica Pau; no entanto, a iniciativa da família propõe um equilíbrio entre o digital e o não digital, no caso, o museu. A era tecnológica pode ser considerada um problema à medida que a hiperconectividade gere abusos de usos na sociedade. No entanto, se existe um uso parcimonioso, de maneira que a tecnologia não substitua outras formas de lazer, como o museu, por exemplo, é possível que coexistam pacificamente.

Ramoneda (2013, p. 81) questiona “qual é a contribuição dos meios de comunicação de massas - imprensa, rádio e televisão (Internet é outro mundo à parte) - para a educação das pessoas, logo para a construção da cidadania? ”. Apesar das críticas do autor, o mesmo compreende que se assiste televisão desde pequeno – a maioria da população - e que é através dela que se aprendem coisas, ainda que superficialmente.

Mesmo que o fluxo informativo, que os meios de comunicação de massa transmitem, possa se configurar em uma informação superficial ou de outra categoria, torna-se “natural a diversidade de opiniões e maneiras de ser, o que não é banal porque a aceitação do outro, o reconhecimento de que não existe apenas uma maneira de entender o mundo, custou muito sangue à humanidade.” (RAMONEDA, 2013, p. 81).

Ainda refletindo sobre os meios de comunicação, mas ampliando a discussão, o autor considera que a cidadania é peça chave da cidade, e a cidade é o maior espaço em que se reconhece a condição de cidadão, e, portanto, os *media* – televisão, rádio, imprensa -, mesmo buscando prioritariamente a audiência, acabam por se dirigir à formação dos cidadãos, para que eles próprios se insiram na cidade.

Também há o caso de a filha levar a mãe, irmãos levarem uns aos outros etc., denotando que o conhecimento sobre Monteiro Lobato e o MHFPML é igualmente fruto de relações familiares, ou advindo de projetos escolares. Uma moradora de Taubaté visitou o Sítio com a mãe, de 74 anos, que mora em São Paulo, capital, e declarou que a mãe nunca tinha ido ao Sítio, mas *conhecia da televisão e tinha curiosidade de ver ao vivo (...)* e estava *maravilhada de ver tudo isso assim ao vivo* (Maria - Entrevista – 09/2017). Outro entrevistado foi levado pela filha: *Minha filha (6 anos) sempre sonhou em vir aqui... ela via na TV, minha esposa descobriu o lugar pelo site e viemos aqui passear* (Anderson - Entrevista – 12/2017).

A relação familiar se faz presente em vários momentos, como para a entrevistada moradora de São João Del Rey/MG, que visitava o espaço com seu

irmão que mora em Tremembé, cidade vizinha a Taubaté: *Eu já tinha visto algumas fotos...(...) tinha curiosidade e pela própria história de Monteiro Lobato... aí eu quis vir para conhecer mesmo...* (Célia - Entrevista – 09/2017), declarando que provou muitas memórias: *estávamos comentando os livros que minhas irmãs, até mais velhas do que eu, tinham... que lemos e assistia depois na televisão... eu assisti o 1º! Então a memória voltou....* (idem).

Além das lembranças relacionadas à infância, o Museu, com a história que carrega, provoca distintas sensações nos visitantes, como emoção, paz, tranquilidade, entre outros: o espaço físico do Museu *é muito bacana... traz até uma paz* (Anderson - Entrevista – 12/2017), aspecto ressaltado por outros visitantes entrevistados: *a tranquilidade me traz de volta. Consigo descansar na hora do almoço... tirar um lazer... sentar embaixo das árvores; minha mãe está numa fase que está precisando de muita tranquilidade. Então ela veio aqui para ficarmos juntas, ler, conversar, conhecer o lugar; as instalações físicas talvez sejam modestas, talvez, mas a grandeza e o significado do conteúdo são infinitamente maiores do que as instalações físicas.*

Uma senhora de 84 anos e sua filha, de 57 anos, estavam fazendo a visita ao Sítio pela primeira vez, pois a mãe via as propagandas e tinha vontade de conhecer, e relata sua experiência: *acho que tudo que remete lembrança dá uma emoção, agora na minha idade eu ando muito emocionada, então eu senti emoção. Lembrei do tempo que lia os livros...meu pai lia o jornal e fazia comentários... então senti uma emoção muito forte, muito boa* (Sonia - Entrevista – 12/2016).

A filha de Sonia também demonstra um encantamento pela história que cerca o Museu:

O que achei bacana é você pensar que essas coisas existem de verdade... que estão atravessando o tempo, a história... fazem parte da nossa história... essas paredes existem, esse telhado existe... os livros existem, os personagens... a personalidade Monteiro Lobato que era um cara super inteligente... todas essas histórias que ele contava ele sabia mesmo e queria passar isso tudo... acho bacana a gente ver um personagem da nossa história que tinha muito para contar... trabalhou muito pelo Brasil, ... tinha boas intenções de fazer coisas pelo Brasil... podia até ter coisas que não concordávamos (Carmen - Entrevista – 12/2016).

A fala de um dos entrevistados talvez possa resumir o sentimento da maioria dos visitantes: *Ah, volta tudo... parece que a infância volta. Fica relembando... da época que éramos criança... vem tudo na mente... parece que*

o mundo lá fora acaba... é uma sensação boa de alívio.... me sinto bem aqui dentro (Bernardo - Entrevista – 11/2016, grifo nosso).

Ao analisar as respostas dadas acima, é possível perceber, de uma maneira geral, que o museu provoca diversas sensações nos visitantes, mas que todas elas têm a ver com a história de cada um, suas origens, seus saberes, entre outros. Tal fato é denominado de experiência museal, que é a relação dos visitantes com a instituição museológica. Porém, esta experiência tem sido reduzida, frequentemente, a números, pois tem sido pautada muitas vezes na frequência das pessoas no museu. (SILVA e CARVALHO, 2017). Para os autores,

Se consideramos a instituição museu em um âmbito cultural, os conhecimentos culturais do visitante teriam de ser o princípio para qualquer ação comunicacional, inclusive para aquelas com intenções educacionais. Se esse local é destinado ao visitante, como é possível o artefato museal congregar o diálogo sem o conhecimento das pessoas que vêm para o museu? (SILVA e CARVALHO, 2017, p. 91).

Segundo os mesmos, com a experiência museal reduzida à número, o público de museu não é conhecido de fato, pois, para tal, seria necessário trabalhar com um universo muito amplo e distinto de respostas, interações e processos mentais, já que os visitantes que frequentam os espaços museais são extremamente variados.

Durante muito tempo, principalmente nos museus de ciências, o visitante ficava em segundo plano, pois “o modelo comunicacional [dos museus] e as pesquisas estavam presos às intenções do museu e ao impacto dessa comunicação na vida das pessoas” (SILVA e CARVALHO, 2017, p. 89); no entanto, com a Nova Museologia, há uma preocupação em transformar a interação entre objeto e público, característica de muitos museus de ciência, em uma interação que o público seja, de fato, proativo.

Esta preocupação com o público, por mais que tenha se iniciado nos museus de ciências, pode ser também pensada em outros museus, cujo objetivo deveria ser convidar este público “a participar e a reelaborar a responsabilidade pela significação do patrimônio cultural.” (SILVA e CARVALHO, 2017, p. 89). Para os autores, esta perspectiva garante que a experiência de cada visitante seja levada em conta, bem como é importante que se conheça qual é o público que está frequentando os museus, pois, só assim, teremos, de fato, uma “verdadeira” experiência museal e um efetivo estudo de público.

5.3.

A cidade e o museu: quais relações produzem?

No Plano Museológico do Sítio do Pica Pau Amarelo (2010) é possível perceber a ênfase dada à relação do Museu com a cidade em que se localiza, onde a instituição é denominada de museu de cidade. Para Meneses (2003), o museu de cidade deve ser referência primária para conhecer a cidade em que se localiza e compreendê-la tanto no passado quanto no presente, pois considera que deste modo seria possível pensar num outro (melhor) futuro, agindo com responsabilidade.

Em um dos documentos disponibilizados pela Instituição, a importância do museu se inserir no espaço em que se encontra é ressaltada:

Qualquer que seja seu tamanho, suas coleções e seu tipo de gestão, os museus devem desempenhar um papel capital no desenvolvimento da política de uma cidade. Não há desenvolvimento sustentável sem desenvolvimento cultural. Certamente, **o museu está a serviço da sociedade.** (EXPOMUS, 2010, p. 4, grifo nosso).

Sobre a relação do museu com o espaço em que se encontra, Lopes (2000a) pontua a necessidade de fortalecer essa relação, já que vivemos em um mundo instaurado pela globalização, o que acaba por prejudicar a transmissão e preservação de identidades e culturas regionais e nacionais. O Museu em questão busca, ao máximo, aproximar a personagem principal da sociedade em que se localiza, assumindo sua identidade local, diferenciando-se assim de outros Museus Históricos e Pedagógicos, uma vez que seu tema central não é a história da cidade, mas sim de Monteiro Lobato (ÁVILA, 2014). Quando os museus procuram se inserir na sociedade, acabam por:

(...) alargar os seus públicos e [rejeitar] a sua conotação com as culturas de elite, tentando, pelo contrário, tornar-se mais acessíveis enquanto espaços de lazer, alterando os seus conceitos de comunicação e de transmissão de conhecimentos e ideias. (FARIA, 1995, p. 191/192).

Um dos objetivos do Sítio do Pica Pau Amarelo é divulgar a obra de Monteiro Lobato, democratizando seu acervo. Em termos de números, é possível dizer que seu objetivo está sendo atingido, pois, segundo a coordenadora, é um dos cinco museus mais visitados do interior de São Paulo. Em 2013, recebeu em torno de 300 e 500 visitantes por dia (ÁVILA, 2014), totalizando 142.856 mil visitas⁸⁷. A relação de Monteiro Lobato e os estudantes das escolas públicas de

⁸⁷Tina Lopes (coordenadora do museu), em entrevista, afirmou que no início de 2016, até o mês de julho do mesmo ano, o museu já tinha recebido 48.000 mil visitantes.

Taubaté, descrita pelo diretor do Departamento de Turismo, também é um caminho para que o objetivo do Museu seja alcançado: *a vida e a obra de Lobato compõem o aprendizado nas escolas públicas logo no ensino infantil, o que vai sendo reforçado até a formação dos alunos. Acredito que isso crie, desde muito cedo, um pertencimento em relação com Sítio do Pica Pau Amarelo* (Entrevista 12/2017).

A Política Nacional de Museus (2003), em seu segundo eixo programático - Democratização e acesso aos bens culturais –, propõe que sejam criados programas que incentivem uma maior inclusão de patrimônios culturais musealizados na vida cotidiana através de oficinas, espetáculos, exposições e outros projetos que tenham o caráter educativo-cultural. Para Grunberg (2017, p. 5), patrimônio cultural é definido como:

...todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Para Lopes (2000a, p. 82), se a política cultural tiver sentido democratizador não pode, em qualquer hipótese, deslegitimar formas de expressão cultural. O autor ressalta que um dos caminhos é estabelecer parcerias com escolas e associações, pois, com as primeiras, há uma possibilidade de formar novos públicos, já com as segundas, públicos de classes populares serão atingidos.

Dentre as atividades educativas que o Sítio do Pica Pau Amarelo promove, é possível destacar duas que tem a intenção de aproximar esta instituição do seu território e contribuir para o significado de *cidade educadora*, aqui atribuído a Taubaté: *Trilha Cultural e Passeio do Visconde* e o projeto anual *Semana Monteiro Lobato*. A primeira teve início em 2014 e tem como objetivo incentivar a população a visitar os museus da cidade:

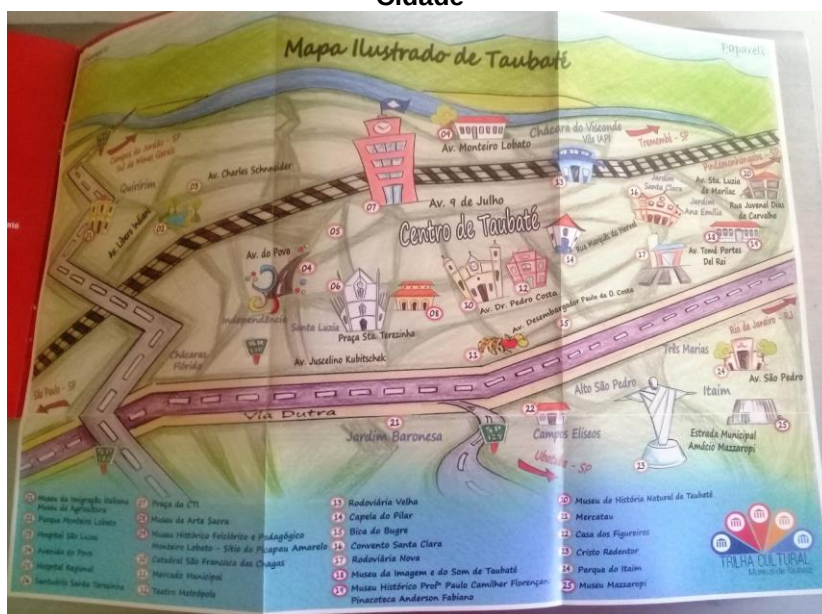
A ação contemplou nove museus locais, com o objetivo de especializar suas estratégias de comunicação institucional e formatar de um Plano de Comunicação Institucional em Rede. Foram confeccionados trinta mil folders para distribuição gratuita, que apresentam instituições de Taubaté enquanto excelentes oportunidades de cultura, lazer e diversão. O estudo tem como proposta identificar e valorizar a diversidade do patrimônio natural, histórico e cultural, resguardado nos equipamentos da região⁸⁸.

⁸⁸Disponível em: <<https://trilhaculturalmuseusdetaubate.wordpress.com/>> Acesso em: dez. 2017.

Deste modo, para atingir o objetivo, o Sítio e outros museus vão até as escolas, fazem oficinas e depois convidam o público para visitar os museus. As instituições que participam são: Museu Histórico Prof. Paulo Camilher Florençano, Pinacoteca Anderson Fabiano, MHFP Monteiro Lobato, Museu da Imagem e do Som de Taubaté (Mistau), Museu de Arte Sacra Dom Epaminondas (MASDE), Museu da Imigração Italiana de Quiririm, Museu da Agricultura de Quiririm, Museu Mazzaropi e Museu de História Natural de Taubaté. No entanto, apesar deste projeto, a diretora do Departamento de Educação afirma que:

O governo vem caminhando para trazer novos investimentos e parcerias para essa área [área de patrimônio]. Existem alguns projetos de escolas no museu, mas ainda falta preparação e modernização, desde os educadores, profissionais dos museus e do próprio acervo (Diretora do Departamento de Educação - Entrevista 11/2017).

Figura 16: Mapa ilustrado de Taubaté com os principais museus da Cidade



Fonte: Folder da Trilha Cultural

Figura 17: Escola Municipal Profº José Marcondes de Moura (Monjolinho - Taubaté/SP) - Atividade de argila do Museu da Imigração Italiana de Quiririm



Fonte: Relatório do projeto Trilha Cultural 2017

Figura 18: Programa de Ensino Esporte e Juventude (Parque 3 Marias – Taubaté/SP) – Atividade de Teatro do MHFML

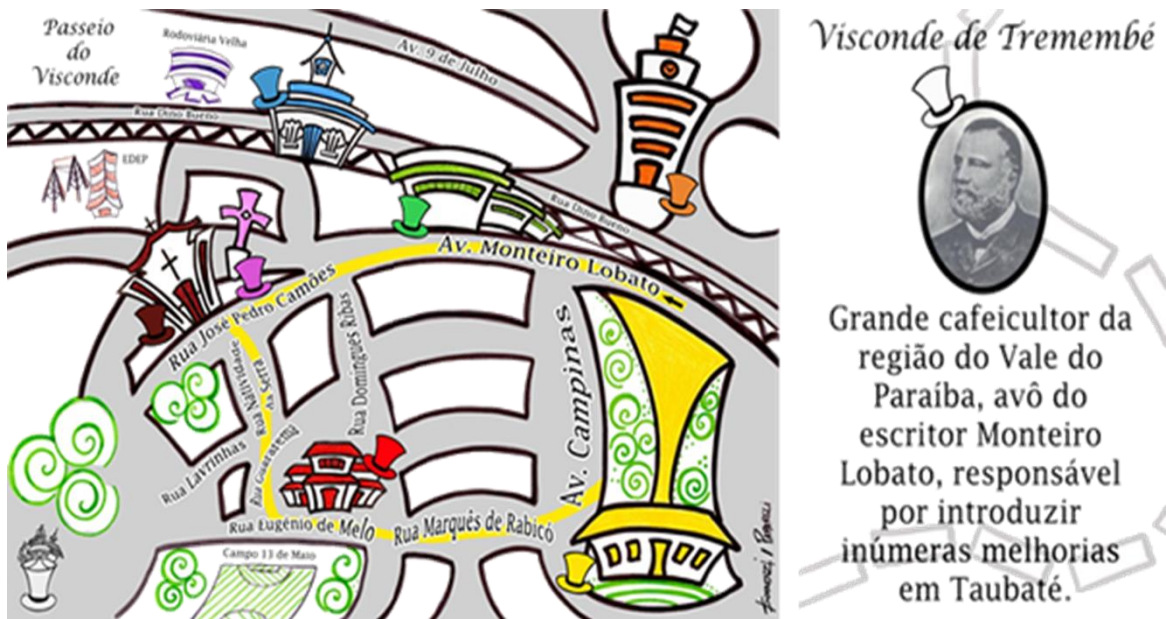


Fonte: Relatório do projeto Trilha Cultural 2017

O Passeio do Visconde, que também teve início em 2014, é um projeto de educação patrimonial que tem como objetivo "levar a comunidade a um processo ativo de reconhecimento crítico, apropriação consciente e valorização de sua herança cultural através da visita monitorada aos patrimônios culturais taubateanos⁸⁹."

⁸⁹Disponível em: <<http://museumonteirolobato.com.br/setembro-2016/>> Acesso em: dez. 2017.

Figura 19: Rota do Passeio do Visconde



Fonte: <http://museumonteirolobato.com.br/setembro-2016/>

Figura 20: “Passeio do Visconde” pelas ruas de Taubaté/SP



Fonte: Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato - MHFPML

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considera que a educação patrimonial:

constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 19).

Meneses (2009) entende que a população local deve participar da interpretação do patrimônio, reiterando o conceito de Educação Patrimonial que é definido por Varine (2013, p. 137) como "uma ação de caráter global, dirigida a uma população e a seu território, utilizando instituições como a escola ou o museu, mas sem se identificar com qualquer uma delas em particular. ”.

Ainda segundo Varine (2013), o objetivo dessa educação é o desenvolvimento local, e sua proposta “visa a levar o maior número possível de membros da comunidade a conhecer, a dominar e a utilizar o patrimônio comum dessa comunidade”. (Ibid., p. 137). A diretora do Departamento de Educação, demonstrando que o trabalho que o Sítio vem realizando está de acordo com a proposta da Educação Patrimonial, faz a seguinte declaração:

O Sítio do Pica Pau Amarelo é visto para os moradores da cidade como um local de muito orgulho. É um dos poucos locais que praticamente todo taubateano já visitou ao menos uma vez, percebemos que aos poucos há uma preocupação em relacionar o Sítio com outros museus da cidade e até mesmo com a educação, com projetos que abordam principalmente sobre a cultura local e a história do Sítio. (Diretora do Departamento de Educação - Entrevista – 09/2017).

Em 2018, a Semana Monteiro Lobato (SML), criada quatro anos após a morte do escritor⁹⁰, apresentou sua sexagésima sexta (66ª) edição. A data escolhida foi dezoito de abril, mês do nascimento de Lobato e do Dia Nacional do Livro Infantil, e tem como objetivo preservar a memória do escritor e mostrar suas contribuições literárias tanto para o Vale do Paraíba, quanto para o Brasil.

⁹⁰Disponível em: <<http://museumonteirolobato.com.br/semana-monteiro-lobato-2017/>> Acesso em: jun. 2017.

O acontecimento se consagra como um dos principais eventos dedicados à literatura infantil no Brasil, oferecendo programação para todas as faixas etárias cujo diferencial é resgatar o hábito da leitura, promovendo sua prática em bibliotecas, museus e parques.

É uma semana repleta de arte, cultura e pedagogia que acontece no Sítio do Pica Pau Amarelo, Parque do Itaim, bibliotecas e outras unidades culturais, além do Taubaté Shopping, que através de uma parceria com o Almanaque Urupês oferece uma programação literária, voltada ao público jovem e adulto⁹¹.

A Secretaria de Turismo e Cultura entende que utilizando espaços da cidade como bibliotecas, museus, parque e teatro, “[está] promovendo arte, literatura, produzindo conhecimento e valorizando o município como ‘Capital Nacional da Literatura Infantil’ e ressaltando a figura do filho ilustre Monteiro Lobato⁹².”

Ainda que a maior parte de atividades tenha ocorrido no Sítio, nessa edição foram também realizadas atividades em bibliotecas, na Unitau, na Secretaria de Educação e no Centro de Formação de Professores, denotando, de fato, que a programação envolve crianças, jovens e adultos.

Assim como as outras atividades – *Trilha Cultural e Passeio do Visconde* –, a Semana Monteiro Lobato (SML), apesar de ser anual, também contribui para aproximar museu e público a partir do momento que abrange diversas linguagens artísticas na Instituição. É possível, nas atividades propostas, ter contato com música clássica, *ballet*, *hip hop*, bem como teatro, contação de história, coral, lançamento de livro, oficinas pedagógicas, sem abrir mão das atividades expositivas - temporária e de longa duração – com direito à visita guiada.

⁹¹Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/vale/noticias/100000909441/660-semana-monteiro-lobato-acontece-em-taubate.html>> Acesso em: jun. 2017.

⁹²Idem.

Figura 21: 66ª Semana Monteiro Lobato (Orquestra da cidade)



Fonte: https://www.facebook.com/sitiodopicapauamarelotaubate/?ref=br_rs

Figura 22: 66ª Semana Monteiro Lobato (Contação de história)



Fonte: https://www.facebook.com/sitiodopicapauamarelotaubate/?ref=br_rs

Figura 23: 66ª Semana Monteiro Lobato (fila para oficina de arte)



Fonte: https://www.facebook.com/sitiodopicapauamarelotaubate/?ref=br_rs

Figura 24: 66ª Semana Monteiro Lobato (Apresentação de ballet)



Fonte: https://www.facebook.com/sitiodopicapauamarelotaubate/?ref=br_rs

No entanto, apesar de todas as ações aqui destacadas, segundo a coordenadora do Sítio, ainda é necessário continuar batalhando para o reconhecimento da Instituição como museu:

Eles [a população] nunca sabem que isso aqui é um museu. Sempre que você fala em Sítio do Pica Pau Amarelo eles se referem ao lugar, mas quando você fala Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato eles viram e perguntam aonde fica. Mas para eles, no Sítio mora os personagens... e tem cultura... teatro... oficinas pedagógicas...o próprio espaço que é uma chácara dentro de um centro urbano... eles reconhecem o Sítio como obra literária e não museu, mas tem muito de pertencimento e tem muita gente que também não conhece.... hoje em dia temos um trabalho educativo maior, vamos até as escolas - trilha cultural museus de Taubaté - para chamar essa atenção para que eles possam nos visitar. (Coordenadora do MHFPML - Entrevista – 09/2017).

Na pesquisa realizada por Scantamburlo e Papareli (2016) foi possível identificar a fala da coordenadora do Sítio sobre o não reconhecimento da Instituição como museu. Os entrevistados, quando questionados sobre o que era o Sítio do Pica Pau Amarelo, apresentaram a seguinte percepção: 44% afirmaram que era um parque; 25% consideraram que era um museu; 22%, parque e museu; 8% identificaram como outro e 1% não soube responder. Corroborando com a fala da coordenadora e com a pesquisa mencionada, em uma palestra sobre Monteiro Lobato, proferida na Unitau na 66ª Semana Monteiro Lobato (SML - 2018), o palestrante perguntou quem conhecia o Sítio, e o público, em sua maioria estudantes do curso de Letras, confirmou que sim; não obstante, quando indagou quem conhecia o Museu Monteiro Lobato, o número de respostas positivas foi irrisório. O expositor esclareceu então que estava se referindo ao mesmo espaço geográfico.

A cidade de Taubaté, mais especificamente a Secretaria de Mobilidade Urbana, talvez tenha identificado essa incompreensão por parte da sociedade. Em uma placa indicativa na região central de Taubaté, onde o volume de carros é intenso, principalmente nos dias de semana, já que une distintas regiões do município, o Conselho Nacional de trânsito (Contran), órgão responsável pela sinalização vertical de indicação⁹³, adotou o símbolo universal que significa “patrimônio cultural” para o MHFPML e o símbolo que representa “museus” para indicar outras instituições museológicas existentes no município.

⁹³Disponível em:

<[http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/ManualSinalizacaoIndicativa2\(alterado%20pela%203\).pdf](http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/ManualSinalizacaoIndicativa2(alterado%20pela%203).pdf)> Acesso em: jun. 2017.

Figura 25: Placa indicativa na Av. Nove de Julho



Fonte: CANCELA, 2018

Abaixo é possível ver mais claramente os símbolos que estão representados na placa apresentada acima, bem como as definições que o Contran utiliza para atribuir os símbolos:



Museus: locais que abrigam e conservam acervos históricos ou artísticos, abertos à visitação pública, voltados à pesquisa com o objetivo de promover estudos, educação e lazer⁹⁴.



Patrimônio cultural: conjunto de atrativos de interesse cultural abrangendo núcleos e centros históricos, rotas e circuitos culturais, reconhecidos como de interesse de preservação⁹⁵.

De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal (1988), patrimônio cultural é:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à

⁹⁴Idem.

⁹⁵Ibidem.

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.(BRASIL, 1988, p. 127).

Na classificação do artigo 216, o MHFPML poderia se enquadrar tanto no item IV, como edificação destinada à manifestação artístico-cultural, bem como no V, enquanto sítio de valor histórico, paisagístico e artístico. O Sítio é então um patrimônio cultural aberto à visitação pública, que conserva seu acervo, tem a intenção de promover a educação e o lazer e é voltado à pesquisa, ou seja, é um museu. A Secretaria de Mobilidade Urbana não dialogou com a Divisão de Museus para instalar a placa, e confeccionar outra sinalização representaria ônus para o orçamento municipal. Contudo, parece perceptível que, dentro de outros setores da prefeitura, não é consenso que o Sítio do Pica Pau Amarelo seja definido como museu. Como então o Sítio é reconhecido na comunidade?.

A diretora do Departamento de Comunicação de Taubaté acredita que *(...) a cidade ainda não sabe explorar o Sítio... as pessoas não entendem que lá é um museu... muito taubateano ainda não conhece..., assim como ainda não entendem o espaço como parte de sua própria educação...100% [da população] ainda não... eu vejo que o povo tem utopia do Sítio como entretenimento.* (Entrevista – 09/2017). A jornalista da TV Cidade corrobora o pensamento da diretora do Departamento de Comunicação:

Considero o Sítio um caso à parte, vejamos: A cidade se orgulha de tê-lo, sobre isso não resta a menor dúvida. Os profissionais que atuam ali são de extrema competência e dedicação às causas lobateanas, mas seria leviandade não citar o sacrifício pessoal até, para mantê-lo (mais ou menos) em condições de receber os visitantes. (...) a falta de políticas públicas para a cultura, dificulta a obtenção de recursos para manter os patrimônios. Infelizmente, as Secretarias de Cultura e de Educação, não são unidas como seria o ideal, poucas atividades são realizadas em conjunto. Acho, particularmente, que a rede municipal usa pouco o museu como ferramenta educacional. O Museu Monteiro Lobato, é um dos mais visitados no estado inteiro, entretanto, as excursões pedagógicas são mais externas do que internas. Creio que a cidade entenda o Museu mais como recreativo do que educativo. (Jornalista da TV Cidade - Entrevista – 12/2017).

A falta de conhecimento de uma parcela da população em relação ao Sítio pode ser explicada pela baixa propaganda do Museu por parte da cidade,

conforme foi percebido na pesquisa de Scantamburlo e Papareli (2016) e na fala uma das entrevistadas, moradora do município: *Eu acho que já fez mais [propaganda]... hoje poderia estar investindo porque aos pouquinhos está caindo no esquecimento do povo taubateano, pode ser que se fale muito lá fora, mas não aqui...* (Marcela - Entrevista – 10/2017). Outras entrevistadas demonstram o mesmo sentimento da falta de divulgação: *acho que está meio esquecido, eu acho que não faz [divulgação]. Nós temos a [Rede de Televisão] Vanguarda que poderia resgatar mais este histórico do Sítio... acho que poderia ser mais divulgado... pela imprensa* (Dayse e Maria - Entrevista – 09/2017).

Há uma certa queixa da população em relação à falta de propaganda do Museu, tanto na televisão quanto pela cidade. Uma das possibilidades de se pensar este fato é pelo viés do *marketing*. Em uma análise básica, o *marketing* está ligado ao lazer, no sentido de alienação e fuga, e à obtenção de lucro, tratando seu público-alvo como consumidor, enquanto o museu não tenta alcançar o lucro a qualquer custo e, mesmo constando “lazer” na definição do ICOM (2007), também engloba educação, pesquisa, entre outros, tornando a relação *marketing* – museu difícil de ser estabelecida. (LACERDA e VEIGA, 2008).

Os autores fazem uma crítica tanto aos profissionais do *marketing* quanto aos estudiosos de *marketing* sobre os museus: aos primeiros, por tentarem manipular os consumidores, interferindo em sua liberdade; já em relação aos estudiosos, por analisarem o lazer apenas como entretenimento e não como algo que pode gerar uma experiência crítica e consciente, proposta esta da maioria dos museus. Esta perspectiva afasta os museus da área de *marketing* pois, ao relacionar o lazer apenas como recreação, tendem a transformar as instituições museológicas em mercadoria e continuam visando apenas ao lucro, sem uma intenção cultural e social. (LACERDA e VEIGA, 2008).

Uma das saídas para tentar uma aproximação do museu e do *marketing* seria substituir a palavra “consumidor” por “usuário”, já que essas instituições envolvem a relação entre sujeitos.

Dessa forma, ao pensar na possível relação entre o *marketing* e o museu, ver-se-ia os visitantes valorizando e buscando compreender elementos histórico-científicos (contando também com uma experiência de educação não formal, na qual o lazer se concretiza); e os museus tentando conservar os acervos e zelando pela qualidade do atendimento aos usuários. (LACERDA e VEIGA, 2008, p. 60).

Lacerda e Veiga (2008) ressaltam que o *marketing* sempre esteve presente no setor privado, pois, além de se pensar em lucro, é neste setor que há condições para pagar os profissionais da área; já a maior parte dos museus está sob tutela pública e não apresentam condições financeiras para contratar profissionais da área de marketing. No entanto, em 1970 os museus norte-americanos e ingleses perceberam que a solução para atingir mais público era contar com o *marketing*, que foi então utilizado para: evitar a ociosidade das instituições, oportunizar ao visitante um encontro mais profundo com sua história e aumentar as experiências de lazer destes visitantes. (LACERDA e VEIGA, 2008).

Por fim, os autores defendem a necessidade de ampliação da visão de *marketing*, no sentido de

alcançar a satisfação dos indivíduos, de utilizar os meios de comunicações adequados para atingir a atenção e anseio de determinado público, de desenvolver melhorias estruturais em determinado ambiente e de aprimorar o desempenho dos serviços oferecidos. (LACERDA e VEIGA, 2008, p. 67).

Por outro lado, apesar da restrita publicidade do museu na televisão, em jornais e pela cidade, existe uma página oficial no Facebook. Para buscá-la é preciso digitar na rede social “Sítio do pica pau amarelo”. Até janeiro de 2019, quase 15.000 pessoas curtiram a página, 15.031 pessoas estão “seguindo” postagens sobre o Museu e a nota de avaliação do espaço, com base na opinião de 873 usuários, é de 4,3/5.

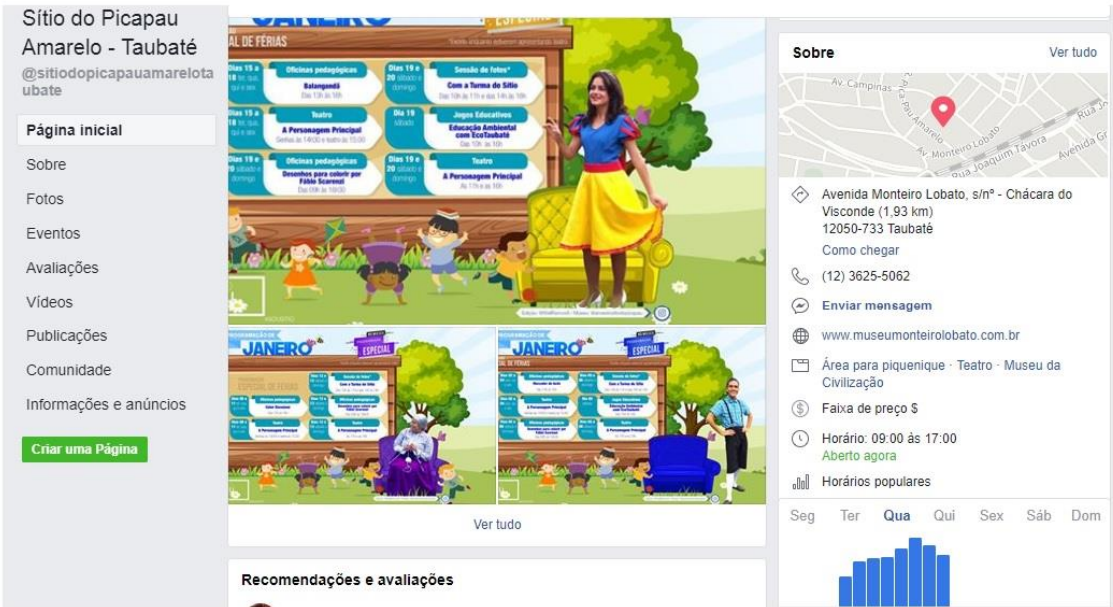
Figura 26: Página oficial do Facebook do MHFPML com números de usuários



Fonte: https://www.facebook.com/sitiodopicapauamarelotaubate/?ref=br_rs

Na página encontra-se informações institucionais como: endereço do museu com um mapa para chegar até ele, telefone, um *link* que leva ao site da prefeitura de Taubaté, onde se pode agendar visitas *online*, o que há no espaço (teatro, área para piquenique e museu) e horário de funcionamento.

Figura 27: Página oficial do Facebook do MHFPML com informações institucionais



Fonte: https://www.facebook.com/sitiodopicapauamarelotaubate/?ref=br_rs

As publicações no Facebook versam sobre programação de teatro e exposições, vídeos institucionais, bem como outros programas que podem ocorrer no museu. Há também um álbum de fotos das ações realizadas no Museu e espaço para os visitantes postarem suas próprias fotos utilizando as *hashtags* “#sousítio #museu #visitantes”.

Compreendo que o alcance das redes sociais é menor do que o alcance de uma televisão, por exemplo, no entanto, é possível dizer que o MHFPML está fazendo uma aposta certa ao alimentar a página do Facebook e permitir uma maior interação com os usuários.

A Jornalista da TV Cidade opina sobre a relação dos órgãos gestores com o Museu:

Só aparecem [os governantes] em dia de festa para sair na foto. Não vejo o legislativo se interessar pelo Museu Monteiro Lobato e tudo o que ele representa. O atual Secretário de Turismo e Cultura Márcio Carneiro voltou os seus olhos para o Sítio e sempre está em contato com a Tina Lopes para atender na medida do possível as necessidades básicas, mas infelizmente falta “perna” para o Secretário fazer mais. A Tina é uma verdadeira heroína pela causa do Sítio, muita coisa bacana aconteceu lá por esforço dela, através de contatos que ela tem com membros de órgãos culturais do Estado. Acho que os governantes veem o Sítio com potencial, mas não se empenham devidamente por ele. Sabemos das milhares de urgências da prefeitura, e nessa o Sítio vai ficando para trás. Recentemente o Secretário Márcio conseguiu instalar um parquinho de madeira no terreno, mas o Museu Pedagógico precisa de mais atenção, e isso realmente ligado a investimentos financeiros, coisa que a Secretaria não dispõe. (Jornalista da TV Cidade - Entrevista – 12/2017).

No final de 2017 foi discutido, na Câmara dos Vereadores da cidade, o orçamento para a Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC) para 2018: segundo indicado no projeto de Lei que define o orçamento para este período é de 11 milhões e 552 mil reais. Este valor representa 0,7% do orçamento total da Prefeitura (que é de R\$ 1.635.829.287,00, somando a administração direta [prefeitura] e indireta [Unitau e IPMT])⁹⁶.

O valor de 11.552.000,00 reais está 427.000,00 reais abaixo do que havia sido inicialmente proposto na Câmara. O montante proposto se destinaria a quatro programas voltados para a Difusão Cultural: Gestão das políticas de desenvolvimento; Memória e Cidadania; Desenvolvimento de Turismo e Museus.

⁹⁶Disponível em: <<http://sacizal.com.br/index.php/2017/10/23/orcamento-de-cultura-e-turismo-para-2018-sera-discutido-na-camara/>> Acesso: jun. 2018. Notas: IPMT: Instituto de Previdência do município de Taubaté; Unitau (Universidade de Taubaté); grifos dos autores da matéria.

Mesmo sendo baixo, o valor ainda corre o risco de ser remanejado para outras pastas, caso a Secretaria de Finanças julgue necessário. O Plano Municipal de Cultura prevê melhora no orçamento voltado à área cultural, o que inclui os museus da cidade, já que a partir dessa iniciativa foi possível criar o Sistema de Financiamento e Cultura. Porém, o Plano foi entregue em 2016, e o retorno, infelizmente, é moroso.

Na década de 1970 o Brasil (re)começa a se reestruturar como democracia e a cultura vai ganhando espaço diante do fracasso de se pensar o desenvolvimento do país pautado apenas em análise econômica (SILVA, 2012). O artigo 215 da Constituição Federal de 1988 ressalta a importância da cultura para os cidadãos: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988, p. 126).

Neste cenário, o desenvolvimento do Brasil começa então a ser considerado em integração com a cultura, que é inserida nos debates políticos com o objetivo de se pensar em um desenvolvimento integrado, necessário para um país que apresenta um território grande demarcado por profundas desigualdades econômicas e sociais. (SILVA, 2012). No entanto, segundo o autor, mesmo com a percepção da importância da cultura no desenvolvimento do país, muitos modelos continuam apenas visando o desenvolvimento econômico, reforçando, assim, o abismo entre a população pobre e rica.

Foi necessário que no século XXI a chamada sociedade do conhecimento reclamasse por um novo padrão desenvolvimentista e econômico, traçado na inovação, sustentabilidade, inclusão social e diversidade cultural.

Aqui, mais do que nunca, estreita-se a relação entre desenvolvimento e cultura, sendo esta considerada tanto em sua dimensão substantiva quanto material. Neste modelo de desenvolvimento baseado na criatividade, a dimensão simbólica da produção humana torna-se o elemento fundamental na definição econômica. (SILVA, 2012, p. 119).

Na década de 1990, em países desenvolvidos como Austrália e Reino Unido, surge a economia criativa, que integra atividades cujo principal insumo é a criatividade, habilidade e talento, produzindo propriedade intelectual. A economia criativa abrange desde artesanato até jogos eletrônicos.

Esta economia criativa desponta como um dos setores mais dinâmicos da economia global (...), abrangendo uma diversidade de atividades econômicas, culturais, sociais e tecnológicas, além de um grande volume

financeiro gerado pelo comércio de bens e serviços criativos. (SILVA, 2012, p. 116).

No Brasil, a morosidade em investir financeiramente na cultura pode estar relacionada ao fato de a economia criativa ainda não despontar no país. Mesmo que o poder público tenha começado a compreender que a cultura alimenta a economia, na prática, ainda não destina os recursos necessários a esse setor. Para tal, falta perceber que as manifestações culturais têm a capacidade de gerar emprego e renda, além de impulsionar a inserção social.

A economia criativa brasileira precisa transpor a dimensão do debate político e constituir-se em um campo efetivo de práticas. Dessa forma, mobilizando os recursos necessários, sejam eles humanos, simbólicos, financeiros, tecnológicos, este novo paradigma econômico cumprirá seu papel gerador de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. (SILVA, 2012, p. 119).

Uma das entrevistadas acredita que a propaganda do poder público para divulgar o Museu está melhorando, principalmente após a Feira Literária Infantil de Taubaté (FLIT): *Aqui em Taubaté já está melhorando, antes não tinha tanto. Mas teve a FLIT... que também incentivou... o pessoal daqui [do Sítio] estava lá... e isso instiga as crianças. Vê os personagens e já lembra de tudo* (Juliana - Entrevista – 09/2017). Contudo, como é possível verificar em depoimentos apresentados ao longo desta investigação, ainda falta um longo caminho a percorrer.

Em maio de 2018 foi lançado o Plano Diretor de Turismo do Município de Taubaté que tem como proposta:

maior valorização e divulgação de nosso turismo e cultura, a preservação do patrimônio histórico, promovendo oportunidades de negócios voltados para o turismo, respeitando-se, ainda, os valores e símbolos dos bens materiais e imateriais existentes em nossa cidade. (TAUBATÉ, 2018, p. 3).

Esse plano, assim como o Sistema Municipal de Cultura, configura-se como instrumento importante para fomentar o diálogo entre a comunidade e os atrativos culturais da cidade, como os museus, por exemplo. Há quatro vertentes de turismo que o Plano contempla: religioso, cultural, rural e negócios, demonstrando o potencial da cidade. O turismo cultural é definido da seguinte maneira:

É uma atividade econômica que está relacionada a eventos e viagens organizadas e direcionadas para o conhecimento

e lazer com elementos culturais, tais como: monumentos, complexos arquitetônicos ou símbolos de natureza histórica, além de eventos artísticos-culturais / culturais / religiosos, educativos, informativos ou de natureza acadêmica. Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (TAUBATÉ, 2018, p 11).

Ao definir o turismo cultural como atividade econômica, a força que a cultura vem adquirindo na economia é ressaltada, o que de certa forma pode ser fator impulsionador para que, de fato, se olhe para a cultura no sentido de perceber sua força, fraquezas, ameaças e oportunidades. Ações bem-sucedidas no campo cultural contribuem para a engrenagem econômica, assim como a economia pode continuar a caminhar no sentido de permitir esse olhar para a cultura.

Segundo Reis (2008), os estudiosos sobre a economia criativa discutem o terreno que este tipo de economia se impulsionou e se encontra, sendo ele: falência de modelos econômicos tradicionais, globalização, novas mídias, entre outros. Analisar o terreno é não só compreender que a criatividade é matéria-prima, mas também que ela surge como recurso básico deste “novo” tipo de economia. A autora ainda destaca que tanto as novas tecnologias de comunicação quanto a valorização econômica da cultura intangível são impactantes para a economia criativa.

As novas tecnologias são responsáveis por estimular a alfabetização tecnológica do usuário, criar novos modelos de negócio e viabilizar a elaboração, oferta e acesso aos serviços criativos e bens. Já quando se valoriza economicamente a cultura imaterial, arranjos produtivos locais são movimentados e outros setores econômicos são inspirados (REIS, 2008). Para a autora:

É economicamente evidente que a singularidade da cultura de um povo confere valor agregado aos seus produtos criativos (música, audiovisual, moda, design, games, literatura) e proporciona uma vantagem competitiva inimitável. Não há como copiar o substrato cultural que caracteriza determinadas produções e manifestações e lhes confere traços únicos. Em termos econômicos, [há] [o] óbvio impacto econômico setorial usualmente mencionado (o faturamento da indústria do software, o número de empregos gerados pelo cinema etc.). (REIS, 2008, p. 134).

Reis (2008) aponta diversos caminhos de como a economia pode perceber a cultura e se aproveitar dela financeiramente ao mesmo tempo que a

impulsiona, gerando um ciclo que pode funcionar para ambas, pois se a economia de fato investir no campo cultural, este tende a retribuir, promovendo ações bem-sucedidas e fazendo com que a engrenagem econômica não pare.

Dentre os objetivos propostos pelo Plano Diretor, destaco os seguintes: mostrar a importância do histórico cultural do município; identificar necessidade de melhorias nos principais atrativos da cidade; promover Taubaté como município de interesse turístico; e valorizar as raízes e tradições. É interessante notar que, apesar do turismo ser, de modo geral, atividade econômica, constata-se, pelos objetivos, a intenção da “economia” não suplantará a “história”, mas sim que se configurem como parceiras, em uma contribuição mútua. Ou seja, com relação à cidade de Taubaté, há a intenção do aumento da receita, mas também há a intenção de melhorar as condições de preservação da história do município.

Antes da concretização do Plano de Turismo, a cidade apresentava o seguinte fluxo turístico mensal, estimadas apenas através do livro de registros e listas de presença: MHFPML (9.500 visitas); Igreja Santa Terezinha (8.000); Parque do Itaim (4.200); Museu Mazzaropi (1.200); Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico (310); Museu de História Natural (300); Casa do Figureiro (150); Museu da Imigração Italiana de Quiririm (250) e Pedra Branca (170), totalizando 24.080 turistas por mês, sejam moradores de Taubaté ou apenas visitantes (TAUBATÉ, 2018). A existência do Plano tende a aumentar a propaganda por parte do poder público na divulgação de museus e outros pontos turísticos da cidade, incrementando o número de visitantes, tanto do próprio município, quanto de fora.

É possível perceber um esforço de gestores de Taubaté em construir e incentivar o diálogo da comunidade com a história da cidade. Em relação ao diálogo estabelecido entre museu e comunidade, pode-se dizer que este aspecto ganhou força a partir da década de 1960, com o início do movimento da Nova Museologia, definido, conforme já destacado anteriormente, como “um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos são ainda centrais para uma efetiva renovação de todos os museus do século XX” (DUARTE, 2013, p. 1), que abrange todas as formas de museologia ativa, como a museologia comunitária e a ecomuseologia.

O diretor do Departamento de Turismo destaca experiências que alguns museus de Taubaté vêm realizando no sentido de renovar suas atividades em busca do diálogo com a população:

Além do Sítio do Pica Pau Amarelo, o município tem, entre os museus que são de coordenação do poder público: Museu da Imigração Italiana, Museu da Agricultura, Museu

Histórico, Pinacoteca Municipal e Museu da Imagem e do Som. Uma experiência que já havia ocorrido anteriormente e esporadicamente veio como uma aposta da Secretaria de Turismo e Cultura para este ano e tem sido um grande sucesso: a realização de eventos culturais nas dependências dos museus tem atraído a população de forma nunca antes vista. Apresentações musicais, de dança, saraus, rodas de debates e oficinas atraem as pessoas a visitar os locais que, anteriormente, pareciam distantes de sua convivência (Diretor do Departamento de Turismo - Entrevista – 12/2017).

Faria (1995) entende que os museus locais são espaços de reflexão das comunidades locais os quais estão inseridos e percebe que hoje há:

museus centrados nas comunidades mais do que em coleções de objectos; explosão de pequenos museus locais; crescente preocupação quanto às necessidades e representação das minorias; maior abertura em termos científicos, propondo-se diferentes leituras e criando espaços de debates; crescente utilização de tecnologias multi-media com a finalidade de captar a atenção do visitante e melhorar a comunicação" (idem, 1995, p. 180/181).

Com o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada, foi possível constatar que a relação do MHFP Monteiro Lobato com a cidade de Taubaté foi estreitada a partir de sua municipalização. Este processo se deu em vários museus de diferentes cidades do Estado de São Paulo, sob a justificativa de restituir os bens para a comunidade local, permitindo, assim, que tivesse o poder de decisão sobre seus usos e cuidados (ÁVILA, 2014).

Os museus escolhidos para o processo de municipalização foram aqueles que, ao contar a história local, se afastavam do perfil estadual e refletiam a identidade das comunidades locais, logo, e, portanto, não faria sentido o Estado continuar gerindo esses espaços. Para Ávila (2014), a municipalização se tornou necessária para fomentar a representatividade das instituições museológicas perante as comunidades das quais estavam inseridas.

5.4.

O museu e seu (s) discurso (s) (e os sujeitos sociais): outras relações produzidas

Discurso é a comunicação dentro de um determinado contexto e diz respeito ao emissor - quem fala -, ao receptor - a quem se destina a fala - e a mensagem - o que se fala. O emissor pode ser um grupo, uma pessoa, uma empresa, uma instituição, entre outros. Tanto os museus, quanto as cidades apresentam discursos, ora em sintonia, ora em desacordo.

Ambas as instituições, museus e cidades, eram voltadas apenas para uma parcela da população e, sendo esta erudita, não havia necessidade de múltiplos discursos; porém, quando os espaços se alargaram, tendo o museu sido aberto ao público em geral no século XVIII, e a cidade, sendo povoada cada vez mais por diferentes classes econômicas e sociais, fez-se necessário produzir outros discursos, de modo que não sobressaísse um discurso hegemônico pensando o museu como fomentador de inovação, cidadania ativa e crescimento pessoal, além de assumir a vocação da instituição como serviço público. (SEMEDO, 2005).

Vale ressaltar que tanto nos museus quanto nas cidades os sujeitos são produções dos discursos de ambos os espaços, ou seja, apesar de poderem construir seus próprios textos de acordo com suas referências particulares, ainda se encontram dentro dos limites impostos pelas instituições museológicas e urbes, sendo estes limites formatados pelo tempo e formação discursiva do mesmo. (PADRÓ, 2005). No entanto, mesmo com a existência de limites é importante e imprescindível pensar na desconstrução de discursos hegemônicos para que outros discursos também possam ser contemplados nos museus e nas cidades.

A construção do que pode e deve ser dito tanto pela instituição museológica, quanto pela urbe, é importante para se pensar que lugar de fala o museu pode ocupar nesta cidade e o quanto a cidade quer, de fato, se abrir a este museu. Em termos históricos, os museus eram voltados a si mesmos, depois passaram a enxergar seu público, e hoje tendem a pensar em novos públicos. Já a cidade tem a possibilidade de se olhar como espaço educativo, contribuindo para a formação da cidadania de seus habitantes.

Ainda hoje, no século XXI, há um debate intenso entre os museus tradicionais e os museus contemporâneos, onde os primeiros não são vistos como espaços capazes de elaborar discursos voltados a distintos sujeitos, já as instituições contemporâneas seriam sinônimos de *palco para a democracia*. No entanto, por vezes, não se leva em conta que ambas as instituições museológicas são compostas por homens, que trazem seus próprios discursos

de vida, ou seja, tanto um museu tradicional, quanto um museu contemporâneo, podem se configurar como espaço democrático ou espaço de repetição de discurso hegemônico.

O museu é doravante interpelado pelas práticas: dos profissionais que criam e são criados pelos museus; pelos públicos e pela sua recepção, tendencialmente reinterpretativa e transformadora, em particular quando seu sistema de referências não se deixa passivamente moldar por qualquer forma preexistente; do crescente cruzamento entre arte, cultura, economia e vida quotidiana; das flutuantes fronteiras do estético e da própria oscilação entre uma estética profana, sensorial, comunicativa e uma outra, restrita, intelectual, codificada por especialistas; pelo próprio estatuto de artistas, cada vez mais contaminados pelas convenções e regras que regem os mundos da arte, mas também por figuras híbridas como o curador, o programador ou diretor artístico, que recuperam alguns dos traços encantatórios da aura autoral; (...), das práticas sociais que advêm da crescente introdução de novas tecnologias da comunicação e que tornam possível o museu como espaço virtual e hipertexto; pelas inserções urbanísticas e pelas imagens de cidade a que se associa ou que a partir dele são criadas” (LOPES, 2005, p. 198).

Como já mencionado ao longo deste estudo, a partir de 1972 os museus começam a perceber a importância dos discursos que produzem e, ao invés de focar nos objetos, começam a pensar nas relações pessoais – museu e visitante, o que não significa desvalorizar o objeto, mas sim ressignificá-lo de modo que faça parte de um contexto. Brito (2005) compreende que o museu também precisa contemplar o patrimônio imaterial, pois é no seu âmbito que se deve elaborar os problemas, realizar experimentações, exercer críticas e alterar a pluralidade de tensões que o coloca como espaço de interrogação. Por outro lado, o museu precisa também compreender que é parte dos problemas que desenvolve, ou seja, o museu é ele mesmo um espaço de resolução de conflitos, mas também de causador dos mesmos.

Esse novo pensar sobre o discurso é importante para entender que o museu carece considerar a multiplicidade de culturas, garantir a participação da sociedade e compreender seu papel de mediador entre acervo e visitantes, profissionais e públicos e culturas dominantes e não dominantes (LOPES, 2005), bem como se aproximar do espaço em que está instalado e se tornar local de debate, assim como a cidade também pode e deve ser. Além disso, ambos os espaços – cidade e museu – necessitam se consagrar como promotores de uma cidadania ativa e de uma possibilidade de desenvolvimento pessoal.

Compreendo que a questão dos discursos não precisa mais se configurar no debate que envolve o museu tradicional e o museu contemporâneo: talvez

seja necessário refletir sobre a fragmentação dos discursos museais em decorrência da fragmentação dos museus em tipologias. Por que um museu de Arte, um museu de Ciência e um museu de História? A arte não tem história e não tem ciência? A ciência não tem arte e não tem história? E a história não tem ciência e arte? E quando se pensa em um museu de cidade, por que geralmente ele está relacionado a acervo histórico?

Os museus de arte exibem, na maioria das vezes, um público cultivado, ou seja, de elite, devido ao caráter aurático de seu acervo, já os museus de ciências geralmente se mostram mais preparados a receber uma diversidade maior de público. Por que então não se pensar em um museu que abarque distintos acervos – material ou não – e passe a realizar um discurso global que englobe culturas e cidades e aproxime pessoas de diferentes contextos econômicos e sociais? Por que não se pensar nestes “novos museus”, como sendo, de fato, os museus de cidade, integrados à urbe e que sejam por ela reconhecidas?

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) vem repensando a definição de museus, discutindo a história oficial contada nas instituições culturais, a falta das chamadas *memórias tabus*, a possibilidade de abarcar outros patrimônios, outras histórias e a representação das culturas *mainstrings* em detrimento de outras⁹⁷. Repensar o que é o museu configura-se em uma reflexão sobre a imagem que:

formulam sobre si próprios e do seu lugar na sociedade, mas também de reflexão sobre a imagem que os museus desejam ou desejariam produzir de si mesmos, e finalmente da reflexão sobre a imagem que os museus conseguem projectar junto dos públicos e dos poderes públicos (OLEIRO, 2005, p. 11)

Oleiro (2005) se refere à reflexão necessária nos espaços museais, aplicáveis às cidades, que cada vez mais recebem distintos grupos sociais e econômicos. Esta autorreflexão permitiria elucidar qual é o lugar que as cidades querem ocupar na vida de seus habitantes – um lugar de passagem ou um lugar na identidade? Seria possível também ponderar sobre o currículo oculto que existe na urbe e nos museus e acabam por direcionar as ações, repercutindo nos discursos de ambos os espaços. Quem elabora esses discursos? É

⁹⁷É provável que a nova definição de museus pelo ICOM se torne pública no ano de 2019. Os itens apontados neste trabalho foram apresentados na palestra do conferencista Ricardo Rubiales no “Seminário Internacional Museu e Educação – 60 anos da Declaração do Rio de Janeiro”, realizado no ano de 2018 no Museu Histórico Nacional/RJ (MHN).

importante entender que mesmo que as expressões se manifestem em campos de tensões não é interessante ignorá-las, pois espaços democráticos se constituem nas inquietudes.

Na discussão dicotômica entre museu tradicional e museu contemporâneo, o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato pode ser pensado como um museu tradicional se entendermos o museu contemporâneo como aquele interativo e tecnológico. Em relação à tipologia, pode ser visto como museu histórico, folclórico, pedagógico, de literatura e infância, como já afirmado aqui. O fato de se pensar no MHFPML como museu tradicional não impede que o mesmo apresente múltiplos discursos e esteja totalmente inserido na cidade de Taubaté. Ou seja, um dos museus mais visitados da região do Vale do Paraíba é um museu tradicional. Isso quer dizer que os museus ditos tradicionais ainda têm força e que, atrair visitantes não está necessariamente ligado à disponibilidade de aparatos tecnológicos, mas sim em conseguir produzir uma conexão com os visitantes, tanto do ponto de vista expográfico quanto sentimental.

Na história dos museus, os museus tradicionais são associados a espaços contemplativos, de lazer, mudos e que provocam certo imobilismo (Semedo, 2005). A oposição de “contemplação” seria “educativo”, de “lazer” seria “educação/ aprendizagem”, de “mudo” seria “comunicativo” e de “imobilismo” seria “dinamismo”. O Sítio do Pica Pau Amarelo tem uma enorme área verde composta por brinquedos para crianças, ou seja, um espaço que estimula o lazer, sua exposição é contemplativa, com um acervo material “mudo” que ao mesmo tempo fala, o que é possível perceber no depoimento de uma das entrevistadas: *o sítio é um mundo paralelo, lá você vive coisas que não são possíveis no mundo real, descobre coisas dentro de você que jamais descobriria estando aqui* (Juliana - Entrevista – set/2017).

Compreendo que muitas pessoas vão ao espaço com o intuito de levar os filhos para brincar e/ou assistir ao teatro. Nem todos, *a priori*, entram no espaço museal propriamente dito – a área expositiva –, no entanto, só o fato de saírem de suas casas – ressaltando que há visitantes de outras cidades do Vale do Paraíba e diferentes Estados – e irem até um espaço de referência cultural para o município de Taubaté, possibilita uma conexão entre o cidadão, a cidade e o museu.

O alargamento do conceito de museu, incorporando actividades lúdico-culturais que transcendem, em larga medida, as tradicionais funções de conservação, educação e exposição, o que no caso dos museus e centros de arte contemporânea, com uma vocação preferencialmente

urbana, significa uma articulação mais evidente com a cidade. (BARRANHA, 2005, p. 183).

Não acredito que o Museu em si também considere como algo negativo o fato de a população buscar suas dependências para brincar no parque, pois, independentemente da finalidade, o espaço museal é preenchido e museu cheio é museu vivo e comunicativo. Além disso, mesmo que a atividade fim não seja visitar a exposição, muitos acabam tendo contato com ela por estarem no mesmo espaço. Se o objetivo inicial de ir ao MHFPML é o lazer, é possível interpretá-lo como sinônimo de “aprendizagem”. O museu pode ser lazer e também pode ser contemplação, sem qualquer um dos significados ir de encontro à educação que hoje é tão valorizada nas instituições museológicas.

O que é relevante analisar é o discurso que o Sítio do Pica Pau apresenta e para quem este discurso é direcionado. É possível compreendê-lo como protagonista do município e centro de convívio e cultura para todas as idades. Também é um local de reunião da memória de Monteiro Lobato, mas não único, pois esta mesma memória está presente em toda a cidade. Nas entrevistas realizadas com os visitantes do Museu e governantes/ pessoas envolvidas com a cultura da cidade de Taubaté, foi possível constatar uma convergência acerca do entendimento sobre o museu: todos percebem sua importância tanto para homenagear Lobato, quanto para a urbe, porém a população acredita que o poder público deveria dar mais importância ao Sítio.

Wagensberg (2005), ao criticar a forma de expor dos centros de ciência, pensou no conceito de “museu total”, onde haveria três tipos de interação: *hearts on* (interação cultural), *minds on* (interação mental) e *hands on* (interação manual), conceitos estes aplicáveis a outros tipos de museus. Para o autor os objetos deveriam contar história, dialogar entre si e com o visitante e este, “[deveria] sair [do museu] com mais perguntas do que tinha quando entrou. Desta maneira, o museu terá alcançado o objetivo de atuar como uma ferramenta para a mudança individual e social.” (WAGENSBERG, 2005, p. 311). A partir das considerações do autor, é viável fazer uma comparação com os discursos: um discurso não tem que necessariamente responder a todos os questionamentos do visitante, mas sim instigá-lo, pois a principal função educacional do museu é ensinar a fazer perguntas, inclusive sobre a própria instituição. E a interação do museu não precisa ser necessariamente manual, quando o visitante se sente pertencente ao espaço museal, a interação já está ocorrendo, pois assim ele terá capacidade de questionar.

Outro debate no âmbito dos museus é a relação com o turismo, tendo em vista que muitas vezes é conduzido por atividades econômicas, tratando a

cultura como *marketing*. No entanto, em uma cidade de médio porte como Taubaté, cujo apelo em termos de visitação é menor do que o Rio de Janeiro, cidade mundialmente conhecida, considero que a cultura e o turismo podem caminhar juntos. O gestor de turismo da cidade afirma:

O Sítio, por si só, é um atrativo em potencial. É ele o local de maior visitação turística em todo o município e os números só aumentam a cada ano. O local tem ações anuais que são consagradas e, a princípio, nossa aposta tem sido: manter e melhorar, sempre que possível, a qualidade das atividades exercidas no local; buscar parcerias para a adequação física, uma vez que o lugar já contou com inúmeras melhorias, porém, ainda pode se tornar muito mais acessível em vários pontos. (Diretor do Departamento de Turismo - Entrevista – 12/2017).

Ou seja, a Secretaria de Turismo e de Cultura podem realizar trabalhos profícuos em prol do Museu e da cidade, pensando na imagem do Sítio e transformando-o em uma marca – nacional e internacional. Nesse trabalho conjunto, a tendência seria a promoção de maiores investimentos para Taubaté e para o MHFPML. A Feira de Literatura Infantil de Taubaté (FLIT), realizada em setembro de 2018, é um exemplo positivo da relação das duas Secretarias citadas, com a execução de diversas atividades, como teatro, shows, oficinas, palestras e *stands* de livros. O evento atraiu moradores da cidade e turistas, bem como recebeu o público espontâneo e escolar.

A segunda edição da Feira de Literatura Infantil (FLIT) de Taubaté terminou (...) com um saldo de recorde de público. Mais de 39 mil pessoas circularam pela Avenida do Povo durante os sete dias de evento. Isto representa um crescimento de 116,6% de movimentação de público em relação ao ano passado. (...). Para a comissão organizadora, a FLIT 2018 consolidou a cidade de Taubaté como detentora do título de Capital Nacional da Literatura Infantil. No aspecto pedagógico, entre os objetivos atingidos com a FLIT estão o desenvolvimento cultural de alunos da rede pública de ensino e a formação de professores para a multiplicação de conteúdos⁹⁸.

Pensar o novo museu é pensar na construção de identidades, independente da tipologia e acervo. Quando o museu se apresenta mais aberto e integrado à comunidade, o que pode ser feito em parceria com o turismo, acaba por se inserir ainda mais na cidade, o que culmina em reflexões identitárias. Fortuna (2013) afirma que:

⁹⁸Disponível em <<https://www.portalr3.com.br/2018/09/flit-2018-bate-recorde-de-publico-em-taubate/>> Acesso: out/2018.

A identidade dos museus, como a identidade dos sujeitos, faz-se aqui e agora, no presente e na experiência. O museu é um mundo fantástico de sensações, como o é o patrimônio, a cidade e a cultura. Nele entra-se hoje para *tocar* as coisas, *ver* os objectos, *ouvir* os sons, *cheirar* as atmosferas, enfim, *construir* e *dar sentido à realidade*, através da própria experiência sensorial e cognitiva. (idem, p. 43).

Conclusão: qual será o futuro de Taubaté?

A pesquisa aqui apresentada teve como questão principal discutir a relação entre cidade e museu com recorte no Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato e a cidade de Taubaté. Conforme relatado, esta questão partiu do seguinte problema de pesquisa: Sendo uma cidade do interior, como se daria a inserção de um museu no território local? Muitas pesquisas culturais/ educacionais são realizadas em cidades grandes e capitais, deixando de considerar a vida cultural ativa e pessoas culturalmente interessadas e interessantes no interior do Brasil. Porém, manifestações artísticas no interior do país mobilizam tanto a população da própria cidade quanto de outras localidades.

A partir das reflexões que foram surgindo em torno do problema acima colocado, como, por exemplo, se a população da cidade sabe da existência do Sítio e se frequenta o museu, entre outras, e dos dados obtidos ao longo do desenvolvimento da investigação, apresento algumas considerações que ainda podem ser elencadas com relação à temática e ao estudo.

Ao investigar, por meio de entrevistas realizadas com visitantes espontâneos do Museu, com servidores públicos e pessoas ligadas à cultura de Taubaté, se o museu dialoga com a cidade, acredito ser possível compreender que a parceria entre a Cultura e o Turismo se configura, de fato, como aspecto fundamental. Não cabe mais pensar no turismo como *subproduto* cultural, pois, mesmo que seu primeiro objetivo seja financeiro, a renda gerada pode ser investida no equipamento cultural, oportunizando, assim, melhorias para o museu que pode vir a funcionar como um estímulo para a vida cultural da cidade e para requalificar certas áreas urbanas (BARRANHA, 2005). Além disso, o Sítio do Pica Pau Amarelo é visto como patrimônio da cidade, não no sentido *stricto sensu* de museu, mas no sentido de um “local mágico” para rememorar a infância, como muitos entrevistados afirmaram.

Do mesmo modo como a discussão sobre educação formal e não formal está sendo suplantada, pensar sobre a disputa de museu tradicional e museu *contemporâneo* também deve ser superada, o que cabe é pensar se os objetivos das instituições museológicas estão cada vez mais voltados para o cidadão e a

cidade, e nesta questão entra o turismo, que pode impulsionar esta conexão e tornar o museu, de fato, museu de (a) cidade. Para Lopes (2005):

O Museu não mais escapa, pois, à sua inserção num sistema que tenta pensar as relações e os <filtros> que existe entre cultura, arte e sociedade, rejeitando esquemas simplistas que postulam homologias mecânicas e introduzindo a discussão ideológica no cerne do problema. (idem, 2005, p. 198).

Taubaté se mostrou uma cidade versátil, que abriga inúmeras indústrias, mas também se destaca no cenário cultural, conforme também foi possível perceber nas entrevistas, principalmente com o Secretário de Cultura da cidade. Cada vez mais as ações culturais que ocorrem na cidade conquistam maior número de pessoas, que dão *feedback* positivo para os eventos, seja na área da literatura, artesanato, música, entre outros. A urbe tem potencial para que a cultura e sua relação com a cidade façam parte de discursos políticos no sentido de se pensar sua importância.

Um outro grande evento realizado no município foi a 3ª edição da Virada Cultural Paulista – 10 e 11 de novembro de 2018 -, que teve gratuitamente em sua programação dança, música e teatro em diversos espaços – ruas, avenidas e parques. O evento envolveu atrações da região e outras conhecidas por todo o país, como o Titãs, banda escolhida para encerrar a Virada Cultural em 2018. Este tipo de programa é turístico e ao mesmo tempo cultural, sinalizando que o turismo pode impulsionar a cultura local celebrando os artistas *prata da casa*. A música, inclusive, faz parte do patrimônio de Taubaté, juntamente com a memória de Lobato, entre outros, como é possível observar no artigo 168 da Lei orgânica do Município de Taubaté (1990)⁹⁹:

Constituem patrimônio cultural do Município de Taubaté, entre outros, que deverá ser incentivado: I - as atividades dos figureiros, do folclore e da música sertaneja; II - as festividades populares; III - a preservação da memória de Monteiro Lobato; IV - a preservação da memória de Mazzaropi; V - a Escola Municipal de Música, Artes Plásticas e Cênicas "Maestro Fêgo Camargo"; VI - o acervo arquitetônico tombado por órgãos Federal, Estadual e Municipal; VII - o acervo histórico, arqueológico, artístico, documental e paisagístico do Município; VIII - a Orquestra Sinfônica da Universidade de Taubaté; IX - a Feira da "Breganha"; X - a Banda de Música Santa Cecília; XI - a

⁹⁹Disponível em:

<http://www.camarataubate.sp.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Organica_do_Municipio_de_Taubate_1_1990?cdLocal=5&arquivo=%7B4B3E30EC-25E2-CB0A-37CC-D7EED7DD84BD%7D.pdf>

Acesso: nov.2018

feita de Imigração Italiana, realizada no Distrito de Quiririm; XII - a festa da imigração japonesa; (...) XIII - a Academia Taubateana de Letras; (...) XIV - a Festa do Nordeste; (...) XV - Dia do Garçom. (...) XVI - os murais artísticos pintados pelo Mestre Justino existentes nos prédios e/ou próprios públicos do município. (...) XVII - o Balé da Cidade de Taubaté, criado através do Decreto nº 11.102, de 13 de novembro de 2006. (...) XVIII - a Fanfarra Municipal de Taubaté (FAMUTA). (...). (idem, p. 72).

Música sertaneja, festividades populares, Escola Municipal de Música, Artes plásticas e cênicas Maestro Fêgo Camargo, Orquestra Sinfônica da Universidade de Taubaté, Banda de Música Santa Cecília, festa da imigração italiana de Quiririm, Balé da Cidade e a Fanfarra Municipal de Taubaté – FAMUTA são patrimônios relacionados à música. Esta variação culminou para que a cidade concorra, em 2019, ao título de Cidade Criativa, concedido pela Unesco, através da temática “música”.

Em 2004 a Unesco criou a rede de cidades criativas para “promover a cooperação com e entre as cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável.”¹⁰⁰. Cento e oitenta cidades fazem parte da rede e trabalham juntas por um objetivo único: “colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro de seus planos de desenvolvimento em nível local e cooperar ativamente em nível internacional.”¹⁰¹. Ainda que nem todas as cidades que fazem parte da rede de cidades criativas se configurem como cidades educadoras, é possível refletir sobre o trecho abaixo da Carta das Cidades Educadoras, aplicando-o a todas as urbes que prezam seu patrimônio, seja material ou imaterial:

A diversidade é inerente às cidades actuais e prevê-se que aumentará ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando os contributos das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural. (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004, p. 3).

As cidades criativas são divididas em categorias: artesanato, gastronomia, cinema, música, *design*, literatura e *media arts* - combinação entre arte e tecnologia -. As cidades brasileiras que fazem parte são: Paraty (gastronomia), Salvador (música), Brasília (design), Florianópolis (gastronomia),

¹⁰⁰Tradução da autora. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creative-cities/content/about-us>> Acesso: nov.2018.

¹⁰¹ Idem.

João Pessoa (artesanato), Belém (gastronomia), Santos (cinema) e Curitiba (design).

O próximo encontro anual da Rede de Cidades Criativas será em Santos/SP, em 2020. Além de Taubaté, outras 13 cidades podem receber o título de cidade criativa: Duque de Caxias (RJ) - artes midiáticas; Cataguases (MG), Niterói (RJ) e Novo Hamburgo (RS) – cinema; Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP) - gastronomia; Itaboraí (RJ), Imbituba (SC) e Santana de Parnaíba (SP) - artesanato e artes folclóricas e Diamantina (MG), Campinas (SP), Rio das Ostras (RJ), Pelotas (RS), Aracajú (SE), também em música.

Apesar do Título de Capital da literatura infantil e do apelo de Monteiro Lobato, a justificativa da escolha da temática musical, segundo a Secretaria de Turismo e Cultura foi: “[em Taubaté] há uma cadeia produtiva musical mais elaborada, com a Escola Fêgo Camargo, Famuta (Fanfarra Municipal de Taubaté), Banda Sinfônica e os diversos projetos musicais espalhados pelas escolas e no Centro Cultural”¹⁰². Esta candidatura obteve apoio de Paulo Abrão Esper, tenor de Jacareí e diretor da Companhia Ópera São Paulo, e João Carlos Martins, nome principal no cenário da música erudita do Brasil e regente da Orquestra Bachiana Filarmônica do Sesi-SP.

Deve-se pensar que a memória de Monteiro Lobato foi renegada ou pensar que a cidade de Taubaté é tão plural que é capaz de se destacar não só na literatura, mas igualmente na música? Será que essa candidatura responde, em parte, qual é o futuro de Taubaté? Futuro este que começou a ser concretizado em 2011 com o Título de Capital Nacional da Literatura infantil, que entre outras ações fez com que o então prefeito em 2015 definisse o município com o termo “criaticidade”, já mencionado neste trabalho, culminando com a candidatura de Taubaté para o título de Cidade Criativa.

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social. (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004, p. 6).

Se analisarmos, mesmo que informalmente, a cidade já obteve o “título” de *cidade educacional por excelência* devido à existência de um pioneirismo da economia, cultura, mídia, arte e educação e também de *cidade universitária*, ou

¹⁰²Disponível em: <<https://gazetadetaubate.com.br/taubate-busca-titulo-de-cidade-criativa/>> Acesso: nov.2018.

seja, há a relevância da educação e da cultura, pelo menos no que tange à teoria. No entanto, apesar de, através das entrevistas com os gestores, ser possível notar o empenho de cada um para que Taubaté, mesmo não se candidatando a ser uma cidade educadora, de fato apresente características de uma cidade educadora, analisando as entrevistas com os visitantes espontâneos o sentimento é de que ainda falta percorrer um bom caminho e que as ações do Governo ainda estão mais na teoria do que na prática.

Através das entrevistas também é percebido a melhora da cidade de uma maneira em geral: educação, saúde, segurança etc., mas no que tange ao Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato certas ações ficam aquém do proposto, talvez pelo fato de o Governo acreditar que esforços extras para melhorar o museu, tanto no sentido físico quanto nas programações propostas, não sejam necessários por acreditarem que Monteiro Lobato já está impregnado no imaginário da população de Taubaté.

Refletindo ainda a partir das entrevistas e sobre os próximos “títulos” para o município, a Carta das Cidades Educadoras (2004) afirma que é necessária a concordância entre as novas necessidades de uma cidade e a manutenção de símbolos que fazem referência ao passado dessa urbe, sendo estes elementos essenciais para o crescimento e a transformação dessa cidade.

Manter os símbolos de referência de uma determinada urbe exige esforços, o que pode ser traduzido em um trabalho intenso junto à população, seja por meios virtuais e/ou presenciais, de modo que fique claro não só a importância dos equipamentos culturais do município, mas que possa igualmente estimular o sentimento de pertença por parte dessa população. A proposta é que esse cidadão não seja “apenas” visitante, mas sim agente patrimonial, ou seja, alguém que cobre melhorias e que também ajude a cuidar, valorizar e usufruir, respeitando as distintas culturas que se encontram dentro de uma urbe, posto que cada cultura tem muito a ensinar uma para a outra. Em relação à cidade em si, também entendo que com a realização de ações mais enfáticas de usufruto do espaço público, esta mesma população poderá adquirir uma melhor noção de como habitar essa urbe, tornando-a um espaço harmônico que saiba ouvir as necessidades de seus cidadãos.

A dimensão comunitária da cidade é essencial na perspectiva educadora: não podemos nunca entender os cidadãos como indivíduos separados, apenas numa fria justaposição, mas sim como pessoas em activa cooperação e convivência. A mera justaposição não produz cidade, constrói apenas um armazém. (POZO, 2013, p. 29).

Espero, por fim, que esta tese de doutorado possa contribuir para que os governantes pensem suas urbes como espaços educativos e fortaleçam a relação entre os museus e as cidades, pois pode-se afirmar que ambos são importantes para a formação da cidadania e, por outro lado, cidadãos mais conscientes colaboram para que a cidade seja um melhor local para se viver.

Referências bibliográficas

ALVES, José Augusto dos Santos. **O museu como esfera de comunicação**. Seminario de Investigación en Museología de los Países de Lengua Portuguesa y Española, II, 2010. Buenos Aires, Comité Internacional del ICOM para la Museología – ICOFOM, 2011, pag. 274-283

AQUINO, Julio Grupo. VIEIRA, Elisa. Sobre a pedagogização da experiência urbana: o projeto da cidade educadora. **Educação Unisinos** 19(3):313-324, setembro/dezembro 2015, Unisinos.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. 2010. **Revista brasileira de política e administração da educação (RBPAE)**, v. 27, n. 1, p. 83-94, jul.2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>> Acesso: setembro 2017.

ÁVILA, Ana Carolina Xavier. **Museus históricos e pedagógicos no século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas** / Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – Universidade de São Paulo, 2014.-- São Paulo, 2014.

BARRANHA, HELENA. Arquitetura de museus e iconografia urbana: concretizar um programa/construir uma imagem. In: SEMEDO, Alice; LOPES, T. (orgs). **Museus discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2005. p.181-196.

BAUMAN, Zygmunt. Espaço Público. In: **Educação e vida urbana. 20 anos de Cidades Educadoras**. 2013.

BERNET, Jaume Trilla. A educación non formal e a cidade educadora. Dúas perspectivas (unha analítica e outra globalizadora) do universo da educación. **Revista Galega do Ensino** -ISSN: 1133-911X - Especial: A educación no século XX - Núm. 24 - Setembro 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: junho 2018.

BRASIL. LDB (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: dezembro 2017.

BRITO, Joaquim Pais de. O museu entre o que guarda e o que mostra. In: SEMEDO, Alice; LOPES, T. (orgs). **Museus discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2005. p.149-162.

CABEZUDO, Alice. **A cidade que educa**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u829.shtml>> Acesso em: agosto 2017.

CANCLINI, Néstor Garcia. Comunicações, conhecimento e cidade: um debate intercultural. In: **Educação e vida urbana. 20 anos de Cidades Educadoras**. 2013.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. 2004. Gênova. Disponível em: <<http://comunidadesdeaprendizagem.org.br/Cartadascidadeseducadoras.pdf>> Acesso em: agosto 2017.

CARVALHO, Maria Cristina Monteiro P. de. Tecnologia e cognição em espaços de educação não formal - a cidade educadora. In: **Educação no século XXI - Cognição, tecnologias e aprendizagens**. 2016. Ed: Vozes.

CARVALHO, Cristina. **Quando a escola vai ao museu**. Campinas: Papirus, 2016.

CARVALHO, Cristina; LOPES, Thamiris Bastos; RESINENTTI, Priscila Matos. Educação Infantil e Espaços Culturais: possibilidades de apropriação na cidade do Rio de Janeiro. **Revista PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 300-322, jan./mar. 2017

CARVALHO, Rodrigo Saballa de ; Bittencourt, Zoraia Aguiar ; VASQUES, R. F. Cidade educadora, cidadania e educação popular: problematizando a ordem do discurso da educação integral. In: I COLÓQUIO NACIONAL: DIÁLOGOS ENTRE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO & VI Encontro do NEL, 2012, Blumenau - SC. **I Colóquio Nacional: diálogos entre linguagem e educação & VI Encontro do NEL, 2012**.

DELORS, Jacque. **La educación encierra un tesoro**. Santillana. Ediciones UNESCO. 1996.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François, **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOM. Armand Colin, 2013. Disponível em: <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf> Acesso em: jan. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>> Acesso em: agosto/2017.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 6 no 1 – 2013**. Disponível em:

<<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>> Acesso: julho 2016.

BRASIL. **Estatuto das Cidades**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2078571/mod_resource/content/1/Estatuto_da_Cidade_LEI10257-2001.pdf>. Acesso em: out. 2017.

_____. **Estatuto de Museus**. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm> Acesso em: dez. 2017.

EXPOMUS (São Paulo). Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. **Plano Museológico: Museu Histórico, Folclórico, Pedagógico Monteiro Lobato**. São Paulo: ACAM Portinari, 2010. 82 pp. Política Nacional de Museus (2003).

FARIA, Margarida Lima de. 1995. Museus: educação ou divertimento?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 43, 171-195, out. 1995.

FAURE, Edgar et all. **Aprender a ser. La educación del futuro**. Alianza/Unesco. Publicado conjuntamente por: Alianza Editorial, S. A. Milán, 38 Madrid-33 y Organización de las Naciones Unidas para la Educación, a Ciencia y la Cultura 7, Place de Fontenoy 75700 Paris. Primera edición. 1973.

FLEURY, Laurent. **Sociologia da cultura e das práticas culturais**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo. 2009.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. 2002. **Revista Críticas das Ciências Sociais**, v. 63, p. 123-148, out. 2002. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-123-148-Carlos%20Fortuna.pdf>> Acesso: setembro 2017.

FORTUNA, Carlos. **Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana**. 2013. Disponível em: <<https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/23478>> Acesso: outubro 2017.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF, IPHAN, 2007.

HADDAD, Fernando. **Fernando Haddad: Cidade Educadora depende de políticas que enxerguem educação para além dos muros da escola**. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/10/20/fernando-haddad-cidade-educadora-depender-de-politicas-que-enxerguem-educacao-para-alem-dos-muros-da-escola/>> Acesso: agosto 2017

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

IPHAN. Educação patrimonial: princípios e diretrizes conceituais. In: **Educação Patrimonial - Histórico, conceitos e processos**. 2014.

JACOMY, Bruno. Instrumentos e máquinas e aparatos interativos de ciência e tecnologia exibidos nos museus. In: VALENTE, Maria Esther Alavrez. **Museus**

de ciência e tecnologia: interpretações e ações dirigidas ao público. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 15-24.

LACERDA, Leonardo Lincoln Leite De; VEIGA, Ricardo Teixeira. Museu e Marketing: elementos para a formação/atuação dos profissionais do lazer? In: **Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas**, v. 29, n. 3, p. 57-74, maio 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4013/401338533005.pdf>> Acesso: janeiro 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo. Centauro Editora, 2001.

LOBATO, Iolene Mesquita ; MENDONÇA, Mercês Pietsch Cunha; MORAIS, Carlla Barbosa de. Espaços educativos na perspectiva da educação integral. **Revista Comunicação & Educação**, v. 19(2), p. 119-127, set. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/81198>> Acesso: setembro 2017.

LOPES, João Teixeira. **A cidade e a cultura. Um estudo sobre as práticas culturais urbanas.** Porto: Afrontamento. 391 páginas, 2000a.

LOPES, João Teixeira. Notas conclusivas. Os museus como terceiras culturas. In: SEMEDO, Alice; LOPES, T. (orgs). **Museus discursos e representações.** Porto: Afrontamento, 2005. p.197-199.

LOPES, João Teixeira. **Da democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público.** Porto, Profedições, 2008.

LOPES, João Teixeira. **A Fundação Dr Antônio Cupertino de Miranda: 2005-2014.** Fundação Dr António Cupertino de Miranda, 119 páginas, 2014.

LOPES, João Teixeira. Em busca de um lugar no mapa: reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 34, p. 81-91, dez. 2000b. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: janeiro 2018.

LOPES, João Teixeira; MOTA, Graça (orgs.). **Crescer a tocar na Orquestra Geração.** Vila do Conde, Verso da História Editora. 2017.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; SILVA, D. F. A exposição como “obra aberta”: breves reflexões sobre interatividade. In: REUNIÓN DE LA RED DE POPULARIZACIÓN DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGÍA EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (RED POP - UNESCO), 10., 2007, San José, Costa Rica. **Anais...** San José, Costa Rica, 2007.

MANGUEL, Alberto. A biblioteca como cidade-estado. In: **Educação e vida urbana. 20 anos de Cidades Educadoras.** 2013.

Manifesto dos e das autarcas da Associação Internacional das Cidades Educadoras. Disponível em: <<http://www.edcities.org/dia-internacional-pt/manifesto/>> Acesso em: agosto 2017.

MARANDINO, Martha. A cultura escolar frente aos desafios das novas tecnologias no ensino de ciências. Mesa redonda. In: ENCONTRO ABERTO DO GRUPO DE AÇÃO COORDENADA EM ENSINO DE CIÊNCIAS DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO. EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SUAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS. 5., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2002.

MARTÍNEZ, Eusébio Nájera. **Esbozos p/ una pedagogía urbana pertinente a los desarrollos educativos en la ciudad**. 2008. Disponível em: <<https://polis.revues.org/3421>> Acesso: setembro 2017.

MENESES, José Newton C. Memória e Historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia; CATÃO, Leandro; PIRES, João Ricardo (orgs). **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p 32-45.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: **Atas do Seminário Internacional Museu e Cidade**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, jan. 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. - Brasília: Mec, Secad, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf> Acesso em: out. 2017.

MOLL, Jacqueline. A cidade e seus caminhos educativos: escola, rua e itinerários juvenis. In: **Educação e vida urbana. 20 anos de Cidades Educadoras**. 2013.

MOLL, Jacqueline. Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral. In: **Pátio: revista pedagógica**, Porto Alegre, V.8, nº 51, ago/out, 2009.

OLEIRO, Manuel Bairrão. Apresentação. In: SEMEDO, Alice; LOPES, T. (orgs). **Museus discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2005. p.9-11.

PADRÓ, Carla. Educación em museos: representaciones y discursos. In: SEMEDO, Alice; LOPES, T. (orgs). **Museus discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2005. p.49-59.

PINTO, José Madureira. Intervenção cultural em espaços públicos. In: Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), **Cultura & economia**. Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de novembro de 1994. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 191-207.

PLANO DIRETOR DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ. Lei 5401 de 3 de maio de 2018. (TAUBATÉ, 2018). Disponível em: <<http://splonline.com.br/camarataubate/Arquivo/Documents/DOC/09572810052018-assinado.pdf>> Acesso em: maio 2018.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL (PNEM). Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Final-PNEM1.pdf>> Acesso em: dez. 2017.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. São Paulo, Autêntica, 2013.

POZO, Joan Manuel del. O conceito de cidade educadora, hoje. In: **Educação e vida urbana. 20 anos de Cidades Educadoras**. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. Transformando a Criatividade Brasileira em Recurso Econômico. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008b. Cap. 5, p. 126-143. Disponível em: <http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/economia_criativa_estrategias_ana%20carla_itau.pdf> Acesso: jan. 2019.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. **A cidade: rumo a uma nova definição?** Lisboa: Afrontamento. 1992.

SALUTTO, Nazareth. As crianças e os livros na creche: a literatura entre diálogos e fantasia. In: Liliane Balonecker Daluz (Org). **A formação do leitor-autor e a leitura literária na escola**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. 292 p.

SANDER, Robert. **O Museu na perspectiva da educação não formal e as tendências políticas para o campo da museologia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo-RS, Passo Fundo, 2006.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura de. Reflexões sobre a Nova Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 18, n. 18, jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/35>> Acesso em: outubro 2018.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 33.980, de 19 de novembro de 1958. Dispões sobre a complementação da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 20 nov. 1958. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1958/decreto-33909-04.11.1958.html>> Acesso em: fev. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 13.209, de 29 de setembro de 2008. Autoriza a doação do acervo dos museus estaduais aos municípios onde se localizem, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-13209-29.09.2008.html>> Acesso em: fev. 2018.

SCANTAMBURLO, João Paulo; PAPARELI, Murilo Guimarães Salvador. **Sinta-se em casa! Planejamento de campanha para o Museu histórico, folclórico e pedagógico Monteiro Lobato**. Trabalho de graduação do curso de Comunicação Social - Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté (Unitau). Taubaté, 2016.

SEMEDO, Alice; LOPES, J. Teixeira Lopes (coords.), **Museus, discursos e representações**, Porto, Afrontamento, 2005, 199 páginas.

SILVA, Augusto Santos; SANTOS, Helena. A transformação cultural de cidades médias, segundo os seus agentes culturais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 62, p. 11-34, abr.2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: janeiro 2018.

SILVA, Francisco Ranieri Moreira da. As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista NAU Social** - V.3, N.4, p. 111-121, Maio/Out 2012. Disponível em:<<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/188/178>> Acesso: jan. 2019.

SILVA, Luiz Paulo Costa e; CARVALHO, Daniela Franco. As potências do prosear com o público de museu de ciências. **Revista do EDICC (Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura)**, v. 3, abr.2017. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5221/5972>> Acesso: jan. 2019.

Sistema Municipal de Cultura (SMC). **Projeto de Lei Complementar nº 09/2016** de 25 de fevereiro de 2016.

TRAJANO, Edson. **Taubaté melhora, mas cai no ranking do IDH**. Disponível em: <<https://gazetadetaubate.com.br/taubate-melhora-mas-cai-ranking-idh/>>. Acesso em: outubro 2017.

TRILLA, Jaume. **A educación non formal e a cidade educadora. Dúas perspectivas (unha analítica e outra globalizadora) do universo da educación**. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/a_educacion_non_formal.pdf> Acesso: setembro 2018.

TRILLA, Jaume; GHANEM Elie; ARANTES, Valéria Amorim. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. – (Coleção pontos e contrapontos).

VALENTE, Esther. A conquista do caráter público do museu. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência**. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2003. p. 21-45.

VARINE, Hugues de. **L'ECOMUSEE un mot, deux concepts, mille pratiques**. 2006. Disponível em: <<http://www.hugues-devarine.eu/img/cms/2006%20Ecomus%C3%A9e,.pdf>> Acesso: setembro 2017.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz. 256 páginas, 2013.

VILARDI, Luisa Gomes de Almeida; PRATA, Rita Vilanova; MARTINS, Isabel. Educação para a cidadania: o papel da prática pedagógica na formação para a tomada de decisão. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. Vol. 12, No 3, 2012.

VILLAR, Maria Belén Caballo. **A cidade educadora: Nova perspectiva de Organização e Intervenção Municipal**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

Volume 1 do Manual de Consulta do Projeto Educar – 2009/11 – Cone Leste Paulista (Gazeta Valeparaibana). Disponível em:
<<http://www.gazetavaleparaibana.com/volume1.pdf>> Acesso: agosto 2017.

ZUKIN, Sharon. Cultura urbana: em busca da autenticidade. In: **Educação e vida urbana. 20 anos de Cidades Educadoras**. 2013.

Apêndices

Apêndice 1 - Roteiro de entrevista aos visitantes espontâneos:

nome; idade; escolaridade; profissão; onde mora (de onde é)

1) quantas vezes você (senhor/senhora) veio aqui?

--> Se for a primeira vez, porquê?

--> Se for mais de uma vez, o que te traz de volta?

2) Como conheceu o Sítio?

3) Quais expectativas ao chegar aqui? E elas foram atendidas?

4) O que o senhor(a) acha de Monteiro Lobato?

5) O que despertou maior interesse na visita?

6) Esta visita gera alguma memória/ lembrança?

7) O que você acha do espaço físico do museu?

8) O que aprendeu ou descobriu na visita de hoje?

9) Acredita que a cidade/o governo faz uma boa propaganda do Sítio? Se não, como poderia incentivar mais as visitas ao Sítio?

10) Vai a outros museus? Pensa em começar a ir?

11 Qual sua relação com Taubaté?

12) O que você mais gosta / menos gosta em relação a cidade?

13) Que transporte o senhor utilizou p/ chegar ao Sítio? O que acha da mobilidade da cidade? É fácil chegar ao Sítio de transporte urbano?

14) Você conhece a expressão "cidade educadora"? Levando em conta que uma cidade educadora é aquela que se preocupa com a educação (não só na escola, como fora dela, por exemplo: investindo em equipamentos culturais), você acha que Taubaté faz isso? Se não, COMO DEVE SER, PARA VOCÊ, UMA CIDADE EDUCADORA?

Apêndice 2 - Roteiro de entrevista aos gestores da cidade:

nome; idade; escolaridade; profissão; onde mora (de onde é); trajetória

1) Como você define a cidade de Taubaté? Considera que é possível definir Taubaté como uma metrópole cultural regional?

2) Como as outras cidades veem Taubaté? Como Taubaté "vende" sua imagem? Baseada nas indústrias ou cultura?

3) Como considera que a cidade vê o Sítio? Ela entende o museu como parte de sua própria educação?

4) Considera que algo mudou para a cidade com o título de Capital de literatura infantil (3/03/2011 - lei 12388)?

Agora sobre a Feira Literária infantil de Taubaté (FLIT) (Esse bloco que questões foi feito só para os gestores que entrevistei no período da FLIT – 11 à 17 de setembro de 2017):

- Porque teve tanto tempo sem a feira?

- Qual a importância da FLIT p a cidade?

- O tema vai ser sempre voltado para Monteiro Lobato?

- A população, de uma maneira geral, gostou?

5) Você sabe que em fevereiro (25/02/16) foi implantado o plano de cultura. O que você acha dessa iniciativa p/ a cidade?

6) O que Monteiro Lobato representa para a cidade?

7) Baseando-se na Política Nacional de museus que incentiva a criação de programas visando uma maior integração entre o patrimônio cultural e a sociedade (BRASIL – PNM, 2003, p.10) --> o que o governo vem fazendo para inserir o patrimônio na vida social dos que habitam Taubaté? Qual seria a principal forma de divulgação dos museus em geral p/ a população?

8) Como os governantes, no geral, veem o Sítio?

9) Como se dão as parcerias entre o Governo e o Sítio? São parcerias pontuais?

10) E entre as agências de turismo? Há algum programa de incentivo cultural?

11) E entre os museus? Ou eles são isolados?

12) E as parcerias entre as escolas e o Sítio? O Governo dá alguma ajuda? Interfere?

11) Voltando para o Sítio...há outras reformas previstas?

14) Qual a forma principal de divulgação do Sítio para os habitantes da cidade e para quem mora fora de Taubaté?

15) O que você acha da mobilidade da cidade? Dos transportes públicos? É fácil chegar no Sítio?

16) Além do senhor (a) trabalhar aqui, qual a sua relação com Taubaté?

17) Você acha que Taubaté se difere de outras cidades? Se sim, por qual motivo?

18) Você conhece a expressão "cidade educadora"? [Taubaté tem um pioneirismo da economia, cultura, mídia, arte, educação, sendo chamada de "cidade educacional por excelência" (Vol 1 manual de consulta - Projeto Educar - 2009/11 - Cone Leste Paulista - Gazeta ValeParaibana)]. O que você tem a dizer sobre isso? COMO DEVE SER, PARA VOCÊ, UMA CIDADE EDUCADORA?

Apêndice 3 - Roteiro de entrevista à jornalista da TV Cidade:

nome; idade; escolaridade; profissão; onde mora (de onde é); trajetória pessoal

- trajetória da TV: Existe desde quando, porquê existe, população sabe da existência do canal? Acompanha? O canal recebe apoio de quem? Qual o foco? De onde vem a iniciativa de fazer um canal voltado para as notícias da cidade? Qual o propósito?

1) Como você define a cidade de Taubaté? Considera que é possível definir Taubaté como uma metrópole cultural regional?

2) Como as outras cidades veem Taubaté? Como Taubaté "vende" sua imagem? Baseada nas indústrias ou cultura?

3) Como considera que a cidade vê o Sítio? Ela entende o museu como parte de sua própria educação?

4) Considera que algo mudou para a cidade com o título de Capital de literatura infantil (3/03/2011 - lei 12388)?

5) Você sabe que em fevereiro (25/02/16) foi implantado o plano de cultura. O que você acha dessa iniciativa p/ a cidade?

6) O que Monteiro Lobato representa para a cidade?

7) Baseando-se na Política Nacional de museus que incentiva a criação de programas visando uma maior integração entre o patrimônio cultural e a sociedade (BRASIL – PNM, 2003, p.10) --> o que o governo vem fazendo para inserir o patrimônio na vida social dos que habitam Taubaté? Qual seria a principal forma de divulgação dos museus em geral p/ a população?

8) Como os governantes, no geral, veem o Sítio?

9) Como se dão as parcerias entre a TV e o Sítio? São parcerias pontuais?

11) E entre a TV e outros museus?

12) E existe parceria entre as escolas e a TV para algum tipo de programa?

13) E existe parceria entre a TV e o Governo?

14) Qual é, para você, a forma principal de divulgação do Sítio?

15) Qual a sua relação com Taubaté?

16) Você acha que Taubaté se difere de outras cidades? Se sim, por qual motivo?

17) Você conhece a expressão "cidade educadora"? O que você tem a dizer sobre isso? COMO DEVE SER, PARA VOCÊ, UMA CIDADE EDUCADORA? [Taubaté tem um pioneirismo da economia, cultura, mídia, arte, educação, sendo chamada de "cidade educacional por excelência"]

Apêndice 4 - Roteiro de entrevista ao criador do Almanaque Urupês:

- nome; idade; escolaridade; profissão; onde mora (de onde é); trajetória pessoal

- trajetória do Almanaque Urupês: Porquê esse nome? Existe desde quando, porquê existe, população sabe da existência? Procura ter acesso (comprar ou ver nas redes sociais)? Recebe apoio de quem? Qual o foco? De onde vem a iniciativa? Qual o propósito?

1) Como você define a cidade de Taubaté? Considera que é possível definir Taubaté como uma metrópole cultural regional?

2) Como as outras cidades veem Taubaté? Como Taubaté "vende" sua imagem? Baseada nas indústrias ou cultura?

3) Como considera que a cidade vê o Sítio? Ela entende o museu como parte de sua própria educação?

4) Considera que algo mudou para a cidade com o título de Capital de literatura infantil (3/03/2011 - lei 12388)?

5) Você sabia que em fevereiro (25/02/16) foi implantado o plano de cultura? O que você acha dessa iniciativa para a cidade?

6) O que Monteiro Lobato representa para a cidade?

7) O que Monteiro Lobato representa para você?

8) Baseando-se na Política Nacional de museus que incentiva a criação de programas visando uma maior integração entre o patrimônio cultural e a sociedade (BRASIL – PNM, 2003, p.10) --> o que o governo vem fazendo para inserir o patrimônio na vida social dos que habitam Taubaté? Qual seria a principal forma de divulgação dos museus em geral p/ a população?

9) Como os governantes, no geral, veem o Sítio?

10) Existe alguma parceria entre o Almanaque e o governo?

11) E entre o Almanaque e o Sítio?

12) E do Almanaque e outros museus de Taubaté?

13) Qual a forma principal de divulgação do Sítio para os habitantes da cidade e para quem mora fora de Taubaté?

14) O que você acha da mobilidade da cidade? Dos transportes públicos? É fácil chegar no Sítio sem ser de carro?

16) Além do senhor (a) trabalhar aqui, qual a sua relação com Taubaté?

17) O que você mais gosta / menos gosta de Taubaté?

18) Você acha que Taubaté se difere de outras cidades? Se sim, por qual motivo?

19) Você conhece a expressão "cidade educadora"? [TTé tem um pioneirismo da economia, cultura, mídia, arte, educação, sendo chamada de "cidade educacional por excelência" (Vol 1 manual de consulta - Projeto Educar - 2009/11 - Cone Leste Paulista - Gazeta ValeParaibana)]. O que você tem a dizer sobre isso? COMO DEVE SER, PARA VOCÊ, UMA CIDADE EDUCADORA?

Apêndice 5 – Termo de consentimento livre e esclarecido



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado: _____

Convidamos V.S.^a a participar voluntariamente da pesquisa apresentada a seguir.

Pesquisa: O SÍTIO DO PICA PAU AMARELO E SEU TERRITÓRIO: A CIDADE DE TAUBATÉ

Pesquisadores:

Doutoranda: Clarisse D. M. Cancela (clahcancela@gmail.com; Tel. (21) 987070602)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Carvalho (cristinacarvalho@puc-rio.br)

Justificativa: Tradicionalmente, as pesquisas no campo museológico tendem a abordar a história das instituições museológicas em relação a si mesmas e com as escolas. No entanto, no que tange a relação dos museus com as cidades encontramos uma bibliografia reduzida, denotando que as urbes ainda não são suficientemente compreendidas como um espaço de educação não formal que contribui para a formação da cidadania tanto quanto o museu e a escola, havendo uma lacuna a ser preenchida.

Objetivo: Conhecer a relação entre o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (MHFPML) e a cidade em que se encontra - Taubaté, Estado de São Paulo (BR), buscando compreender os elementos envolvidos na construção desta possível conexão.

Metodologia: Entrevistas, com registro através de áudio-gravação.

Riscos e Benefícios: Não há riscos físicos ou morais previstos e a pesquisa visa contribuir com estudos sobre a relação das cidades com os museus.

Eu, _____,
de maneira voluntária, livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, dos possíveis desconfortos com o tema, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado de que se trata de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem e meu nome não serão publicados sem minha prévia autorização por escrito. Estou de acordo com a áudio-gravação da entrevista a ser cedida para fins de registro acadêmico. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a minha participação ou retirar meu consentimento, sem penalização alguma e sem nenhum prejuízo que me possa ser imputado.

Clarisse D. M. Cancela, doutoranda.

Prof.^a Dr.^a Cristina Carvalho, orientadora.

(Assinatura do voluntário)

Nome completo: _____

E-mail: _____

Tel. _____

Identificação (RG): _____

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____

OBS.: Este termo é assinado em 2 vias, uma do voluntário e outra para os arquivos dos pesquisadores.